



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TERRITÓRIO E MODO DE VIDA RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA PARAENSE:
UMA ANÁLISE NA COMUNIDADE DE CAXIUANÃ (MELGAÇO-PARÁ)**

GEOVANI GONÇALVES FARIAS

**BELÉM – PA
2017**

GEOVANI GONÇALVES FARIAS

**TERRITÓRIO E MODO DE VIDA RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA PARAENSE:
UMA ANÁLISE NA COMUNIDADE DE CAXIUANÃ (MELGAÇO-PARÁ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Dinâmica da Paisagem na Amazônia: agentes, processos e conflitos.

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA.

BELÉM - PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Farias, Geovani Gonçalves

Território e modo de vida ribeirinho na Amazônia Paraense:
uma análise na comunidade de Caxiuanã (Melgaço-Pará) / Geovani
Gonçalves Farias. - 2017.

Orientador: Christian Nunes da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2017.

1. Vida Ribeirinha - Usos e Costumes 2. Caxiuanã (Melgaço, PA). 3.
Comunidade - Organização - Caxiuanã (Melgaço, PA). I. Título.

CDD 22. ed. 304.2098115

GEOVANI GONÇALVES FARIAS

**TERRITÓRIO E MODO DE VIDA RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA PARAENSE:
UMA ANÁLISE NA COMUNIDADE DE CAXIUANÃ (MELGAÇO-PARÁ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.
Linha de Pesquisa: Dinâmica da Paisagem na Amazônia: agentes, processos e conflitos.
Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA.

Data: 22 de Março de 2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFPA
Orientador e Presidente da Banca PPGeo / UFPA

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFPA
Examinador Interno PPGeo / UFPA

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – PPGDR/UNIFAP
Examinador Externo / UNIFAP

Prof. Dr. João Santos Nahum – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFPA
Examinador Suplente / PPGeo / UFPA

Dedico este trabalho ao meu pai Raimundo Cândido Matos Farias
e a minha mãe Maria da Silva Gonçalves.
E também in memória dos meus avós paternos: Ângelo José Farias
e Maria de Nazaré Matos
E avós maternos: Raimundo Carmim (Mimim)
e Rosalina Gonçalves.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que é o dono de todo conhecimento e sabedoria, pela graça em permitir com que concluísse este trabalho por meio da sua inspiração e força nos momentos de dificuldades. Ao Senhor toda Honra e Glória para sempre.

A minha família que é meu porto seguro e não mediu esforços para que eu chegasse até aqui e com incondicional apoio jamais me desamparou diante das fraquezas, muito obrigado pela compreensão durante minha ausência nesse período. Sem vocês tudo seria mais difícil.

A minha namorada Lucidalva de Aquino pelo companheirismo e compreensão nos últimos meses que foram bastante difíceis. Muito obrigado pelo incentivo e força nos momentos de desânimos. Você faz parte desse sonho que estou realizando.

Ao Professor, orientador e amigo Dr. Christian Nunes da Silva que desde o curso de especialização me incentivou a sonhar com o curso de mestrado. Obrigado por ter aceitado o desafio de me orientar e por muito ter contribuído para a realização dessa pesquisa. Serei sempre muito grato por cada ensinamento, também pelos puxões de orelha que me deste; pela oportunidade de poder conhecer e estudar na USP e principalmente pela compreensão em me acompanhar nessa jornada que culminou com meu sonho realizado.

Aos professores e funcionários do PPGEIO que com muito profissionalismo vem conduzindo esse programa para patamares mais alto. Tenham certeza que cada ensinamento dentro ou fora da sala de aula foram muito úteis para a minha vida acadêmica, profissional e pessoal.

Aos amigos da turma PPGEIO-2015 que além de grandes companheiros dentro e fora da universidade também contribuíram com seus conhecimentos nos debates e conversas a cada encontro pessoal ou virtual. Em especial aos camaradas: Diego Barros, Gilson Bento, Naldo Pereira, Suzanna Ferreira e Isa Alencar.

A professora Luciana Pacheco, da Divisão Modular de Ensino Rural de Melgaço, pelas leituras e correções gramaticais dos meus artigos e desta dissertação.

Aos moradores da Comunidade de Caxiuanã pelo acolhimento e conhecimento que me repassaram a cada visita que vos fiz. Os considero coautores neste trabalho.

Ao senhor Martinho, de Caxiuanã, e a toda sua família pelo agasalho dado em sua casa e pelo transporte que me disponibilizou sempre que precisei. A você homem honroso de Caxiuanã fica minha imensa gratidão por cada informação cedida, pelas tardes e noites de

prosas que muito enriqueceram minha pesquisa e meus conhecimentos acerca não somente da sua Comunidade, mas também de Caxiuanã como um todo.

Aos amigos que faço questão de identificá-los: Edinael da Silva, Odair Aragão e Edimeson Miranda, pelo apoio nas investidas a campo e pelos incentivos diários.

A todos vocês meus sinceros agradecimentos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Elementos do modo de vida e suas funções	33
Quadro 02	Comparação entre modo de vida e território	53
Quadro 03	Evolução da população da Comunidade de Caxiuanã	97
Quadro 04	Lista de bens domésticos dos moradores da Comunidade de Caxiuanã	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Elementos formadores do modo de vida	36
Figura 02	Horta suspensa feita em canoa velha	64
Figura 03	Alojamentos da Base do ICMBio nas margens da baía de Caxiuanã	73
Figura 04	Antena de transmissão do sinal de internet	74
Figura 05	Sistema de abastecimento de água da base do ICMBio – baía de Caxiuanã	74
Figura 06	Criança utilizando a canoa a remo e pescando	98
Figura 07	Crianças fazendo as tarefas da escola em casa	100
Figura 08 A	Casa tipo palafita de madeira	102
Figura 08 B	Casa sobre a terra de alvenaria e madeira	102
Figura 09	Tipos de Embarcação usada pelos moradores da comunidade de Caxiuanã	107
Figura 10	Escola em Construção na Comunidade de Caxiuanã	109
Figura 11	Mapeamento Participativo	115
Figura 12	Moradores da Santa Cruz realizando o mapeamento participativo	116
Figura 13	O rio como fonte de recursos e espaço de lazer	118
Figura 14	Projeto de Alfabetização para adultos e idosos da Comunidade de Caxiuanã	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	População das Comunidades da FLONA de Caxiuanã	76
Gráfico 02	Perfil sexual da população da Comunidade de Caxiuanã	97
Gráfico 03	Faixa Etária de idade na Comunidade de Caxiuanã	101
Gráfico 04	Moradores católicos e evangélicos da Comunidade de Caxiuanã	105
Gráfico 05	Grau de escolaridade na Comunidade de Caxiuanã	110
Gráfico 06	Origem da renda das famílias da Comunidade de Caxiuanã	111
Gráfico 07	Espécies cultivadas na roça na Comunidade de Caxiuanã	123
Gráfico 08 A e B	Espécies de fibras, óleos e frutos da floresta e cultivados na Comunidade de Caxiuanã	124

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1	Mapa de localização da Comunidade de Caxiuanã	24
Mapa 2	Mapa de localização da Floresta Nacional de Caxiuanã	71
Mapa 3	Antigas localidades do Rio Caxiuanã e Curuá	84
Mapa 4	Mapa de localização das casas e outras infraestruturas	104
Mapa 5	Território de uso da Comunidade de Caxiuanã	117

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ATAC	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas de Caxiuanã
BASA	Banco da Amazônia
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CR4	Coordenação Regional 4
DRNR	Departamento de Recursos Naturais Renováveis
ECFPn	Estação Científica Ferreira Penna
EMBRAPA	Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária
FLONA	Floresta Nacional
GEDAE	Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas
IBAMA	Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MCP	Modo Capitalista de Produção
MEC	Ministério da Educação
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
ONU	Organização das Nações Unidas
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores
PFMC	Programa Floresta Modelo de Caxiuanã
PIN	Programa de Integração Nacional
PM	Plano de Manejo

PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PTU	Programa do Trópico Úmido
ODA	Overseas Development Administration
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SECTAM	Secretária de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMED	Secretária de Educação
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SFMA	Serviço Florestal do Ministério da Agricultura
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

RESUMEN

INTRODUÇÃO.....16

CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO E MODO DE VIDA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....29

1.1 Da noção de gênero de vida ao uso da expressão modo de vida na geografia.....30

1.2 Modo de vida: elementos formadores e definições.....31

1.3 Breve consideração sobre o modo de vida amazônico.....37

1.4 O território.....43

1.5 Território: Diferentes conceitos e abordagens na geografia.....45

1.6 O território do modo de vida.....51

1.7 Aspectos externos que norteiam e legitimam a criação de unidades de conservação no Brasil.....55

CAPÍTULO 2 - CAXIUANÃ: DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO A CRIAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL DE CAXIUANÃ.....61

2.1 O processo de criação da Floresta Nacional de Caxiuanã, localização, limites geográficos, órgãos gestores e infraestrutura.....68

2.2 População da FLONA: desterritorialização e conflitos com os órgãos gestores.....75

CAPÍTULO 3 - O MODO DE VIDA E O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE DE CAXIUANÃ, MELGAÇO – PARÁ.....82

3.1 O modo de vida e o território antes e durante as intervenções dos órgãos gestores da Floresta Nacional de Caxiuanã.....82

3.2 A Estação Científica Ferreira Penna e as mudanças no modo de vida da Comunidade de Caxiuanã.....92

3.3 Aspectos atuais do modo de vida da Comunidade de Caxiuanã.....96

3.4 O mapeamento participativo na identificação das territorialidades da Comunidade de Caxiuanã.....113

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....125

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....130

RESUMO

A ciência geográfica recentemente tem utilizado com bastante frequência o conceito/categoria de território para explicar muitas das transformações que vem acontecendo no espaço geográfico nas mais diversas escalas. Observou-se também que nos últimos anos o conceito/categoria de modo de vida vem sendo retomado nas pesquisas geográficas, principalmente nas análises das populações tradicionais. Os eventos de geografia tem sido o principal meio de publicação de pesquisas que tratam desse conceito/categoria com destaque para os eventos de geografia agrária. Dessa forma, neste trabalho, utilizou-se ambos os conceitos/categorias, uma vez que se entende que a construção do modo de vida é concomitantemente a construção do território. Assim, eles devem ser tratados de forma indissociável de modo a enfatizar a necessidade de um território para a existência de um modo de vida e vice-versa. O uso desses dois conceitos/categorias de maneira indissociável na análise das populações tradicionais é importante também porque se percebe que eles necessitam de um território para garantir sua existência e por outro lado, o modo de vida torna-se para esses sujeitos um instrumento de resistência e luta frente aos atores hegemônicos. Nesse sentido, objetivou-se nessa pesquisa identificar, analisar e periodizar as mudanças que ocorreram no modo de vida e no território dos ribeirinhos da Comunidade de Caxiuanã a partir da criação da FLONA de mesmo nome e da ECFPn, bem como os conflitos e os principais sujeitos envolvidos nesse processo. Para alcançar tal objetivo buscou-se respostas para os seguintes questionamentos: 01) Quais mudanças ocorreram no modo de vida e no território dos ribeirinhos da Comunidade de Caxiuanã, a partir da criação da FLONA de Caxiuanã e da ECFPn? 02) Quais os conflitos e os principais sujeitos envolvidos nesse processo? Além, da utilização do método da cartografia participativa seguindo os seguintes passos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental imprescindível para alicerçar teoricamente esta dissertação, pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturada e/ou semiestruturada; conversas informais com os moradores mais antigos da Comunidade de Caxiuanã, elaboração de mapas da comunidade através de mapeamento participativo, levantamento fotográfico do cotidiano comunitário e do tratamento e sistematização dos dados coletados. Desta forma, destaca-se alguns dados acerca dos resultados obtidos como a confirmação da hipótese de que a criação tanto da FLONA de Caxiuanã quanto da ECFPn foram eventos que tem relação direta com as mudanças observadas no modo de vida e no uso do território da Comunidade analisada, dentre os quais se destacam a quase extinção de tradições religiosas que era e ainda é, o principal meio de expressão cultural dessa Comunidade. E o abandono pela maioria dos moradores, a atividade roceira e outras inerentes ao modo de vida ribeirinho como consequência das sobreposições territoriais que a Comunidade teve e principalmente da chegada da ECFPn, que utilizou no início toda mão de obra disponível no local e ainda utiliza atualmente, mas de modo bastante reduzido.

Palavras - Chave: Modo de vida; território, Comunidade de Caxiuanã, FLONA de Caxiuanã e ECFPn.

ABSTRACT

Recently the geographic science has been using the territory concept/category frequently to explain many transformations in the geographical space in the most diverse scales. It has been observed that in the last years the concept/category of lifestyle have been resumed in the geographical researches, principally in the traditional populations analysis. The geography's events have been the main publication space for researches that deal with this concept/category, most in agrarian geography studies events. In this way, in this research both concepts/categories have been utilized, since comprehends that the lifestyle construction is also a construction of the territory. Therefore they must be treated in an indissociable way to emphasize that the territory is essential for the existence of a lifestyle and vice versa. The use of these two concepts/categories in an indissociable way in the analysis of traditional populations is also important because it is perceived that they need a territory to guarantee their existence and on other hand, lifestyle is an instrument of resistance and combat against hegemonic actors. In one sense, the object of this research is to identify, analyze and periodize the ribeirinhos' of Caxiuanã Community lifestyle and territory changes that occurred since the creation of the Caxiuanã FLONA and the ECFPn, as well the conflicts and the main individuals in this process. To achieve that objective the following inquire was made: 1) Which changes occurred in the ribeirinhos' of Caxiuanã Community lifestyle and territory, since the creation of the Caxiuanã FLONA and ECFPn? 2) Which are the conflicts and the main individuals in this process? Besides, the utilization of a participative cartography methods the following methodological steps: bibliographic and documental investigation indispensable to cement theoretically this dissertation, fieldwork through by means of structured and/or semi-structured interviews, informal conversations with the older habitants of Caxiuanã Community, elaboration of community maps using participative mapping, photographic investigation of the community's quotidian and the treatment and systematization of the collected data. In this way, stands out some data about the results obtained with the hypothesis confirmation that the Caxiuanã FLONA as well ECFPn creation are events that have a direct relation to the lifestyle and territory changes observed in the community analyzed, among which it is highlighted the almost extinction of the religions' traditions which were and still are the main cultural expression of the Community and the community's majority abandon of the farming and other inherent activities of the riverside lifestyle as consequence of the territories superposition which the Community had principally with the EFCPn's arrival that utilized in the beginning all the local available manpower and still utilizes nowadays, however much less.

Keywords: Lifestyle, territory, Community of Caxiuanã, Caxiuanã FLONA and ECFPn.

RESUMEN

La ciencia geográfica recientemente ha utilizado con bastante frecuencia el concepto/categoría de territorio para explicar muchas de las transformaciones que vienen sucediendo en el espacio geográfico en las más diversas escalas. Se observó también que en los últimos años el concepto/categoría de modo de vida viene siendo retomado en las investigaciones geográficas, principalmente en los análisis de poblaciones tradicionales. Los eventos de geografía han sido el principal medio de publicación de investigaciones que tratan de ese concepto/categoría con énfasis para los eventos de geografía agraria. De esta forma en este trabajo se utilizó los conceptos de categoría/territorio, una vez que se entiende que la construcción del modo de vida es concomitante a la construcción del territorio. Así ellos deben ser tratados de forma indivisible de modo de enfatizar la necesidad de un territorio para la existencia de un modo de vida y viceversa. El uso de esos conceptos/categorías de manera indivisible en los análisis de las poblaciones tradicionales es importante también porque se observa que ellos necesitan de un territorio para garantizar su existencia, y por otro lado el modo de vida se vuelve para esas personas un instrumento de resistencia y lucha frente a los actores hegemónicos. En ese sentido, el objetivo de esta investigación es identificar, analizar y periodizar las mudanzas que ocurrieron en el modo de vida y en el territorio de los ribereños de la Comunidad de Caxiuanã a partir de la creación de la FLONA del mismo nombre y de la ECFPn, así como los conflictos y los principales sujetos envueltos en ese proceso. Para alcanzar el objetivo se buscó respuesta para los siguientes cuestionamientos: 01) ¿Cuáles cambios ocurrieron en el modo de vida y en el territorio de los ribereños de la comunidad de Caxiuanã, a partir de la creación de la FLONA de Caxiuanã e de la ECFPn? 02) ¿Cuáles son los conflictos y los principales sujetos envueltos en el proceso? Además de la utilización del método de la cartografía participativa siguiendo los pasos metodológicos: Investigación bibliográfica y documental imprescindible para sustentar teóricamente esta disertación, investigación de campo por medio de entrevistas estructurada y/o semiestructurada; conversaciones informales con los habitantes más antiguos de la Comunidad de Caxiuanã, elaboración de mapas de la comunidad a través del mapeo participativo, levantamiento fotográfico de lo cotidiano comunitario y del tratamiento y sistematización de los datos colectados. De esta forma, se destaca algunos datos acerca de los resultados obtenidos como la confirmación de la hipótesis de creación tanto de la FLONA de Caxiuanã cuanto la ECFPn fueron eventos que tienen relación directa con los cambios observados en el modo de vida y en el uso del territorio de la Comunidad analizada, de entre los cuales se destacan la casi extinción de tradiciones religiosas que eran y todavía son el principal medio de expresión de esa comunidad y el abandono de la mayoría de los habitantes del trabajo en el campo y otras actividades inherentes al modo de vida ribereño como consecuencia de las sobreposiciones territoriales que la comunidad tuvo y principalmente con la llegada da ECFPn que utilizo en un inicio toda mano de obra disponible en el lugar y todavía utiliza actualmente pero de modo bastante reducido

Palabras clave: Modo de vida; Territorio; Comunidad de Caxiuanã; FLONA de Caxiuanã; ECFPn

INTRODUÇÃO

Entende-se que historicamente a sociedade vivenciou e vivencia profundas transformações que acontecem em escalas do *global ao local* e vice-versa. Transformações que podem ser apreendidas e/ou percebidas no espaço, na paisagem, no modo de produzir; de se relacionar em sociedade e com a natureza, no território e no modo de vida. Estes dois últimos que para alguns autores já tiveram seu fim decretados em virtude das mudanças que ocorreram e com o processo de globalização, na atualidade continuam acontecendo com muito mais velocidade. Para nós, continuam bastante presente nas pesquisas geográficas principalmente e demais ciências humanas (política, antropologia, sociologia e história). Tendo assim, centralidade em nossa pesquisa.

Destaca-se que essas transformações estão diretamente atreladas as *novas* formas como o homem vem se relacionando com a natureza, impulsionados por um modo de produção que é extremamente contraditório, excludente, desigual e busca a homogeneização no/do espaço e do território – Modo Capitalista de Produção (MCP), que diariamente faz maciços investimentos para descoberta ou modernização e reinvenção de técnicas, tecnologias, combinados com a ciência de forma praticamente concomitante permitindo que, sociedades, principalmente dos países ricos, (re) organizem territórios e modifiquem seu modo de viver e de suas subjacências.

No entanto, percebe-se que não são apenas as históricas tentativas de homogeneização do espaço mundial pelo MCP – ações econômicas, que provocam mudanças no modo de vida e no território. Ações de ordens políticas, culturais e ambientais, também são responsáveis pelas mudanças de rumos de determinada população e, portanto, de seu modo de vida e seu território. Todavia, não quer dizer também que essas ações são determinadas unilateralmente, pelo contrário estão intimamente relacionadas e interligadas, sendo diretrizes principalmente de sociedades dominantes que encobrem em si diversas *intencionalidades*.

Nesse sentido, a Amazônia até meados do século XX era uma região tida ainda como *isolada* do restante do Brasil, tendo até então como maiores transformações do espaço geográfico regional àquelas realizadas durante o período de exploração da borracha, conhecido por *belle époque amazônica* (MONTEIRO et al., 1997) (GRIFO DOS AUTORES). No entanto, pode-se afirmar que nesse período não houve grandes alterações nos modos de vida e no território da população dessa região, que continuou em sua maioria habitando o meio rural e tendo como principal atividade o extrativismo.

Porém, na segunda metade do século XX a Amazônia tornou-se alvo de grandes investimentos do Governo Federal, como o Programa de Integração Nacional – PIN, responsável pela abertura de estradas e rodovias que integraram a região ao restante do território nacional, fato que somado aos demais projetos capitalistas aqui executados são responsáveis por profundas transformações tanto do espaço geográfico como dos modos de vida da população amazônica (DIEGUES, 1999) e de seus territórios.

É importante ressaltar que Gonçalves (2015 [2001]) verifica que em período após o declínio da produção de borracha e antes das grandes intervenções estatais e do capital na Amazônia, houve melhorias na qualidade de vida da população local, devido esta ter retornado as suas formas de produção marcada pelo aproveitamento sustentável dos recursos oferecidos pelo rio, várzea e floresta, identificados por esse autor como sistema rio-várzea-floresta.

Assim, as ações do governo combinadas com grandes empresas nacionais e multinacionais legitimaram a devastação do ambiente e a expropriação da população. Fatos que chamam a atenção dos movimentos ambientalistas que começam a pressionar o Estado brasileiro a tomar medidas com o objetivo de frear tal devastação. Dessa maneira, entende-se que o início da criação de unidades de conservação (UC) no Brasil visava atender uma demanda das pressões dos movimentos ambientalistas que ganharam proporções mundiais na segunda metade do século XX, sendo tratadas no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU) (CMMAD, 1991), pressionando os governos dos países associados a tomar medidas que atendessem a agenda ambiental mundial. É nesse contexto que em 1961 foi criada a Floresta Nacional de Caxiuanã (FLONA de Caxiuanã), a primeira FLONA da Amazônia brasileira (BEZERRA, LISBOA & CARDOSO, 2013) e a segunda do Brasil. Acredita-se também que para além de atender as pressões externas, há intencionalidades econômicas envolvidas nesse processo, haja vista que 50 anos depois da criação desta FLONA, mais de 50% do seu território foi licitado para exploração privada de seu potencial madeireiro.

Desse modo, abordaram-se as relações existentes entre o modo de vida, o território e seus rebatimentos no cotidiano da Comunidade de Caxiuanã e no que estamos chamando de *território do modo de vida*, onde se buscará identificar o território do modo de vida da população que compreende a atual Comunidade acima mencionada, o processo de criação da FLONA de Caxiuanã e da Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn), as lutas empreendidas por parte da população para permanecer em seu território, os conflitos e as mudanças que os

processos de criação da FLONA de Caxiuanã e da ECFPn provocaram no uso do território, nas relações homem-natureza e na vida dessa população, aqui entendidos como ribeirinhos conforme (Castro, 1998, Diegues, 2000, Scherer, 2005).

A Região Amazônica além de ser reconhecida no cenário mundial por sua grande carga de recursos naturais, também apresenta uma enorme diversidade étnico-cultural que são percebidos ao longo da sua imensa rede hidrográfica e da extensa floresta tropical amazônica que de acordo com Ab'Saber (2002) forma um mosaico terra-água. E, é neste mosaico entre rios e florestas que as populações ribeirinhas habitam tentando consolidar seus territórios com objetivo de nele, poderem perpetuar sua cultura e seus saberes acumulados há milhares de anos. Estas populações mantêm intensa relação com a natureza, tendo nas matas e nas águas toda simbologia expressa da sua cultura, diante de um território único, místico e de muitas interpretações onde a relação homem-natureza ilumina e reflete sua cultura. Nesse sentido, Loureiro citado por Silva (2014), faz a seguinte análise acerca do povo ribeirinho, de acordo com ele o universo ribeirinho:

Trata-se de um mundo de pescadores, indígenas, extratores consumidos em largas e pacientes jornadas de trabalho; de uma geografia de léguas de solidão e dispersão entre as casas e pequenas cidades, de um viver contemplativo onde predominam a linguagem e a expressão devaneantes, como se seus habitantes caminhassem entre o eterno e o cotidiano. (LOUREIRO *apud* SILVA, 2014, p. 5).

Desta forma, percebe-se que a população ribeirinha ocupa territórios onde predomina uma cultura que se baseia nos saberes tradicionais acumulados por várias gerações onde o tempo e o trabalho em nada contemplam o modo capitalista de produção. Porém, não se pode negar a presença de elementos da modernidade que em determinadas condições são metamorfoseado, agregados com o saber das populações tradicionais em seu benefício, mas, em muitos casos são protagonistas da desestruturação do modo de vida dessas populações. De acordo com Diegues (1999) o MCP e sua parafernália tecnológica são o principal agente de transformação/modificação do modo de vida tradicional. E, ainda segundo este autor:

Cabe construir, na análise sobre os impactos de grandes projetos sobre os modos de vida das populações, o campo e o papel dessas subjetividades transformadas, violentadas, vividas no confronto com o passado, com as experiências formadas no trabalho extrativista e do roçado, quando ainda podiam sentir a relativa autonomia do trabalho no campo que impunha uma outra relação com a natureza, outra territorialidade (DIEGUES, 1999, p. 70).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a população que reside na Comunidade de Caxiuanã que foi sobreposta pelos limites territoriais da FLONA de Caxiuanã também apresentam as características já citadas para caracterizar essa categoria da população

amazônica (ribeirinhos), mas que vêm apresentando hábitos que começam a contrastar com aqueles citados anteriormente, tanto no que concernem as relações sociais como nas relações com o território. Isto, devido as transformações ocorridas com os eventos das criações da FLONA e da ECFPn, sendo este último, aqui considerado, como um grande projeto na área de cooperação e produção científica na Amazônia.

No entanto, sabe-se que os ribeirinhos amazônicos, também identificados como populações com saberes tradicionais (DIEGUES, 2000), têm sofrido para manter seu modo de vida e seu território, uma vez que de acordo com Becker (2005) esta região nos últimos anos se tornou a principal fronteira do capital nacional e internacional e que a ação destes, tanto por órgãos públicos, como por grandes conglomerados empresariais vêm colocando em risco todo esse patrimônio sociocultural da Amazônia.

Dessa forma, percebe-se que a maioria das lutas que envolvem pequenos grupos de sujeitos sociais, pouco chegam ao conhecimento da academia e da sociedade. Sobretudo aquelas que ocorrem somente na escala local, como por exemplo, as lutas de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre outros. Sendo assim, esta pesquisa torna-se importante por poder proporcionar que tanto a academia quanto a sociedade, possa ter conhecimento dos conflitos que esses sujeitos sociais *invisíveis*, devido às ações de atores hegemônicos e do próprio Estado, vem travando ao longo de sua existência para poder ter direito ao acesso, permanência e uso de seus territórios e com isso de seu modo de vida.

Nesse sentido, acredita-se que iluminando a resistência dos moradores dos territórios que se tornou a FLONA de Caxiuanã nos resultados obtidos nesta pesquisa possa de alguma forma contribuir com a luta desses sujeitos. Pois, sabe-se que historicamente as UC no Brasil foram pensadas e criadas sem levar em consideração a manutenção e/ou potencialização do modo de vida desses sujeitos sociais que tem suas existências pautadas no uso e apropriação desses territórios. A pesquisa também é relevante não só por aumentar o acervo bibliográfico dessa temática na Região Amazônica onde a expropriação dos recursos naturais e humanos, principalmente do povo ribeirinho é intensa. Mas também porque se propõe a colocar em debate *novos* processos que vêm causando transformações nos modos de vida e no território das populações ribeirinhas e/ou com saberes tradicionais. Mais especificamente os da Comunidade de Caxiuanã, na FLONA, no município de Melgaço (Pará).

Ao longo dos anos percebe-se que muitos hábitos, costumes e mesmo valores vêm se perdendo no passado, não por conta do esquecimento da população envolvida, mas por

diversos processos e fatores que têm contribuído para tal situação. O capital e o próprio Estado são dois agentes desse processo. Sobre a ação do Estado (governo federal) Diegues, (1999) afirma que:

O Estado antecipou uma apreciável massa de investimentos, viabilizando as condições materiais e jurídico-administrativas para os empreendimentos nacionais e internacionais. Através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ou paralelamente a ela, foram criados ou rearticulados inúmeros órgãos federais e estaduais para apoiar a execução dos programas (DIEGUES, 1999, p. 28).

Assim, o surgimento da cidade e conseqüentemente das grandes metrópoles e megalópoles provocaram uma enorme ruptura entre o modo de vida urbano e rural no Brasil dividindo nossa sociedade em classes sociais: Burguesia, Proletariado e Camponês (MARX & ENGELS, 1848). Na Amazônia, o surgimento das cidades não modificou de forma austera o modo de vida regional, principalmente porque nessa região as práticas rurais tradicionais ainda são bastante frequentes nas pequenas cidades amazônicas, ao ponto de práticas urbanas coexistirem no tempo e no espaço em áreas rurais e práticas rurais serem percebidas no espaço urbano. Porém, o final do século XX e início do XXI têm sido marcados pela inserção da Amazônia ao modo capitalista de produção, que por meio de ações do Estado foi planejada para receber grandes investimentos de capitais nacionais e internacionais, estatais e privados, este último responsável por grande expropriação dos recursos naturais e da população regional. A esse respeito Batista (2011) faz a seguinte reflexão:

[...] a alteração dos antigos padrões culturais e sua substituição por novas formas de organização social não é realizada espontaneamente pelos grupos, mas, ao contrário, resulta de uma imposição mediada pelo Estado e pelo capital, quando o primeiro deveria atuar como guardião minimamente igualitário dos direitos sociais (BATISTA, 2011, p. 3).

Dessa forma, percebe-se que o Estado através de políticas que não levam em consideração os anseios das populações ribeirinhas e/ou tradicionais também é um agente responsável por provocar a substituição da cultura local por novos hábitos e costumes, fundamentados principalmente na cultura capitalista. Deixando também de exercer seu papel de assegurar o desenvolvimento social.

Porém, notou-se também que a região não se tornou apenas lócus da exploração de recursos naturais, mas também num território bastante cobiçado por pesquisadores de todo o globo, a serviço de governos e principalmente de importantes institutos de pesquisa ligados a grandes multinacionais, colocando assim, algumas comunidades ribeirinhas em contato direto ou indireto com a comunidade científica. Essa relação está explícita na FLONA de Caxiuanã onde foi criada uma base de pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), identificada

por ECFPn que também sobrepôs o território da Comunidade de Caxiuanã, desencadeando relação direta entre pesquisadores e ribeirinhos. Ressalta-se que há diferença nos interesses de cientistas sociais e das das ciências puras, onde estes últimos tendem a defender o ambiente em detrimento das necessidades das populações tradicionais. Já os primeiros aparecem como parceiros em projetos de *re-existências* desses sujeitos.

Nesse sentido, identifica-se um processo mais peculiar de transformação do modo de vida e do território ribeirinho, haja vista que os principais processos destacados na maioria das pesquisas sobre este tema são reflexos do intenso desenvolvimento capitalista e suas tecnologias, onde segundo (SOUZA & TAVRES, 2013, p. 85) “a imposição de cultura material e não material vão modificando e dando uma nova configuração ao espaço rural”. Portanto, entendendo-se que os eventos acima citados têm relação direta com as transformações no modo de vida e no território da Comunidade de Caxiuanã é que surgiram as seguintes inquietações que nortearam esta pesquisa:

- 1) Quais mudanças ocorreram no uso do território e no modo de vida dos ribeirinhos da Comunidade de Caxiuanã, a partir da criação da FLONA de Caxiuanã (1961) e da ECFPn (1993)?
- 2) Quais os conflitos e os principais sujeitos envolvidos nesse processo?

Diante desses questionamentos foi proposta a seguinte hipótese: a criação da unidade de conservação em Caxiuanã e da ECFPn são eventos que estão diretamente relacionados com as mudanças que se observam no modo de vida e no território dos ribeirinhos da Comunidade de Caxiuanã. Uma vez que as principais são a organização sociopolítica com incentivos ao associativismo, restrições no uso social e econômico de determinados espaços da FLONA e da ECFPn, reordenamento das moradias, proibição ao uso de técnicas inerentes ao modo de vida (caça e roçado tradicional).

O modo de vida e o território de determinado grupo social põem em evidência suas crenças, valores, hábitos e costumes que hereditariamente são construídos por seus membros (LA BLACHE, 1954 [1921], DERUAU, 1977 [1961], SORRE, 1984, MARQUES, 1996, DIEGUES, 1999, SILVA, 2006). Na Amazônia pode-se encontrar uma diversidade de grupos sociais como, por exemplo: Indígenas, Quilombolas, Varzeiros, Quebradeiras de Coco, Ribeirinhos (DIEGUES, 2000). Este último tem centralidade em nossa análise.

Pode-se afirmar que desde meados do século XX, a população ribeirinha amazônica vem convivendo com diferentes eventos e atores, que de maneira exploratória tem provocado

transformações no modo de vida e no território dessa população que há séculos teve sua existência associada a uma relação íntima e direta com a natureza, onde acumulou saberes e estratégias de sobrevivência.

Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa foi identificar, analisar e periodizar as mudanças que ocorreram no modo de vida e no território dos ribeirinhos da Comunidade de Caxiuanã a partir da criação da FLONA de mesmo nome e da ECFPn, bem como os conflitos e os principais sujeitos envolvidos nesse processo.

A Comunidade de Caxiuanã resultou da aglomeração de todas as antigas localidades¹ que existiam até as primeiras décadas de criação da FLONA e, é atualmente a mais populosa da UC de Caxiuanã. No entanto, é importante destacar que ela foi reconstruída a partir de seis núcleos familiares com um total de 52 pessoas (SILVEIRA et al., 1997), após passar por um perverso processo de desestruturação diretamente relacionado com a criação da referida unidade de conservação e da ECFPn. A mesma está localizada a poucos metros da principal base de fiscalização do ICMBio, sendo portanto, a comunidade mais pressionada a se enquadrar na legislação ambiental deste espaço protegido. Ela também teve seu território sobreposto e desintegrado com a criação da ECFPn do MPEG na década de 1990 que construiu sua estrutura física no perímetro das casas dos moradores da referida Comunidade (LISBOA, 1997).

O município de Melgaço apresenta uma população rural de aproximadamente 70% do total da sua população sendo um dos municípios do Arquipélago Marajoara com menor percentual de urbanização. Dessa forma, sua economia historicamente se baseia na exploração primária dos recursos naturais, dentre os quais se destacam a extração madeireira, a pesca artesanal, o extrativismo do açaí e o cultivo da mandioca. Recentemente a fiscalização dos órgãos ambientais vem paralisando muitos locais de exploração de madeira, fato que tem contribuído para dá mais destaque a produção roceira, a pesca e o manejo de açaí. Ressalta-se que na sede municipal a principal fonte de renda da população são os empregos públicos na prefeitura.

Desse modo, a Comunidade de Caxiuanã está localizada no município de Melgaço, nas margens do rio Caxiuanã que é afluente do Rio Anapu um dos principais do município. Está ao norte da Floresta Nacional de Caxiuanã, no Oeste do arquipélago de Marajó também

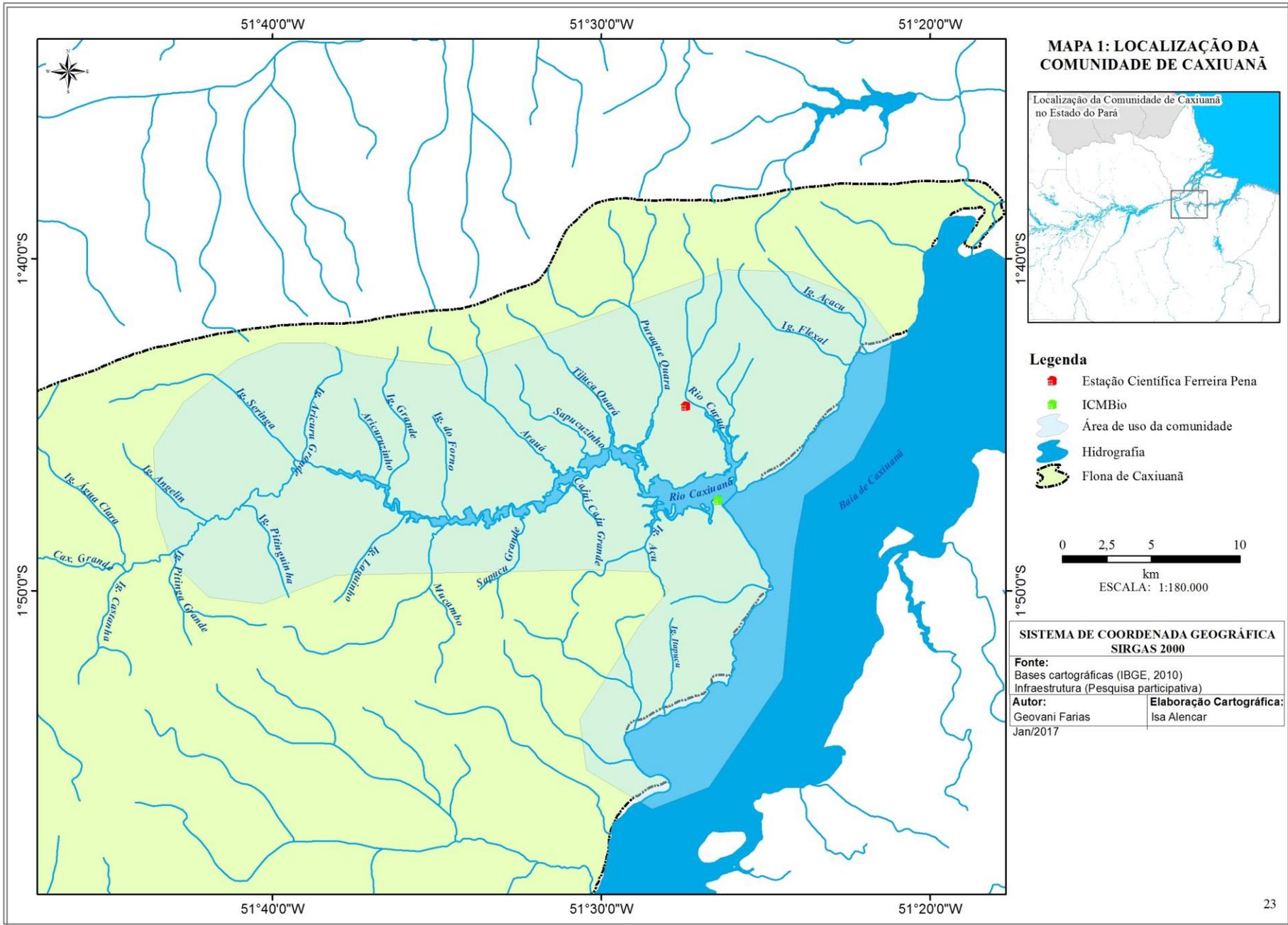
¹ Localidade neste trabalho refere-se aos locais que tinham mais de duas casas e realizavam festejos anuais em reverência ao Santo Padroeiro.

conhecido por Marajós das Florestas no Norte do Estado do Pará (mapa 1). A Comunidade é conhecida pelo nome em destaque a partir do processo de reorganização socioespacial da população que morava no Rio Caxiuanã, principalmente depois da criação da FLONA e da ECFPn que incentivaram o associativismo que resultou na construção dessa Comunidade.

O acesso a esta Comunidade se dá apenas por via fluvial a partir da cidade de Melgaço e Portel respectivamente. Numa viagem com duração de aproximadamente nove ou sete horas nos barcos dos moradores, que tem capacidade para três toneladas, equipados com motores de 90 ou 11 HP, movidos a óleo diesel. Todavia, nos barcos e voadeiras da ECFPn e do ICMBio que fazem viagens quinzenais da casa de Breves² para as bases dos respectivos órgãos em Caxiuanã, a duração da viagem é respectivamente aproximada em 7h e 30 minutos ou 4h e 20 minutos.

Por outro lado, os moradores da comunidade vão até às cidades acima mencionadas em viagens programadas mensalmente para receber benefícios como bolsa família, bolsa verde, aposentadoria e salários da prefeitura de Melgaço e da ECFPn, além de vender seus produtos e comprar as mercadorias industrializadas. Ressalta-se que até a década 1990 a ida desses moradores à cidade era muito esporádica, pois não tinha barcos com motor fazendo o trajeto até Portel em canoas a remo, ou quando pegavam carona com os regatões, ou no transporte do IBAMA. Também segundo o Entrevistado 01 “as viagens para Portel e/ou Melgaço no passado estavam diretamente relacionadas às festas religiosas dessas cidades como a festividade de Nossa Senhora da Luz no mês de fevereiro e o Círio de Nazaré no mês de agosto em Portel e a festividade de São Miguel Arcanjo no mês de setembro em Melgaço”.

² Casa vinculada ao MPEG, localizada na cidade de Breves é usada como apoio logístico aos pesquisadores e visitantes da ECFPn e dos gestores da FLONA de Caxiuanã.



Os moradores dessa comunidade também são os mais acionados para auxiliar os pesquisadores da ECFPn e os gestores do ICMBio nos trabalhos de campo desses órgãos sendo visto pelos primeiros como parceiros. Também foram os primeiros a se organizar politicamente em associação e a receber alguns projetos desenvolvidos em parceria com a ECFPn.

Assim, esta Comunidade tem seu modo de vida atrelado às características do seu território, de onde por meio de usos múltiplos, utiliza seus recursos para garantir sua sobrevivência, pois, apesar de ser um território com grande extensão e diversidade florestal, o mesmo é recortado por dois rios (Caxiuanã e Curuá) e inúmeros igarapés que disponibilizam enormes variedades de peixes, animais silvestres e terra boa para cultivo, sendo a principal fonte de recurso para a subsistência a caça, a pesca, a coleta de castanha e outros frutos da floresta e o cultivo da mandioca. Porém, merece destacar a intervenção da ECFPn que gerou emprego e renda para a maioria dos moradores dessa Comunidade, fato que levou muitos a abandonarem suas atividades tradicionais.

Tendo como centralidade os conceitos de modo de vida e território respectivamente baseados em autores como La Blache (1954 [1921], Derruau (1977 [1961], Sorre (1984), Silva (2006), Raffestin e Saquet, utilizou-se o método da cartografia participativa para análise de nosso objeto de estudo, haja vista que esse método busca tratar da representação espacial de grupos que, em sua maioria, tentam ter seus territórios reconhecidos e legitimados, sendo que essa representação cartográfica nos deu subsídios necessários para compreender os processos que vêm ocorrendo na Comunidade de Caxiuanã, além de representar de forma concreta o território do seu modo de vida ou território do modo de vida.

Conforme Acselrad (2013), no Brasil esse método denominado, por seus autores de cartografia social ou mapeamento participativo, tem sido usado em sua maioria nos trabalhos que visam enfatizar as lutas por reconhecimento territorial, projetos etnoecológicos e manejo ambiental. Desse modo, “a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais excluídos dos processos de tomada de decisão” (ACSELRAD, 2013, p. 17).

O autor acrescenta ainda que esse método de cartografar:

Serve para dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias, e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos; fortalece organizações indígenas; e amplia o diálogo entre os povos

indígenas, **comunidades tradicionais** e as instituições governamentais e não governamentais (ACSELRAD, 2013, p. 18). (grifo nosso).

Portanto, foi à luz desse método que a pesquisa foi desenvolvida, seguindo o roteiro abaixo, de modo a dinamizar a sua operacionalização.

- Pesquisa bibliográfica e documental: estas, foram realizadas no segundo semestre de 2015 nas bases de dados do ICMBIO e da ECFPn e/ou MPEG, com o presidente da Associação dos Trabalhadores Agroextrativista de Caxiuanã e com os moradores da Comunidade estudada. Foi a primeira etapa dessa pesquisa, onde as referências bibliográficas possibilitaram a escolha dos conceitos abordados, permitindo assim, o diálogo entre teoria e empiria, culminando com a elaboração do capítulo teórico dessa dissertação. Por outro lado, a coleta documental subsidiou-nos com informações sobre o histórico geográfico tanto da população, da FLONA e da ECFPn, quanto da Comunidade de Caxiuanã.
- Coleta de dados primários: aconteceu durante três viagens a campo, uma no primeiro semestre de 2016 e as outras duas no segundo semestre também de 2016. A primeira viagem a campo foi realizada no período de 15 a 19 de maio de 2016, nestes dias aplicou-se 32 (trinta e dois) questionários socioeconômicos com questões fechadas com os chefes de famílias, das 25 (vinte e cinco) casas existentes na Comunidade de Caxiuanã, atingindo, assim, cem por cento das famílias da Comunidade estudada. Também, realizou-se 10 (dez) entrevistas semiestruturadas com as pessoas mais velhas e líderes dessa Comunidade com o objetivo de adquirir informações acerca do modo de vida e do território dessa população.

A segunda viagem a campo ocorreu no período de 19 a 21 de novembro de 2016, onde realizou-se entrevista semiestruturada com o gestor da UC de Caxiuanã; 5 (cinco) conversas informais gravadas com alguns moradores da Comunidade; observação e participação de um torneio de futebol organizado pelos dirigentes da igreja católica; levantamento fotográfico para se ter uma melhor visualização da prática cotidiana ribeirinha, já se tinha um pequeno acervo de fotografias, porém ainda foram realizadas outras durante essa viagem e aproveitou-se a oportunidade para reunir com o dirigente da igreja católica e mais alguns moradores onde tratou-se do mapeamento participativo. Nessa reunião foi explicado os principais objetivos do mapeamento participativo e como ele poderia ser uma ferramenta útil a Comunidade, além de tirar

as dúvidas que surgiram no momento e deixar acertado o retorno no mês de dezembro de 2016 para realização do referido mapeamento.

- Realização do mapeamento participativo: este foi realizado com o uso de mapa base da Comunidade, impresso em formato A0 e, foi organizado em dois momentos, sendo que o primeiro baseado em Silva e Verbicaro (2016) consistiu em uma apresentação do método, objetivando a preparação das pessoas que participaram do mapeamento participativo e da coleta dos dados. Este, portanto, realizou-se na segunda viagem a campo mencionada anteriormente. Já a segunda parte também baseada na proposta dos autores citados anteriormente, aconteceu no período de 19 a 21 de dezembro de 2016 que foi a terceira viagem a campo com o objetivo de realizar o mapeamento participativo na prática, como assim ocorreu nesses três dias.
- E, por fim, mas não menos importante foi realizado o tratamento e a sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo que estão expostos no corpo do texto desta dissertação em forma de gráficos, quadros, figuras, mapas e citação. Nesta última identificamos os autores como Entrevistado 01, 02, 03 e assim por diante.

Dessa maneira, esta dissertação de mestrado está estruturada da seguinte maneira: três capítulos que elucidam nossa discussão em torno do tema proposto, ou seja, a relação entre os conceitos trabalhados e os processos e/ou eventos (criação da FLONA de Caxiuanã e da ECFPn) que ocasionaram mudanças no modo de vida e no território dos ribeirinhos da Comunidade de Caxiuanã, bem como os conflitos, as crenças, a cultura, as formas de (re) produzir-se e de se relacionar com a natureza e os atores externos a seu modo de vida e território.

No primeiro capítulo abordou-se as relações existentes entre os conceitos de modo de vida baseado em Vidal de La Blache, Max Derruau, Sorre e Silva, assim como o de território, fundamentado principalmente em Saquet e Raffestin. O principal objetivo desse capítulo foi dar fundamentação teórica a esta pesquisa. Nele também se verificou as principais características dos conceitos acima, buscando sempre relacioná-los, de modo que seja possível perceber a sobreposição de ambos, tendo como base seus elementos formadores onde nosso ponto central de entrelaçamento é a questão simbólico-cultural (identidade) e ambiental, mas sem deixar de relacionar com as demais dimensões, econômica e política, ou seja, analisando-os numa perspectiva *pluridimensional*.

Também buscou-se fundamentos para ensaiar uma análise indissociável do modo de vida e do território a partir da apreensão do território do modo de vida, entendido como o lugar da singularidade, da diversidade, do acontecer, da reprodução dos saberes cultural, material, espiritual e identitários, espaço de conflitos, oportunidades e possibilidades para o desenvolvimento social com qualidade de vida.

Ao final desse capítulo também foi feito uma breve análise do processo de criação das unidades de conservação no Brasil onde buscou-se verificar as intervenções externas de caráter tanto nacional quanto internacional que contribuíram para o desencadeamento da criação de unidades que estritamente valorizaram a proteção ambiental e desterritorializaram inúmeras comunidades tradicionais em território nacional.

No segundo capítulo se analisou o processo de criação da Floresta Nacional de Caxiuanã e a conseqüente desterritorialização da população tradicional que habitava e, em menor quantidade, ainda habita nesse território, bem como, caracterizou-se o modo de vida da população anterior a FLONA.

No terceiro e último capítulo foi dissertado sobre o objeto de pesquisa onde buscou-se relacioná-lo com a teoria aqui expressa. Primeiro baseado nas entrevistas com os moradores mais antigos da Comunidade e em publicações do MPEG se fez uma reconstrução do modo de vida e do território dessa população no período anterior a FLONA e das primeiras décadas após sua criação. Em seguida apresenta-se os dados socioeconômicos atualizados da Comunidade em estudo e as principais mudanças ocasionadas a partir dos eventos de criação da UC de Caxiuanã e da ECFPn que reverberaram diretamente no modo de vida e no território da Comunidade de Caxiuanã onde pode-se destacar os conflitos, as desigualdades, a cultura, as formas de produção, as crenças, as relações desses sujeitos com o ICMBio e a ECFPn, enfim a configuração do território do modo de vida e de toda sua singularidade e transformações. Nesse capítulo também estão expostos os mapas, as figuras, os quadros, as citações de falas dos entrevistados, etc. que foram confeccionados a partir de dados coletados na pesquisa de campo.

CAPITULO 1 - TERRITÓRIO E MODO DE VIDA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Neste capítulo, apresentam-se as principais apreensões acerca do conceito/categoria modo de vida e território, suas relações e similaridades. Sendo que se identifica como ponto forte de ligação entre ambos as suas dimensões simbólico-culturais, haja vista que são resultados de processos coletivos. Também, verificou-se que o modo de vida amazônico é *híbrido* sendo resultado de um processo de *miscigenação* que faz com que seja possível observar diversas maneiras de relação socioespacial da população local, onde se pode encontrar o ribeirão que se caracteriza por sua relação direta tanto com o rio quanto com a floresta que para ele tem valor de uso material e *imaterial*. Detectou-se também, uma sobreposição dos conceitos analisados, fato que nos permitiu afirmar que eles devem ser analisados de forma indissociável, porém não só pela sobreposição observada, mas principalmente por servirem às populações tradicionais como forma de resistência frente ao modo de vida dominante. Ainda ousamos a partir do que foi apreendido a ensaiar a configuração de um território do modo de vida.

Na atualidade, percebe-se que o conceito/categoria território tem sido bastante (re)acionado tanto por pesquisadores de renome como Claude Raffestin que continua publicando sobre esta categoria, como em artigos, dissertações de mestrado e teses de jovens pesquisadores. E, nesse universo de pesquisa, verifica-se que a análise do território não é uma tarefa recorrente somente dos geógrafos, haja vista que entendemos o território como um conceito/categoria eminentemente geográfico. Todavia, seu uso perpassa os diversos campos do conhecimento dentre os quais se destacam as ciências humanas (História, Antropologia, Sociologia, Economia, Ciência Política e etc.).

Mas, na contramão do que alguns autores chamam de modismo conceitual (quando se está usando com frequência o mesmo conceito/categoria) está o conceito/categoria modo de vida que no período clássico da geografia (MOREIRA, 1994), foi considerado uma das noções basilares desta ciência (DERRUAU, 1977 [1961]). Mas por que na contramão?

Porque no passado como bem identificou Max Derruau em sua obra *Précis de Géographie Humaine*, esta categoria concebia uma das bases da geografia, porém, no presente não se observa o mesmo interesse de outrora pelo estudo dos modos de vida, sendo poucas as publicações sobre este tema em estudos geográficos. No entanto, verifica-se que Antropólogos e Sociólogos têm se debruçado sobre este conceito/categoria e, a seu modo,

imprimem sobre ele suas características e métodos, tendo diversas publicações sobre esta temática nestas ciências. Ressalta-se que segundo Oliveira (2004), o tema modo de vida aparece com um número expressivo de trabalhos apresentados nos eventos de geografia agrária no Brasil, porém são trabalhos em desenvolvimento e que têm como principais bases teóricas o geógrafo Vidal de La Blache e/ou antropólogos e sociólogos.

Verifica-se também que os autores, em sua maioria fazem uso de apenas um desses conceitos, tratando-os separadamente. Sendo poucos os trabalhos que buscaram fazer uma articulação direta entre ambos como, por exemplo, Silva (2006). Nesse sentido, buscou-se fazer um diálogo que demonstre essa articulação entre o conceito/categoria modo de vida e o conceito/categoria de território, de modo que se entende que o primeiro é substantivado pelo segundo.

1.1 DA NOÇÃO DE GÊNERO DE VIDA AO USO DA EXPRESSÃO MODO DE VIDA NA GEOGRAFIA

Com base na revisão bibliográfica realizada foi possível afirmar que, na geografia o conceito/categoria de modo de vida tem suas motivações arraigadas na expressão *gênero de vida* que nos remonta ao período clássico ou tradicional³ dessa área do conhecimento. Desse modo, também se verificou que foi com esse título que esse conceito obteve seu momento de maior notoriedade dentro da ciência geográfica. Chegando a ser considerado uma das categorias basilares da geografia (DERRUAU, 1977 [1961]).

Dessa maneira, atribuiu-se ao francês Paul Vidal de La Blache como sendo o primeiro geógrafo a usar esta noção (MARQUES, 1994), o qual chamava de *genres de vie* (gênero de vida). Na sua obra intitulada *Princípios de Geografia Humana*, ele fez uma descrição dos diversos gêneros de vida que observou de acordo com as diversas regiões da terra, “desenvolvendo uma abordagem idiográfica e preocupando-se com a apreensão sintética de uma realidade regional” (MARQUES, 1994, p. 16). E, assim, por meio de sua geografia regional, difundiu esse conceito por toda França, regiões afins e entre seus discípulos que continuaram trabalhando com o conceito/categoria de gênero de vida.

Maximilien Sorre foi discípulo de Vidal de La Blache e não obstante deu prosseguimento aos caminhos de seu mestre. Assim, não se verifica antagonismos de pensamentos na obra de ambos. Sorre (1984), porém, ao analisar a noção de gênero de vida no

³ Ver Rui Moreira (1994).

mundo atual, viu-o como fecundo nos estudos geográficos. Observou ainda que esta expressão se aproxima do termo modo de vida. Dessa maneira, é importante destacar que Fernando Martins baseado em Demangeon utilizou na tradução da obra de La Blache (Princípios de Geografia Humana) a expressão modo de vida para se referir ao *genres de vie*, pois segundo ele este termo está mais conforme a língua portuguesa⁴. Assim, consideramos neste trabalho gênero de vida e modo de vida como um único conceito, como sinônimos (SILVA, 2006) diferenciando apenas os métodos de análises.

Deve-se destacar também que durante o desenvolvimento da geografia tradicional havia forte oposição entre a geografia produzida na Alemanha e a geografia de cunho francês⁵. Sendo então, nesse sentido, a obra de La Blache uma forma de contrapor a geografia alemã de Ratzel (determinismo geográfico) – que afirmava que “a força do meio natural influenciava e determinava o desenvolvimento dos grupos humanos⁶”. Haja vista que o francês não negava que a sociedade sofre as influências do meio. Porém, relativizou, defendendo que isto não era o suficiente para determinar o seu desenvolvimento e permanência num dado lugar. Acrescentando ainda que a natureza era e (é) uma fonte de recursos, na qual o homem pode se adaptar, tendo possibilidades de dominar e controlar esses recursos a partir do desenvolvimento de técnicas que lhe permitiria a exploração de tais recursos e ainda a sua libertação da suposta influência do meio.

1.2 MODO DE VIDA: ELEMENTOS FORMADORES E DEFINIÇÕES

Percebe-se que o modo como as sociedades se relacionam com a natureza e entre si são determinantes no processo de construção e caracterização dos territórios. Pois, desde épocas remotas ele vem desenvolvendo diversas formas para se relacionar com a natureza, de modo que esta relação pudesse corresponder aos seus anseios sem lhe causar posteriores danos irreversíveis.

Todavia, as *oportunidades* oferecidas pelo ambiente impulsionaram sociedades a desenvolverem *complexos modos de vida*, capazes de provocar a exploração dos recursos naturais em quantidades sem precedentes. Acrescente-se a isso a *mercantilização da natureza* pelo capital, que por meio de seus agentes hegemônicos buscam homogeneizar os métodos de

⁴ Ver Princípios de Geografia Humana (1954), traduzido por Fernando Martins.

⁵ Ver Moraes (1996).

⁶ Os Gêneros de vida na Geografia Humana – Primeiro Artigo. In. Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e político - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

exploração dos recursos naturais, objetivando também a desestruturação dos *modos de vida* que são pautados nos saberes tradicionais. Estes apreendem os territórios não somente como fonte de recursos, mas também como importantes meio onde reproduzem seu modo de vida que se particulariza na maneira intrínseca que está atrelado ao ambiente social e natural do grupo.

Desta forma, entende-se o modo de vida como a relação social, espacial e ambiental intrínseca de uma dada população e, portanto, um construto coletivo que percorre de geração em geração e se materializa nos territórios, o qual possibilita ao grupo tanto recursos materiais quanto a reprodução de suas vivências socioculturais e imateriais. Pois, dessa maneira, pode-se afirmar que o modo de vida e o território são dialeticamente indissociáveis, uma vez que, sem o modo de vida não há território e sem este, nenhum modo de vida se reproduz, se perpetua.

Entretanto, entende-se que se faz necessário debruçar-se no que os autores clássicos afirmam ser o modo de vida, para então dialogar com as contribuições atuais e assim apresentar fundamentos para aquilo que afirmamos acima. Pois, os conceitos clássicos são o alicerce onde as novas contribuições se sustentam.

Dessa maneira, La Blache (1954 [1921]) consagrou de gênero de vida a relação intrínseca que o homem mantém com o meio. Ou seja, para este autor nas diversas regiões da superfície terrestre, o homem a partir da utilização de materiais e elementos retirados do próprio ambiente, criou e/ou desenvolveu modos singulares de se relacionar com a natureza – modos de vida. Assim, para ele:

O homem criou para si modos de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio, **um território** para o seu uso. Caçador, pescador, agricultor - ele é tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa à criação. (LA BLACHE, 1954 [1921], p.162). (grifo nosso).

Nessa mesma direção Carl Sauer expõe que:

[...] um modo de vida refere-se sempre a uma coletividade. Podemos defini-lo como o conjunto de hábitos pelos os quais o grupo que os pratica assegura sua existência: a pesca, a caça, a colheita de fruto, a agricultura sedentária e a vida pastoril são tipos de modos de vida que se integram em esquemas de vida mais complexos (sic). (SAUER apud SILVA, 2006, p 29).

A afirmação acima evidencia que o modo de vida é, portanto, uma criação humana, e que a sociedade usa os próprios recursos da natureza para construir os materiais que lhes dará suporte para se manter e se apropriar de determinado território. Uma vez que, esses materiais

são desenvolvidos por meio de saberes que são acumulados hereditariamente e que de forma combinada se convertem em técnicas (SORRE, 1984), que permitem melhor utilização e apropriação dos recursos do/no território. Trata-se ainda o modo de vida como uma construção duradoura que hereditariamente se move de uma geração para outra, constituindo-se como tal através de uma ação metódica e contínua, que deriva de fortes ações sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas (LA BLACHE, 1954 [1921]), sobretudo, dos territórios, haja vista que está permeado de relações sociais.

Para Derruau (1977 [1961]) os modos de vida são formados pela integração de determinado número de *elementos*, que são tantos materiais (instrumentos de caçar, pescar, rede de dormir, utensílios domésticos, tipo de transporte, etc.) quanto espirituais (rituais utilizados nas formas de plantar, atribuição a deuses e espíritos a determinados fenômenos e outras credências), mas também sociais (organização do trabalho, distribuição espacial das moradias, etc.). No entanto, esses *elementos* têm papéis diferenciados, pois uns são *criadores ou organizadores* e outros são *fixadores* (SORRE, 1984) e acrescenta-se ainda outro que se entende como transformadores (quadro 01) tendo, portanto o papel de desestruturador ou homogeneizador (SILVA, 2006). Porém, percebe-se que ambos ocorrem de forma interligada e a análise de um modo de vida que leve em consideração apenas um tipo de *elemento* apresentará fundamentos muito limitados na caracterização da comunidade estudada.

Quadro 01: Elementos do modo de vida e suas funções

Função dos elementos do modo de vida	Descrição	Origem
<i>Criadores e Organizadores</i>	Formas de escolher o que se planta, a maneira de plantar, de colher, o jeito de preparar os instrumentos de trabalho, o modo de produção, etc.	Materiais e Espirituais
<i>Fixadores</i>	Formas de povoação, tipos de casa, tipo da propriedade, divisão social do trabalho, a economia, etc.	Estruturação Social
<i>Limitadores</i>	O não consumo de carne de porco por alguns grupos, não participar de programações que não sejam da sua religião.	Proibições religiosas
<i>Transformadores</i>	O acesso a tecnologias globais, intervenção estatal, a influência de culturas externa, a circulação, o nível de vida, etc.	Política e Economia

Fonte: Derruau (1977 [1961]), Sorre (1984), Silva (2006), Marques (1994), elaborado por Farias (2016).

Sorre (1984) afirma que esses *elementos* devem ser entendidos como técnicas, uma vez que considera a criação de um modo de vida a partir de um conjunto de técnicas, que são usadas e desenvolvidas de acordo com as *oportunidades* que a natureza proporciona as sociedades.

Dessa forma, verifica-se então que Sorre deu mais centralidade nas suas análises à técnica como sendo o principal instrumento de criação dos modos de vida. Para ele “a noção de gênero de vida é extremamente rica, pois abrange a maior parte, senão a totalidade, das atividades dos grupos humanos” (SORRE, 1984, p. 99).

Nesse sentido, ele acrescenta que esse conjunto de técnicas se desdobra em técnicas de obtenção de energia, de produção de matérias-primas e de utensílios para uso no trabalho. Acrescenta também, que o modo de vida pode ser aplicado para analisar tanto as atividades mais complexas como as industriais, assim como as formas mais elementares de vida, como aquelas baseadas em atividades tradicionais como a pesca, a caça, agricultura familiar, etc.

Dessa forma, pode-se afirmar que o modo de vida é construído a partir do desenvolvimento e combinação de técnicas que permitem não apenas a apropriação dos recursos naturais, mas também possibilita sua particularização através da interação direta da sociedade com seus territórios material e imaterial.

Na obra *Ideologia Alemã* Marx e Engels também destacam que o modo de produção das sociedades e, portanto, os seus modos de vida dependem das *oportunidades* percebidas nos próprios meios de vida no qual estão inseridos.

O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado **modo de vida** dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com sua produção, com *o que* produzem e também com o *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX e ENGELS apud SILVA, 2006, p. 30) (GRIFOS DO AUTOR).

Dessa maneira, verifica-se que esses autores também atrelam o desenvolvimento do modo de vida as técnicas e aos recursos que se apresentam nos territórios, uma vez que, a produção por eles destacada são frutos do uso da técnica que contribui não só para a aquisição dos recursos necessários ao grupo, mas também para fixá-los no espaço que se configurará em seu território, além delas serem um referencial do grupo que a criou baseado em seus conhecimentos e saberes tradicionais.

Desse modo, verifica-se que na atualidade a técnica também tem papel importante na configuração e caracterização de diferentes territórios ou como no dizer de Milton Santos, por meio da técnica é possível perceber diferentes meios geográficos, por ele chamados de meio natural, meio técnico e meio técnico científico-informacional (SANTOS, 1996). Todavia, para La Blache, Sorre e Deruau, a técnica é vista como essencial para dar autonomia às sociedades e a seus modos de vida, tendo também destaque na construção, manutenção, transformação, diferenciação e depreciação do território. Acresce-se também que a técnica também transforma, modifica e metamorfoseia o modo de vida.

Dessa maneira, a técnica pode ter ação contraditória, pois, assim como pode servir para potencializar um modo de vida, desenvolvendo-o, também pode desestruturá-lo de maneira irreversível, porém, isso dependerá do uso, da política, do modo de produção e população a qual a técnica estará servindo. Na sociedade industrial, por exemplo, a técnica particulariza o trabalho levando a um alto grau de especialização profissional, o qual gera diferenciações e competitividade dentro da organização social dessa coletividade.

De todo modo, pode-se afirmar ainda que os modos de vida são prenes, ou seja, estão sujeitos a sofrer modificações seja por influências externas ou mesmo interna por meio de necessidades do próprio grupo que vai agregando e/ou metamorfoseando novos saberes e técnicas aos já existentes, sendo assim, “a introdução de um elemento novo pode revolucionar o modo de vida de um povo” (DERRUAU, 1977 [1961], p. 173).

O autor afirma também que:

Não há modos de vida perenes. Mesmo quando não recebe influências externas, um modo de vida modifica-se mais rapidamente ou mais lentamente pela invenção de técnicas novas ou por modificações demográficas – um elemento populacional leva a esforços no sentido de um aumento dos meios de subsistência (DERRUAU, 1977 [1961], p. 173).

No entanto, afirma-se que um modo de vida ao metamorfosear com outro e, sendo isto identificado como uma necessidade ou mesmo uma estratégia do próprio grupo, este não corre o risco de desestruturação total das antigas relações sociais que para La Blache (1954 [1921]) levaria a um processo de evolução e/ou expansão que causaria o desaparecimento de determinados modos de vida, em virtude da homogeneização propagada por um modo de vida dominante. Ao contrário, “é no movimento de reprodução do modo de vida que se criam as possibilidades de sua superação” (MARQUES, 1994, p. 26). Em outras palavras, o modo de vida pode se recriar dentro de um espaço de influência capitalista.

Assim, para Derruau (1977 [1961]) ainda que a inserção de novas técnicas ou hábitos uniformize vastos territórios, as estruturas mentais podem não se uniformizar, mesmo que a técnica utilizada seja comum a toda a população, as relações sociais podem ser mantidas. China e Amazônia são bons exemplos dessa resistência e agregação/incorporação de novos saberes e técnicas, sem perda das raízes principais do seu modo de vida tradicional. E, esta última experimentou também a introdução em massa de imigrantes que só enriqueceram ainda mais o modo de vida amazônico.

Desta forma, evidencia-se que os modos de vida estão sujeitos a sofrer diversas influências, sejam elas desencadeadas dentro do próprio grupo seja vinda do modo de vida dominante ou mesmo do próprio crescimento demográfico da população. Silva (2006), baseado principalmente em La Blache e Sorre, organizou um esquema-síntese que permite-nos visualizar de forma bastante objetiva essas influências (figura 01).

Figura 01: Elementos Formadores do Modo de Vida



Fonte: Silva (2006).

Portanto, mesmo que a forma mais elementar como o aumento da população de um determinado grupo seja capaz de introduzir mudanças no modo de vida, o que se observa de fato é que o avanço tecnológico, fomentado pelo modo capitalista de produção, tem sido o principal fator de alteração e desestruturação dos modos de vida, visando a homogeneização da produção, dos territórios e, sobretudo, do modo de vida das sociedades. Contudo, este objetivo não se mostra facilmente alcançável, uma vez que ainda existem populações que *(re)* - *existem* a essa homogeneização e mantêm a essência de seus modos de vida tradicionais. Bem verdade que não mais com toda a autonomia que La Blache (1954 [1921]) e Sorre (1984) destacavam ser necessário para caracterizá-los, mas ainda que, sendo hibridizados

conservam-se os saberes e *elementos* que estão nas origens de suas tradições ou organização social, que coexistem com o novo e são relacionados em determinados momentos.

Um dos estudos mais recentes na geografia acerca da categoria modo de vida sob o método dialético e baseado na concepção de Margarida Moura (1986), é a dissertação de mestrado de Marta Medeiros Marques (1994) intitulado *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*. A autora, em seu trabalho, partiu da concepção de que o modo de vida é identificado pela tradição e por uma organização social específica. Definindo dessa maneira o modo de vida como “a forma particular de um grupo social manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições materiais de existência desempenham um importante papel” (MARQUES, 1994, p. 24-25).

Para ela, autores como La Blache, Sorre e seus discípulos:

[...] Adotaram a noção de modo de vida com o objetivo de identificar tipos sociais correspondentes a totalidades sociais [...] não ultrapassaram a abordagem descritiva e classificatória mais preocupada com a caracterização e distinção de tipos que com as possíveis relações existentes entre eles [...] o modo de vida é concebido como um sistema relativamente autônomo que expressa uma relação de equilíbrio entre o grupo social e o meio físico. (MARQUES, 1994, p. 25).

Dessa forma, Marques (1994) afirma que na análise dos autores mencionados a dinâmica social não recebe o tratamento devido e se restringe à repetição, pois são privilegiados seus elementos mais estáveis como os hábitos e a paisagem. Sendo a mudança admitida como um caráter evolutivo e não como um processo desencadeado pela forma como o modo capitalista de produção se reproduz, de modo a incorporar e redefinir as práticas sociais que mantinham sua temporalidade e ritmo de movimento próprio.

Nesse sentido, na perspectiva dialética adotada pela autora em destaque, o modo de vida se define à medida que determinado grupo reproduz a sua existência baseado num conjunto de relações específicas que, todavia, não é um processo automático, nem de simples repetição, mas sobretudo, o desenvolvimento de práticas sociais que são reconduzidas através da luta cotidiana pela sobrevivência social que o grupo empreendi.

1.3 BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE O MODO DE VIDA AMAZÔNICO

A Amazônia, que é considerada um dos *eldorados* do mundo devido a sua riqueza natural e social (BECKER, 2005, 2009), também é um lugar onde habitam diversas populações com modos de vida tradicionais. Nessa região, comunidades se perpetuam ao

longo da grande bacia hidrográfica amazônica e da exuberante floresta tropical amazônica. De acordo com Gonçalves (2015 [2001]) a Amazônia também é uma região inventada, uma vez que, pois, na tentativa de homogeneizá-la, sua caracterização foi feita a partir de uma análise sobre a região e não da região. Porém, o que se verifica é uma vasta heterogeneidade de sujeitos e, portanto, de modos de vida que são construídos e percebidos dentro desse extenso território.

Destarte, entende-se que é necessário estudar e analisar o modo de vida amazônico, pois, só assim, as peculiaridades dessas populações que acumulam uma sabedoria milenar sobre as mais diversas formas de relação com a natureza, nesse caso, mais especificamente com os rios e a floresta que marcam a paisagem regional, poderão ser (re) conhecidas por aqueles que ainda mantêm apenas a visão mística sobre esta região, além de contribuir para que muitos mitos acerca da sociedade amazônica possam ser quebrados ou superados. Segundo Silva (2006), conhecer o modo de vida amazônico nos permite prever algumas das reações que não poderão deixar de acontecer com a introdução de novos elementos na cultura local.

Nesse sentido, para que se verifiquem as características e as relações sociais marcantes do modo de vida tradicional amazônico precisa-se conhecer, ou melhor, reconhecer os *elementos* que o caracterizam e entender os processos de sua construção, uma vez que, resulta de um *híbrido cultural e biológico*, mas que contempla a existência de inúmeras comunidades que preservam toda uma materialidade, espiritualidade e certas formas de organização social que são *marcas* desse modo de vida. A esse respeito Silva (2006, p. 123) afirma que ao “se pensar na Amazônia deve-se considerar os modos de vida da civilização local e anterior ao dito “descobrimento”, ou seja, dos índios, que foram incorporando novas culturas e, assim, criando uma padronização para a Amazônia, no que diz respeito às características próprias”.

Dessa forma, apresenta-se aqui uma breve análise da formação do *caboclo* amazônico, destacando seus elementos formadores e também os preconceitos atribuídos a essa categoria social na Amazônia. Desse modo, para Lima (1999) o caboclo é uma categoria de classificação social empregada por estranhos, baseada no fato de que a população rural amazônica compartilha um conjunto de atributos comuns. No entanto, o que se percebe *in lócus* é que esta não é uma categoria social homogênea nem absolutamente distintiva. Assim, seguindo o pensamento dessa autora, pode-se afirmar que o caboclo não é um tipo cultural autoafirmado pelos habitantes da Amazônia, pois a partir de experiências com populações

rurais do arquipélago do Marajó observei que muitos nessa região não se reconhecem como caboclos, a autora acima também afirma que em suas pesquisas na Amazônia, verificou essa não afirmação.

Todavia, sabe-se que o caboclo tem suas origens no processo histórico de ocupação da Amazônia, sendo segundo (OLIVEIRA FILHO apud SILVA, 2008), o resultado de uma miscigenação e hibridização cultural e biológica. Assim, para se pensar no modo de vida do caboclo que também é conhecido em algumas literaturas sobre a região como a expressão do modo de vida amazônico é preciso reconhecer aqueles que estão na base de sua formação - as populações indígenas, os europeus (principalmente os portugueses), os nordestinos e, em menor número, os negros e outros imigrantes das demais regiões do Brasil.

Sobre o índio, a história mostra que este sempre demonstrou resistência contra todas as formas de exploração do colonizador, tendo, por conta disso, perdido grande parte de seus territórios e de sua população, de forma bárbara, por meio dos genocídios cometidos pelos colonizadores em toda América. Porém, não foi só o prejuízo da dizimação de sua população, como também, foram bastante injustiçados de forma moral entre as sociedades, uma vez que os ditos *civilizados* não conformados pela não submissão desses povos a eles, passaram a chamá-los de selvagens, preguiçosos, mentirosos e indolentes⁷. Ou seja, de forma etnocêntrica o colonizador não reconheceu o modo de vida desse povo que sempre teve uma relação de integração com o ambiente natural e não tem a sua cultura baseada no *tempo acelerado* e no trabalho forçado, voltado para produzir excedentes ao mercado.

Já os nordestinos segundo (MONTEIRO et al., 1997) vieram em grande número para a Amazônia no período conhecido de ciclo da borracha em que houve um *boom* da produção dessa matéria-prima na região. Isso atraiu muitos imigrantes para a Amazônia, principalmente do Nordeste, pois as condições de vida nessa região eram pouco favoráveis a reprodução de sua gente, que viram na Amazônia uma oportunidade de manter sua família e melhorar de vida. Dentre os fatores que impulsionaram a saída de sua terra natal, pode-se destacar a concentração de terra (latifúndios), a fome e fatores climáticos como a seca. Assim, os nordestinos foram incorporados ao espaço de produção da borracha e enfrentaram grandes dificuldades para se adaptar ao ambiente desconhecido da floresta amazônica, além de encarar os conflitos com os índios e a intensa exploração via aviamento.

⁷ Ver (LA CONDAMINE apud SILVA, 2006, p. 34).

Segundo Lima (1999), o nordestino era representado pelos índios como um homem firme e violento, ignorante das formas de vida da floresta e não habituado à abundância de água. Mas como já mencionado anteriormente os nordestinos estão na base de formação do caboclo, pois sua contribuição cultural é de grande valia para o enriquecimento da cultura amazônica. E como afirmado por La Blache (1954 [1921]) eles carregaram com eles seu modo de vida e o desenvolveram aqui na Amazônia, ainda que metamorfoseando com o modo de vida local.

Também, ressalta-se a participação do negro na formação da população amazônica, estes em menor número, mas que também deixaram grande legado cultural (dança, alimentação, mitos e etc.) que foram introduzidos e são reproduzidos até os dias atuais pelo povo amazônico. Dessa maneira, percebe-se a grande variedade cultural que foi incorporada ao modo de vida do índio amazônico, mas que não foram capazes de extinguir a cultura peculiar desse povo que ainda hoje pode ser percebida nos quatro cantos dessa imensa região. A esse respeito La Blache (1954 [1921]), sintetiza que não existe modo de vida perene estando sempre sujeitos a sofrer interferências internas ou externas. Mas que em nosso entendimento essas interferências nem sempre são capazes de levar um modo de vida ao desaparecimento total como preconizava La Blache.

No entanto, o caboclo não é identificado somente por sua carga cultural, mas em sua maioria sofre com o preconceito e o distorção que as populações que mantêm seus modos de vida tradicional sofrem. Lima (1999), afirma que o preconceito não ficou restrito aos índios, nordestinos e negros, mas também foi atribuído ao caboclo, que seriam os herdeiros culturais do processo de miscigenação da população amazônica. Ainda de acordo com Lima (1999, p. 13), [...] “o conceito regional do caboclo é mais que uma referência a essa população rural ou ao seu estilo de vida. Inclui também um estereótipo que sugere a esse habitante da Amazônia o rótulo de preguiçoso, indolente, passivo, criativo e desconfiado”. Dessa forma, vê-se quão é a carga de preconceito conotada ao modo de vida do caboclo amazônico. Sendo esse fato um dos motivos que leva o amazônida a não se autoafirmar como caboclo.

A autora segue mostrando como o modo de vida caboclo é visto como *estranho* e, portanto, inferiorizado.

E os mesmos traços culturais que distinguem os caboclos (a casa de paxiúba, a agricultura de rodízio, os métodos indígenas de pesca e caça, entre outros) são tomados como evidência de inferioridade, pois são vistos como “*primitivos*”. Além disso, as qualificações negativas também se relacionam ao fato de que caboclos são considerados pobres (LIMA, 1999, p. 13).

Desse modo, verifica-se a tentativa de inferiorização do modo de vida tradicional que pela sua caracterização preconceituosa não se restringiria somente a Amazônia, podendo ser atribuído também às populações rurais de outras regiões do Brasil. Assim, entende-se que o caboclo pode ser percebido como uma tentativa de padronização do modo de vida amazônico que na realidade é bastante diversificado e heterogêneo, haja vista que se pode encontrar nessa região grupos que se reconhecem como Indígenas, Castanheiros, Varzeiros, Quilombolas, Ribeirinho, etc. este último ganha centralidade nessa pesquisa devido às características observadas na Comunidade de Caxiuanã.

Assim, de acordo com Loureiro citado por Silva, o universo ribeirinho:

Trata-se de um mundo de pescadores, indígenas, extratores consumidos em largas e pacíficas jornadas de trabalho; de uma geografia de léguas de solidão e dispersão entre as casas e pequenas cidades, de um viver contemplativo onde predominam a linguagem e a expressão devaneantes, como se seus habitantes caminhassem entre o eterno e o cotidiano (LOUREIRO apud SILVA, 2014, p. 5).

Porém, para autores como Castro (1998); Diegues (2000); Scherer (2005) os ribeirinhos são identificados como aqueles que vivem concomitantemente nas margens dos rios e floresta da Amazônia. Castro (1998) acrescenta ainda que:

O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada (CASTRO, 1998, p. 7).

Desse modo, percebe-se a importância tanto do rio quanto da floresta para caracterizar o modo de vida ribeirinho, pois, é a partir deles que esses sujeitos sociais constroem sua noção de território, fundada nas relações sociais praticadas no âmbito desse ambiente que se afirma ser inerente a eles, uma vez que servem de sustentação material e imaterial da sua existência. Contudo, não apenas esses dois elementos caracterizam o modo de vida ribeirinho, esses sujeitos também são reconhecidos pelas diversas atividades que praticam em seu cotidiano, haja vista que não se limitam a uma única atividade.

Scherer (2005) destaca a precariedade das condições de vida enfrentada pela maioria das comunidades ribeirinhas amazônicas e também do distanciamento entre as políticas públicas e o modo de vida dessa categoria social, afirmando que:

Essa população vive em condições precárias de existência. Grande parte é analfabeta. E, em pleno século XXI muitos não têm sequer existência civil. Em geral, esquecida pelos gestores das políticas públicas federais, não têm assistência educacional e sanitária. Ademais, as políticas públicas, quando criadas para esses segmentos caboclos da Amazônia, não leve em consideração as suas especificidades culturais, políticas e sociais próprias (SCHERER, 2005, p. 2).

Porém, mesmo com todas as circunstâncias destacadas acima, a autora afirma que “os ribeirinhos não pertencem aos grupos humanos que vivem em situação de miserabilidade na Amazônia. Eles podem ser considerados pobres, mas não miseráveis” (p. 3) e isso está relacionado ao fato de que esses sujeitos sociais não dependem diretamente do mercado para sobreviver, haja vista que extraem tanto do rio quanto da floresta grande parte dos alimentos que necessitam por meio das atividades de subsistências.

Lima (apud BATISTA, 2011, p. 2), afirma também que “os ribeirinhos são identificados como um tipo de população tradicional, orientada por valores que regem um modelo de comportamento comunitário dos recursos naturais”. Seguindo nessa mesma direção, (NODA et al., apud SCHERER, 2005) afirma que:

[...] os ribeirinhos vivem em pequenas comunidades em sua maioria à beira dos rios, dos igarapés, dos igapós e dos lagos que compõem o vasto e complexo estuário amazônico. Espacialmente, estão dispersos em vários agrupamentos de 20 a 40 casas de madeira construídas em palafitas e, mais adequadas ao sistema de cheias dos rios que estão mais ou menos dispersas, chamadas de comunidades e localizadas próximas aos rios, igarapés, furos e lagos (NODA et al. apud SCHERER, 2005, p. 3).

Nesse sentido, verifica-se que a comunidade torna-se a unidade territorial desses sujeitos sociais onde as práticas cotidianas acontecem independentes das diferenças religiosas que atualmente vêm crescendo com a chegada do protestantismo aos interiores da Amazônia. No entanto, isso pode causar algumas mudanças no modo de vida dessa população como, por exemplo, tradições religiosas católicas que foram historicamente construídas podem não mais ser praticadas em função da reprodução de um novo elemento que com o tempo acaba sendo agregado ao modo de vida do grupo.

Assim, entende-se que o modo de vida está diretamente relacionado com o território, haja vista que o seu desenvolvimento e sua existência constituem territorialidades que podem ser usadas como instrumentos de resistência e luta para lhes assegurar o território, que é reproduzido, representado e percebido por meio das práticas tradicionais do grupo.

Mas também é importante destacar que a Amazônia e seus moradores tradicionais vêm sofrendo uma forte pressão de um estilo de desenvolvimento transplantado, de forma inadequada das regiões ricas do Centro-Sul do Brasil (DIEGUES, 1999), uma vez que, a base dessa exploração é o modo capitalista de produção que cada vez mais vai expandindo a fronteira econômica (BECKER, 2005, 2009).

Contudo, ressalta-se que esse estilo de desenvolvimento implantado na região amazônica tem relação direta com a desestruturação e alterações que o modo de vida da população amazônica (ribeirinho, castanheiro, varzeiro, quilombola, etc.) vem experimentando. Dessa forma, verifica-se que “a análise sobre o modelo de implantação desse projeto na Amazônia elucidada, de forma basilar, como os impactos sobre o território estão estreitamente ligados ao social e, por isso, alteram profundamente o modo de vida das populações locais” (DIEGUES, 1999, p. 52).

Dessa maneira, fica evidente a preocupação do autor em relacionar o modo de vida com o uso do território, haja vista que é nos territórios que se observam as territorialidades das populações tradicionais como produto e/ou reflexo de seu modo de vida que recortam os territórios capitalistas, conflitandoo principalmente quando neles são mantidas relações de poder (RAFFESTIN, 1993 [1980]). Também é no território em sua maioria negado pelas autoridades governamentais e pelo capital às populações tradicionais, que a vida dessas populações se reproduz por meio de sua reprodução material e imaterial inerente a um modo de vida específico (SAQUET, 2015 [2007]). Diante dessa relação observada entre esses conceitos e na tentativa de trabalhá-los nessa pesquisa é que também dialogaremos abaixo com alguns autores que tratam da categoria território, principalmente na abordagem simbólica e cultural.

1.4 O TERRITÓRIO

Percebe-se que analisar/pensar o território seja como categoria de análise ou somente como um conceito, tem sido tarefa de muitos pensadores das mais diversas áreas do conhecimento. E, nessa miríade de pensamentos, abordagens e definições que surgem acerca do território, se faz necessário com que cada pesquisador tome um partido em sua análise e escolha aquela que melhor pode fundamentar seu objeto de estudo e, sobretudo que este tenha autonomia para fazer tal escolha (SAQUET, 2015 [2011]).

Mas, por que se faz necessário que o pesquisador escolha uma das abordagens sobre o território?

a) Primeiro porque não existe conceito puro, ou seja, a rapidez nos processos de transformações da sociedade e do espaço, do território e nas relações sociedade-natureza, permite com que a cada *nova* mudança seja necessário uma *nova* abordagem, um *novo* ou atualização dos conceitos existentes;

b) É a partir do partido tomado pelo pesquisador que é possível diferenciar e saber qual área do conhecimento foi priorizado na sua análise, pois para quem é geógrafo, mesmo que o território seja uma categoria de análise eminentemente geográfica, ele é trabalhado também por estudiosos de outras ciências, como a sociologia, antropologia, política, biologia, etc.

Dessa forma o geógrafo deve também, ter muito cuidado em sua abordagem, uma vez que se corre o risco de usar um conceito ou abordagem que não seja coerente com o usado na ciência geográfica. Não que não deva haver o diálogo entre as ciências, ao contrário esse diálogo se faz necessário. Porém, como dito anteriormente é essencial que se esclareça a abordagem que está norteando sua análise.

Na geografia, o conceito de território quando do processo de sua institucionalização como ciência, não tinha a importância que atualmente se tem dado para ele, ao passo que se tornou uma categoria de análise dessa ciência. No entanto, este já foi visto como apenas um *objeto* natural, construto da natureza. No senso comum, entende-se por território como toda e qualquer área apropriada, seja ela habitada ou não, mas que apresente limites concretos ou abstratos. Todavia, não se deve tratar de um conceito que tem custado tão *caro* a geografia de maneira trivial, haja vista que por meio da análise territorial é possível apreender a relação sociedade-natureza, os conflitos, as desigualdades, culturas, singularidades, formas de economia, política, etc. e seus desdobramentos no *espaço-tempo* e, nas suas diversas escalas ou no que Saquet (2015 [2011]) compreende como relações (i) materiais, transtemporalidade, transescalaridade e transterritorialidade.

O território apresenta diversos elementos que devem ser considerados na análise de seu processo de construção e/ou produção, dentre eles destacam-se a população, a identidade, o poder, o controle, o uso, etc. assim, baseado em Raffestin, (1993 [1980] e 2012), Saquet, (2015 [2007] e 2015 [2011]), pode-se afirmar que o território tem três pilares que devem ser considerados basilares em sua construção, são eles: a) a **vida**, pois toda comunidade ainda que primitiva, tem uma relação de domínio pelo *lugar-território*, que está relacionado a fonte de reprodução da vida; b) a **identidade** – manifestada pela religião, ancestralidade, política e cultura; e c) o **poder** – pois, no processo de construção do território se estabelecem relações de poder, que podem ser simétricas ou dissimétricas (RAFFESTIN, 1993 [1980]).

Ressalta-se que esses pilares podem e devem ser analisados de forma coexistentes, entrelaçados entre si, indissociáveis, pois uma vez analisados de formas singularizadas,

incorre-se no risco de se ter uma análise muito elementar, simplista do território. No entanto, fizemos essa pequena explanação porque se reconhece que o conceito de território, não é um conceito universal e que, portanto, não há consenso entre os pensadores tanto na geografia como em outras ciências.

1.5 TERRITÓRIO: DIFERENTES CONCEITOS E ABORDAGENS NA GEOGRAFIA

Afirmou-se anteriormente, que não há consenso acerca do conceito de território e que, portanto, há um hibridismo em sua definição e que, por isso é necessário fazer uma escolha sobre qual abordagem utilizar em determinada pesquisa, seja ela de cunho geográfico ou não.

Nesse sentido, não se pretende fazer aqui um histórico da trajetória dessa categoria/conceito na ciência geográfica, mas apenas elencar algumas das principais abordagens que serviram e ainda servem de suporte para muitos geógrafos. Portanto, não aprofundaremos na análise de cada autor, mas somente citaremos aquilo de mais pertinente e enfatizando na abordagem que norteará esse texto.

Segundo Costa (2015), conceitos clássicos são os pilares de um edifício conceitual e teórico-metodológico. Dessa forma, é importante fazer alusão aos autores que estão na base desse edifício conceitual e teórico-metodológico chamado território, uma vez que só foi possível alcançar o atual estágio de interpretação em torno dessa categoria/conceito graças aos avanços obtidos, a partir dos conceitos clássicos.

Assim, Moreira (1994) argumenta que no período em que ele denomina de clássico ou tradicional na geografia, o território aparece na forma do *espaço vital* que foi proposto por Friedrich Ratzel, para o qual o espaço vital deveria ser bastante extenso, o suficiente para manter o desenvolvimento do Estado, nesse caso, Ratzel estava se referindo a expansão da Alemanha. Dessa maneira, pode-se afirmar que o *espaço vital* era o território que um Estado devia dominar ou se apropriar para obter recursos suficientes para seu desenvolvimento. Ratzel também via como essencial para o desenvolvimento do Estado, não somente a dominação/apropriação do território, mas principalmente o aumento de sua extensão. E, ainda segundo ele, o próprio Estado seria o *único* capaz de fazer o gerenciamento do território (RAFFESTIN, 1993 [1980]) tendo assim, o controle da população e dos recursos. Sendo assim, pode-se afirmar que o território e sua conseqüente expansão e controle era sinônimo de desenvolvimento, garantia de vitalidade ao Estado.

Nesse sentido, verifica-se que Ratzel priorizou em sua abordagem a dimensão política e principalmente geopolítica do território, que segundo Raffestin (1993 [1980]) pode ser chamada de geografia do Estado, uma vez que este era o único detentor de todo poder. Outros autores chamaram essa abordagem de *determinista*, haja vista que, desse modo, o desenvolvimento seria determinado ou impulsionado pela ação das forças naturais e não pela ação do homem sobre a natureza ou da relação sociedade-natureza. Segundo Costa (1992) nas obras de Ratzel, também aparecem as noções de *fronteira e circulação*, pois uma de suas principais preocupações também era a *coesão interna* do território.

Para muitos autores, Ratzel é considerado um clássico da geografia e também foi o primeiro a dar certo destaque ao território – *espaço vital*. Porém, pós-Ratzel esse conceito é preterido por outros que ganham destaque na geografia, como por exemplo, os conceitos de *região e paisagem* que tiveram seu auge principalmente na geografia francesa.

Entretanto, de acordo com Saquet (2015 [2007], 2015 [2011]), o conceito de território é retomado, nos anos 1970, em abordagens que procuram explicar:

A dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico (SAQUET, 2015 [2007], p. 53).

Esse autor destaca as obras de A. Gramsci, G. Deleuze, F. Guattari, J. Gottmann, G. Dematteis, M. Foucault, H. Lefebvre, M. Quaini, E. Soja, C. Raffestin, Milton Santos, entre outros como basilares nessa retomada ao conceito de território (SAQUET, 2015 [2007]). Mais recente também, destacam-se os brasileiros R. Haesbaert, M. de Souza e M. Saquet. Moreira (1994) destaca esse momento do pensamento geográfico como o período de renovação na geografia, também conhecido como geografia crítica ou radical. Desta forma, verifica-se também a presença de filósofos e sociólogos no período de retomada das análises territoriais, fato que conota a importância assumida pelas pesquisas de caráter territorial.

Percebe-se, também, que as problemáticas que envolvem a abordagem territorial ganham *novos* significados, envolvendo todos aqueles elementos que destacamos no início deste tópico e o surgimento ou acréscimo de outros. Porém, cada autor trabalhará a seu modo, priorizando uma ou mais das dimensões (economia, cultura, política e natureza) que perpassam o conceito de território (SAQUET, 2015 [2007]). Nesse sentido, conforme Saquet (2015 [2007], p. 66) é possível identificar as seguintes tendências nas abordagens acerca do território:

a) uma tendência na qual se efetiva uma abordagem mais conservadora, materialista e basicamente areal; b) outra, centrada no conceito de território *usado* e apropriado econômica e geopoliticamente e, c) outra tendência, cada vez mais significativa, voltada à problemática do desenvolvimento territorial, tentando conciliar áreas, redes e múltiplas relações sociais (SAQUET, 2015 [2007], p. 66).

Como se pode perceber, há uma multiplicidade de elementos que envolvem e são envolvidos pelo território. E, confere-se essa multiplicidade quando se reconhece que no território há relações entre sujeitos sociais em si e destes com atores hegemônicos, políticos e como acrescenta e argumenta Saquet (2015 [2007], 2015 [2011]) com a natureza exterior ao homem. Relações estas que envolvem o exercício do poder, podendo ser simétricas ou dissimétricas (RAFFESTIN, 1993 [1980]). Mas, que para além de relações de poder, pode-se destacar também as questões *simbólicas e culturais* que também estão na base da construção do modo de vida de determinado grupo social. Desse modo, conforme Jean Gottman em artigo intitulado “a evolução do território”, “território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMAN, 2012 [1975], p. 523).

Nesse sentido, verifica-se a importância da população e suas relações em si e com o espaço por ela organizado, consoante as suas necessidades. Dessa maneira Raffestin argumenta que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 143).

Como se pode perceber, o autor acima demonstra que o território também pode ser uma ação de apropriação abstrata (representação) sobre o espaço, realizada tanto pelo Estado, empresas como por uma coletividade (populações tradicionais). No entanto, sabe-se que essas representações no dizer de Lefebvre são bem melhores utilizadas pelos atores hegemônicos - Estado e empresas. Estes as usam para planejar suas ações no território. Porém, autores como Acsehrad (2008, 2013), Almeida (2012) e outros vêm demonstrando recentemente que a representação do espaço (cartografia social e/ou mapeamento participativo) também tem sido um instrumento de resistência, luta e poder utilizado pelos povos indígenas, descendentes de quilombos, populações tradicionais, entre outras, ou seja, por poderes que fogem a lógica estatal e econômica e tem uma grande importância simbólica e cultural, representando assim, a vida cotidiana desses povos no território de modo a garantir o seu uso, domínio/apropriação.

Nesse caso, pode-se afirmar que os espaços apropriados e/ou dominados, frutos das ações oriundas de relações que as populações ribeirinhas da Amazônia desenvolvem no

espaço, concreto ou abstrato devem ser reconhecidos como território, uma vez que esses povos também utilizam a representação para delimitar, especificar, qualificar, quantificar, se apropriar e dominar os espaços que estão subjacentes as suas moradias e também para além delas. Sendo relações carregadas de processos materiais e *(i)materiais*, ou seja, inerentes ao seu modo de vida.

Raffestin, portanto, acrescenta ainda que:

Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações [...] a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder às “utilidades” sociais *lato sensu*. Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder [...] A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 144-145) (GRIFOS DO AUTOR).

Portanto, conforme a afirmação acima, o espaço representado é uma representação do território percebido e/ou vivido. Sendo esse território o resultado de um amálgama de relações dos grupos humanos entre si e com o ambiente exterior a eles. Isso nos remete a pensar o território como o lugar onde a população constrói e fixa seu modo de vida, no dizer de Gottman (2012 [1975]) transformando-o num lugar que lhes oferece segurança e oportunidade. Ressalte-se o entendimento de que o território é determinado pelo modo de vida e que ambos coexistem indissociavelmente sendo que o último pode ser um instrumento de resistência e luta para a dominação e/ou apropriação do território.

Destaca-se que Raffestin entende o espaço e o território de forma dissociada – “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço”, ou seja, o espaço para ele é uma possibilidade, um recurso ou matéria-prima que o homem ao agir, planejar ou utilizar esse espaço de forma relacional produz o território que pode ser abstrato ou concreto, contudo é o resultado das ações humanas no/sobre o espaço que o territorializa.

Desse modo, verifica-se também que Saquet (2015 [2011], p. 38) baseado nas obras de Raffestin argumenta-se que “o território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente as pessoas”. Portanto, como historicamente produzido/construído o território está dotado de relações que são ao mesmo tempo social e espacial, econômico e político, simbólico e cultural, haja vista que de sua produção/construção derivam a apropriação e o domínio de espaço e pessoas, conflitos, símbolos, crenças, *territorialidades*.

Marcos Saquet traz uma importante contribuição para a análise e entendimento do território, por meio de uma abordagem que ele denomina de *(i)material-pluridimensional* de

geografia que tem centralidade na relação espaço-tempo e que caracteriza o território como construto social, objetiva e subjetivamente, a partir de transterritorialidades históricas e condicionadas (SAQUET, 2015 [2011]). Nessa perspectiva, o território muda em virtudes das mudanças de territorialidades no espaço-tempo, contendo assim, mudanças e permanências. O autor acrescenta ainda que em qualquer lugar a territorialização é (i)material, pois, há uma (i)materialidade das formas e nas relações sociais: uma está na outra; as *obras* estão nos *conteúdos*, nas territorialidades e estas nas *obras* (2015 [2007]) p. 160).

Desta forma, o mesmo autor afirma que “o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas” (p. 45). Sendo assim:

A territorialização desse modo significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados (SAQUET, 2015 [2011], p. 39).

Dessa maneira, percebe-se que assim como Raffestin (1993 [1980]), Saquet (2015 [2011]) também afirma ser o território uma apropriação ou dominação de espaço por um determinado grupo social que age e exerce poder em suas relações *espacio-temporal* cotidianas – suas territorialidades. Estas são simultaneamente caracterizadoras do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização. Sendo as territorialidades determinantes do território (SAQUET, 2015 [2007]). Porém, este último entende que o espaço e o território são uno, inseparáveis, indissociáveis, mas que também não são sinônimos. Sendo esta unidade apreendida nos planos ontológico e epistemológico.

Verifica-se assim, que o território é analisado de forma que sejam percebidas as mais diversas interações e/ou relações possíveis no seu processo de produção/construção cotidiana – diversidade de sujeitos e atores; relações de solidariedade, de individualidade e de *unidade*; identidades. Assim, os elementos basilares do território são as redes, as relações de poder, as contradições e a identidade que fundidas formam uma trama relacional indissociável (SAQUET, 2015 [2007]).

“O território, assim também é entendido como espaço de organização, luta e resistência, política e cultural” (SAQUET, 2015 [2011], p. 78), ou seja, a concepção (i)material-pluridimensional destaca a busca pela *autonomia* e o desenvolvimento com mais justiça social. Sendo essa *autonomia* tanto social como territorial, exemplificado pelas

populações tradicionais que vêm se engajando em lutas por reconhecimento e titularização de seus territórios, também verificados nas experiências de cartografia social (ACSELRAD, 2008, 2013). Além dos anseios por um desenvolvimento *endógeno*, onde os conflitos a serem resolvidos sejam prioridades, modos de vida que já provaram que mantêm relações com a natureza baseado nos preceitos da sustentabilidade ambiental e social sejam potencializados e não desestruturados e inseridos a lógica capitalista da exploração em larga escala.

Assim, conforme Saquet (2000, 2003 [2001], 2005, 2006^a e 2007) estudar o território nessa perspectiva se faz necessário considerar a paisagem, o lugar, o espaço e o tempo. Pois, reconhecendo todos esses elementos é possível estabelecer uma pesquisa que culmine com resultados que possam contribuir com o desenvolvimento local. Nesse sentido, Saquet (2015 [2011]) argumenta que:

Um projeto de transformação do território passa, necessariamente, pela compreensão da sociedade e da natureza, pela gestão participativa, pela reunião dos sujeitos-objetos e pela construção de novas territorialidades e novos territórios que possibilitem a sustentabilidade e a governabilidade coletiva em busca da autonomia, redimensionando as relações de poder para valorizar os sujeitos de cada lugar, seus patrimônios e a planificação democrática em detrimento das tecnologias inapropriadas e da acumulação intensiva de capital (SAQUET, 2015 [2011], p. 79).

Desse modo, verifica-se um complexo de possibilidades que permeiam a análise territorial onde a delimitação conforme argumentado por Raffestin (1993 [1980]) é a forma mais simples de apropriação territorial, pois, para além de delimitar o espaço, o homem também mantém, produz e/ou constrói no/sobre o espaço inúmeras relações que envolvem distintos sujeitos, atores e lugares, conflitos, identidades, organizações, redes de circulação e comunicação, surgimento de *novas* territorialidades e de *novos* territórios. Assim, a abordagem (i)material-pluridimensional além de abordar as dimensões políticas, econômicas, culturais que estão presentes na maioria das concepções sobre o território, também acrescenta e ilumina a dimensão natural ou a natureza externa ao homem, bastante negligenciada nas pesquisas territoriais (SAQUET, 2015 [2007], 2015 [2011]).

Desta forma, consideramos que nosso objeto de estudo apresenta características que nos permite iluminar as relações desenvolvidas em seu interior a luz da abordagem (i)material-pluridimensional que conforme Saquet (2015 [2007]) apresenta uma complexidade e unidade de elementos e momentos, processos, conflitos, temporalidades e territorialidades.

1.6 O TERRITÓRIO DO MODO DE VIDA

Evidentemente é preciso entender tanto o modo de vida quanto o território, para assim avançarmos no que estamos propugnando de território do modo de vida e sua relação com as territorialidades. No entanto, este tópico é apenas um ensaio que subsidiará um amadurecimento futuro, pois, sabe-se que o debate não se esgotará aqui e críticas permeadas por *novas* contribuições surgirão com o tempo.

Nesse sentido, o diálogo exposto acima, permitiu identificarmos com base nos autores citados, os pilares teórico-conceituais de cada conceito/categoria onde se percebeu similaridades nos processos desencadeados tanto na formação e afirmação do modo de vida como na produção/construção do território. Desse modo, pode-se afirmar que ambos precisam ser entendidos em *unidades*, de formas coexistentes, indissociáveis, sendo percebidos um no outro de forma dialética, não como sinônimos, mas como processos distintos, porém, inseparáveis, no dizer de Saquet (2015 [2007], 2015 [2011]) numa unidade apreendida somente nos planos ontológico e epistemológico. Portanto, para fundamentar esta proposição apresentaremos fragmentos da análise dos autores acima mencionados que deixam pistas que iluminam essa relação.

Mas quais são as similaridades existentes entre esses dois conceitos/categoria? Tanto os autores clássicos como La Blache, Sorre, Derruau assim como os contemporâneos, na geografia e fora dela, afirmam ser o modo de vida a construção de uma coletividade, que age sobre o espaço, transformando-o, moldando-o conforme as necessidades do grupo, frente às *oportunidades* oferecidas pela natureza e os saberes e as técnicas disponíveis. Também são fundados em relações de solidariedade, laços culturais e identitários bastante arraigados com os territórios e acrescentando-se ainda, como a construção da vida. Mas também que originam conflitos, desigualdades, mudanças e permanências.

O modo de vida também pode ser entendido como uma forma de *territorialização* dos grupos humanos e/ou comunidade. Pois na medida, que seus hábitos e costumes vão tornando-se tradições, criam-se identidades com o espaço que vai sendo apropriado a partir do uso dos recursos naturais e também de maneira imaterial – a essa apropriação de um determinado espaço por meio da identidade que uma população tem com ele, (Raffestin, 1993 [1980] e 2012, Haesbaert 2002, Saquet, 2015 [2011]) chamam de território.

Por outro lado, com base em Raffestin e Saquet verificou-se que o território também resulta de relações sociais, das ações de coletividades sobre o espaço das quais derivam

relações de poder, de solidariedade, de conflitos, que produzem territórios que se transformam à medida que novas técnicas são inseridas, que sela uma identidade em si e com o território, que também é usado para dar autonomia, segurança, oportunidades, àqueles que os produzem e/ou constroem. Derruau (1977 [1961]) afirma que:

[...] o modo de vida é uma resposta de um grupo à organização econômica e social que lhe é imposta ou que ele impõe a si próprio [...] em face do apelo do mercado ou de uma planificação política, o meio (**território**) é um dado de resistência, com o qual o grupo deve contar (DERRUAU, 1977 [1961], 177 e 178). (grifo nosso).

Essa afirmação evidencia que há uma sobreposição dos conceitos e reafirma a necessidade de serem entendidos de forma inseparáveis, haja vista que podem e já são utilizados como fonte de resistência às imposições hegemônicas. O quadro 02 demonstra as similaridades que tornam possíveis tais sobreposições.

Dessa maneira, afirma-se que o território também é resultado e condicionante da construção do modo de vida, pois é nele que as marcas deste último são materializadas, além de ambos serem marcados por relações entre sujeitos sociais em si e com a natureza. Assim, ao construir seu modo de vida os sujeitos também produzem e/ou constroem o território de forma indissociável e vice-versa. Reclus nos ensina que é do homem que nasce a vontade criativa que constrói e reconstrói o mundo, Raffestin (2015 apud SAQUET, 2015 [2011]). Nessa mesma direção, Raffestin argumenta que:

O território é o instrumento pelo qual os homens, as comunidades, as sociedades tomam posse do mundo, transformam-no e destroem-no pouco a pouco, se dele não cuidam [...] o conceito de território é particularmente expressivo no sentido de que ele permite revelar relações das sociedades com a materialidade e com a imagem que elas fazem de si, isto é, com a representação que os homens têm delas (RAFFESTIN, 2015 apud SAQUET, 2015 [2011], p. 10 e 11).

Essa afirmação corrobora com nosso pensamento, pois se o território é um *instrumento* que possibilita ao homem tomar posse do mundo, transformá-lo e destruí-lo, no entanto, para que isso aconteça ele precisa agir de acordo com um modo de vida que também tem função de criar e destruir. Mas, ressalta-se que no território do modo de vida tradicional o homem em sua maioria só destrói aquilo que pode prejudicar seu modo de viver. Assim, com base em La Blache e Sorre pode-se afirmar que os modos de vida são múltiplos e sobrepõem-se em um mesmo território. Um dos pontos fortes de ligação entre o modo de vida e o território é que ambos resultam de processos coletivos, apresentando sobreposições principalmente nas dimensões simbólico-culturais. Raffestin (2015 apud SAQUET, 2015 [2011], p. 12), afirma que o “território, constitui o primeiro instrumento coletivo da relação com a natureza, tanto do ponto de vista material quanto imaterial”.

Quadro 02: Comparação entre modo de vida e território

Modo de vida	Território
É uma construção coletiva.	É um produto de relações sociais (coletiva)
Identidade – social, material e espiritual.	Identidade – material, imaterial.
Autonomia – política, econômica, cultural e territorial.	Envolve relações de Poder (políticas, econômicas e culturais).
Conflitos, desigualdades e diferenças.	Conflitos, desigualdades e diferenças.
Apropriação e uso do espaço.	Domínio, apropriação, uso, delimitação do espaço.
Redes.	Redes, nós, malhas, tessituras.
Construção/destruição.	Construção/destruição.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas leituras de La Blache, Derruau, Sorre, Raffestin, Saquet e Costa.

Desse modo, o (quadro 02), demonstra as similaridades existentes na construção tanto do modo de vida quanto do território, de modo a permitir afirma-se que há sobreposição entre ambos, reforçando a ideia de que essas duas categorias geográficas devem ser analisadas de forma indissociáveis, sobretudo, quando a pesquisa tratar de populações e/ou comunidades tradições, haja vista que a construção do modo de vida dessas populações também constrói seus territórios.

Nesse sentido, ainda conforme o (quadro 02), pode-se afirmar também que o território do modo de vida é a construção de um modo de vida que ao mesmo tempo constrói um território permeado de identidades próprias que o singularizam. Mas também ele é o lugar da singularidade e da diversidade, do acontecer, das relações sociais e com a natureza, da solidariedade e do estranhamento, da produção e/ou reprodução dos saberes, da identidade, da espiritualidade, da materialidade, dos conflitos, dos sonhos, da resistência, da organização política. Representa *segurança, oportunidade* e vida.

Entretanto, tomando como exemplo o modo de vida e o território amazônico e, mais especificamente, a construção do modo de vida ribeirinho, percebe-se a necessidade que o grupo tem da apropriação/domínio/uso/delimitação do espaço para sua reprodução, de uma configuração territorial que se singulariza e se diferencia conforme sua territorialidade e relações com o ambiente, nesse caso o rio e a floresta que são elementos presentes na

configuração do território do modo de vida ribeirinho que apresenta diferentes temporalidades.

Antônio Diegues, ao analisar os ribeirinhos da Amazônia, observou que eles mantêm uma intensa relação com o ambiente e é, pois nesta relação intensa, íntima com o espaço natural que está fundamentado seu modo de vida. Desta forma:

Os caboclos/ribeirinhos vivem, principalmente, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. Quando as chuvas enchem os rios e riachos, estes inundam lagos e pântanos, marcando o período das cheias, que por sua vez regula a vida dos caboclos [...] Quando começa a cheia, torna-se impossível fazer roça e mesmo a pesca e a caça tornam-se mais difíceis. Esses caboclos são extrativistas e agricultores, que produzem em regime familiar, vendendo o excedente e, frequentemente, em períodos de maior demanda de força de trabalho lançam mão da troca de dias entre vizinhos (DIEGUES et al., 2000, p. 51).

Castro (1998, p. 7), também se referindo aos ribeirinhos, afirma que “o uso dos recursos da floresta e dos cursos d’água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território”. Nahum (2011), no Artigo *De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense* identificou a importância do modo de vida na demarcação do território quilombola das ilhas de Abaetetuba.

A demarcação das terras remanescentes de quilombo é uma conquista. Forjada em séculos de resistência e enfrentamento da dinâmica socioeconômica e de políticas de estado que condenam à extinção modos de vida quilombola, ribeirinho, camponês, indígenas, dentre outros, que usam a terra como bem comum, cultivado e cultuado pela comunidade. Portanto, modos de vida que usam a terra/território para viver e não a reduzem à capital (NAHUM, 2011, p. 19).

Silva (2006), em sua dissertação de mestrado analisou as *territorialidades e o modo de vida de pescadores do Rio Itaquara, no município de Breves – PA* e deu ênfase aos conflitos por território, nesse caso, o território pesqueiro disputado por pescadores artesanais e a pesca industrial. Porém, mostrou como, a partir do estudo do modo de vida, pode-se definir os territórios usados tanto dos pescadores artesanais como de outros grupos sociais que vivem dos recursos da floresta e das águas amazônicas. O autor verificou ainda que o modo de vida e as territorialidades dos pescadores do Rio Itaquara eram determinantes para afirmar, identificar e delimitar os territórios de pesca. Sendo assim, o modo de vida e o território, são produto e reflexo da atuação dos indivíduos no espaço, enfatizando o papel da técnica nessa relação (SILVA, 2006).

Portanto, entende-se que o modo de vida pode e deve ser entendido como uma forma de auto (re)construção do território, uma vez que, é no território que suas formas de existência

acontecem por meio da prática cotidiana de convivência, de produção, moradia, transporte, alimentação, tradições culturais e vestimenta. Também é central na análise desses autores os conflitos que emergem a partir da introdução de atores *exógenos* que provocam eventos ao passo de modificar a dinâmica territorial e social local que coloca em xeque a manutenção do modo de vida dessas populações.

Desse modo, entende-se também o território do modo de vida como um construto social que revela as relações peculiares de determinada comunidade com o território, com a natureza, seus membros, sua vizinhança, com os atores hegemônicos, o Estado e suas instituições, com as ONGs, etc. envolvendo também as relações de poder, a identidade, os conflitos, a solidariedade, as indiferenças, as técnicas e tecnologias, a materialidade, imaterialidade e espiritualidade. Sua análise é essencial para entender a dinâmica do modo de vida de determinado grupo, suas aspirações, os processos e eventos que vem desestruturando-o e, principalmente, verificar formas de potencializar esse modo de relação social e com a natureza, de modo que, a reprodução desses grupos não seja colocada em xeque, atentando para práticas e políticas que lhes garantam a permanência, apropriação e dominação de seu território com qualidade de vida.

1.7 ASPECTOS EXTERNOS QUE NORTEIAM E LEGITIMAM A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

A criação de unidades de conservação em sua gênese representadas por parques e reservas, tem sido elementos de estratégia para a conservação da natureza, em particular nos países emergentes e subdesenvolvidos, todavia o objetivo da implantação de áreas protegidas é preservar territórios com atributos ecológicos importantes, sobretudo, aqueles considerados como unidades de proteção integral onde não é permitida a presença de moradia em seu interior, ficando seu uso restrito a contemplação da sua riqueza natural e estética (DIEGUES, 2008), desconsiderando e/ou excluindo, portanto, a importância das populações tradicionais no processo de preservação e enriquecimento da biodiversidade ecológica.

Nesse sentido, Diegues (2008, p. 15), afirma que “o modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir do século XIX, se constituiu numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo (**subdesenvolvido e/ou emergente**)” pode-se afirmar que o Brasil foi um desses países que adotaram muito bem o modelo Norte Americano de *yellowstone*.

Dessa forma, verificou-se que no Brasil todos os Parques Nacionais e a maioria das demais categorias de unidades de Conservação foram criados conforme o modelo Norte Americano (*yellowstone*), tanto que o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, por exemplo, se destaca pelas formações rochosas; o Parque Nacional de Iguaçu, por suas quedas de águas. “Este, aliás, é até os dias atuais o único verdadeiramente implantado; os demais contam com crônicas deficiências de regularização fundiária e recursos para implantação e manutenção” (DIAS, 2004, p. 31).

Portanto, pode-se afirmar que as primeiras unidades de conservação criadas no Brasil seguiram o modelo acima mencionado, importado dos Estados Unidos, modelo este que dava ênfase na proteção de espaços que representavam grande valor cênico, estético ou cultural dos monumentos públicos naturais como critério preponderante para a proteção das áreas protegidas. Este modelo também igualava as populações tradicionais à sociedade capitalista e a elas também atribuía o status e/ou crime de destruidoras da natureza. Isto é, o modo de vida dessas populações foi e ainda é percebido em sua maioria pelas organizações e instituições de proteção ao meio ambiente como ameaças à conservação da biodiversidade ecológica sendo, portanto, para elas inevitável e necessária a retirada das populações tradicionais para a criação das unidades de conservação, principalmente as de proteção integral.

Recentemente, no Brasil, verificou-se algumas mudanças no modelo de criação das unidades de conservação, haja vista que em alguns casos já são as populações tradicionais quem têm requerido a sua criação, principalmente das reservas extrativistas (RESEX). Essas populações têm usado essa categoria de unidade de conservação como estratégia que visa garantir seus modos de vida, sua permanência e o uso dos seus territórios de forma a não serem tratados respectivamente como clandestinos e devastadores, pelos órgãos e instituições de regularização fundiária e ambiental do Estado brasileiro. Porém, ressalta-se que nem sempre foi assim, esse processo de mudança resulta de resistências e lutas históricas desses sujeitos sociais diante de um modelo excludente e opressor como o de *yellowstone* que levou as primeiras experiências do governo brasileiro a se constituírem em humilhantes processos de desterritorialização dos sujeitos que habitavam os territórios que deram origem as primeiras unidades de conservação no Brasil.

Nesse sentido, Diegues (2008) argumenta que:

A transposição desses espaços naturais vazios em que não se permite a presença de moradores entrou em conflito com a realidade dos países tropicais [...] existe nesses países grande diversidade sociocultural responsável por séculos de manejo do mundo natural, que tem garantido a diversidade biológica [...] algumas populações

tradicionais começaram a resistir à expulsão e à desorganização de seu modo de vida, recriando, à sua maneira, formas de apropriação comum dos recursos naturais (DIEGUES, 2008, p. 15 e 16).

Todavia, salienta-se que mesmo com as mudanças que vêm ocorrendo no processo de criação das unidades de conservação, tanto em escala mundial quanto nacional, frisando que o modelo de yellowstone também chamado de “Wilderness Act⁸”, de 1964, nos E.U.A é o que ainda continua imperando na definição de áreas selvagens (unidades de conservação) como as que não sofrem ação humana, onde o homem é visitante e não morador (DIEGUES, 2008). No entanto, adverte-se que o não rompimento com esse modelo provocou e ainda provoca um efeito devastador sobre as populações tradicionais de extrativistas, pescadores, ribeirinhos, índios, etc. que são desterritorializados de seus territórios ou forçados a se adequarem as normas e leis ambientais que pouco ou nada buscam valorizar ou potencializar seus modos de vida.

Diegues (2008) acrescenta ainda que por conta da linearidade compartilhada por agências governamentais, organismos internacionais e vários movimentos ecológicos levaram à desterritorialização de populações tradicionais, de muitos espaços naturais no Brasil, onde foram criadas unidades de conservação que, claramente, têm como objetivo beneficiar as populações urbanas em detrimento das tradicionais. Benatti (1998) corroborando com a argumentação de Diegues, afirma que nas unidades de conservação criadas até hoje, o aspecto natural vem se sobrepondo ao cultural, sobretudo, quando se trata de unidades de conservação de proteção integral. Partindo assim, do princípio de que toda ação humana no território é sempre devastadora para a natureza (VALLEJO, 2009).

Desse modo, verificou-se que as estratégias que vêm norteando as políticas públicas ambientais no Brasil até mudaram em conteúdo ao longo dos anos, porém, seus objetivos primeiros pouco se modificaram. Sendo assim, a ‘preservação’ de ‘espaços naturais intocáveis’ ainda persistem como uma das metas principais - hoje não necessariamente daqueles que encerram belezas cênicas excepcionais, mas indubitavelmente dos que concentram o maior contingente possível de espécies por hectare em seus limites (RAMOS, 2001) numa visão de conservação dos recursos naturais para futura exploração como vem ocorrendo com as Florestas Nacionais, atuais objetos de concessões florestais no Brasil.

Seguindo nessa mesma direção, verificou-se que Morsello (2001) já observava essas mudanças nas estratégias definidoras das unidades de conservação no Brasil, onde para ele foi

⁸ Vida natural/selvagem

a partir da década de 1970, que pouco a pouco se deixava de ter como o alvo primário da criação de áreas protegidas os aspectos cênicos, passando, portanto, a ser o objetivo principal, a noção de conservação da natureza.

Acrescente-se a noção de conservação da natureza, o uso intensivo dessas áreas protegidas como *laboratório* de inúmeros institutos de pesquisa, especialmente na área das ciências biológicas como bem observa o autor abaixo.

Sob esse prisma, as áreas naturais protegidas passaram a servir também como laboratórios para a pesquisa básica em ciências biológicas. Como exemplo, temos a criação dos primeiros parques nacionais europeus na Suíça e Suécia. A perspectiva científica de criação de parques acabou reforçando a ideia de que a presença humana nessas áreas só deveria ser permitida em situações muito particulares e restritas (VALLEJO, 2009, p. 4).

Desse modo, entende-se que o uso das unidades de conservação para o desenvolvimento de pesquisas científicas não deve ser percebido somente como um *novo* interesse à sua criação, mas também de certo modo como uma contribuição para a legitimação do pensamento institucional de isolamento desses territórios, haja vista que a massa de pesquisas nelas realizadas são estritamente voltadas para os aspectos da diversidade biológica da natureza, remetendo a população e seu modo de vida a segundo ou último plano.

Todavia, essas mudanças que vem ocorrendo na política ambiental de criação de novos territórios protegidos perpassam pela escala global, resultantes de um despertar social para a questão ambiental e no caso das populações tradicionais destaca-se as questões territorial e simbólico-cultural onde a sobrevivência e o modo de vida desses sujeitos estão intrinsecamente ligados a sua permanência e manutenção de seus territórios. Nesse contexto, Vallejo (2009) destaca diversos encontros ocorridos em escala mundial e continental que subsidiaram as *novas conceituações* e categorias de unidades de conservação. Abaixo segue os principais encontros destacados pelo autor:

- a Convenção para Preservação da Fauna e Flora em Estado Natural (Londres, 1933);
- a Convenção Panamericana de Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem do Hemisfério Oeste (Washington, 1940);
- o Congresso organizado pelo governo Francês e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1948, quando foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), posteriormente denominada de União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), englobando agências governamentais e não-governamentais, e que passou a coordenar e iniciar trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza;
- As Assembleias Anuais da UICN, realizadas a partir de 1960; e

➤ os I, II, III e IV Congressos Internacionais de Parques Nacionais, respectivamente nos EUA (Seattle, 1962 e Yellowstone, 1972) Indonésia (Bali, 1982) e Venezuela (Caracas, 1992) (VALLEJO, 2009, p. 4).

Nota-se que os quatro primeiros encontros e debates destacados acima apontavam para um modelo de unidade de conservação que tinha no *isolamento* do território protegido, em nome da conservação da natureza como a mais eficaz estratégia para proteger o ambiente natural das ações devastadoras das sociedades (nesse caso tanto a capitalista quanto as tradicionais) sendo somente a partir do III Congresso Internacional de Parques Nacionais, em Bali, 1982, que foi firmada uma nova estratégia na qual os parques nacionais e as outras categorias de unidades de conservação só teriam sentido com a elevação da qualidade de vida da população dos países em vias de desenvolvimento (VALLEJO, 2009).

Desse modo, fica evidente que o objetivo do estabelecimento das unidades de conservação no Brasil em suas primeiras experiências, assentaram-se no discurso “de manter os recursos naturais em seu estado original, para usufruto das gerações atuais e futuras” (IBAMA - *Base, Princípios e Diretrizes da Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre*, 1997, p. 1) e, de certo modo, esse objetivo ainda vem se sobrepondo, uma vez que, o número de RESSEX e RDS não são tão expressivas em relação as demais categorias de unidades de conservação existente no Brasil.

Dessa forma, o que se verifica é um quadro de conflitos por territórios, resultantes de um processo de criação de territórios protegidos alicerçados numa visão contraditória a realidade brasileira, nesse cenário pode-se destacar como os principais envolvidos as populações tradicionais, o Estado e os grandes capitalistas, onde os primeiros são os mais prejudicados, já que em sua maioria seus modos de vida são discriminados como perigosos à proteção e conservação dos ambientes naturais, além de, também serem desterritorializados seja pela ação do Estado que no caso brasileiro veio assumindo compromissos nos encontros internacional e continental sobre a questão ambiental, destacados anteriormente de inferir políticas públicas de proteção a natureza ou mesmo pela ação dos grandes capitalistas. Nesse contexto Diegues (2008) argumenta que:

[...] a transposição do “modelo yellowstone” de parques sem moradores de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo (**subdesenvolvido e/ou emergente**), cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas (DIEGUES, 2008, p. 38). (grifo nosso).

Costa (apud RAMOS, 2001, p. 22), argumenta que somada a esta realidade está o fato de que também os movimentos ecológicos de caráter abertamente preservacionista acabaram por condenar o campesinato agrícola, considerando-o tão daninho ao ambiente quanto as grandes empresas agroindustriais.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a criação da Floresta Nacional de Caxiuanã, a primeira implantada na Amazônia Legal na década de 1960 seguiu o modelo exposto acima, uma vez que seus planejadores priorizaram os atributos naturais em detrimento da manutenção da população que habitava o local como veremos com mais detalhe no capítulo a seguir.

CAPITULO 2 - CAXIUANÃ: DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A região do médio Rio Anapu, na região hidrográfica Portel/Marajó, abrange áreas dos municípios de Portel e Melgaço, no Estado do Pará, atualmente é reconhecida, principalmente no meio acadêmico como região de Caxiuanã. Afirma-se que essa mudança está diretamente relacionada com a criação da Floresta Nacional de Caxiuanã (FLONA de Caxiuanã) e da baía homônima que banha toda porção leste do território da referida Unidade de Conservação.

Porém, ressalta-se que o nome de baía de Caxiuanã também está relacionado com a criação da FLONA e das pesquisas nela realizadas, sendo um termo, portanto, usado em sua maioria pelos pesquisadores que atuaram e atuam na Estação Científica Ferreira Penna do Museu Paraense Emílio Goeldi que está localizada dentro desse território protegido desde 1993 (mais adiante em um tópico específico tratar-se-á da ECFPn). Ainda sobre a referida baía Silveira, Kern & Quaresma (2002) afirmam que ela é a mais extensa dessa região, medindo 8 km de largura e 40 km de comprimento sendo juntamente com a baía dos botos as duas principais do Rio Anapú que apresenta, ainda, outras de menor expressão em seus vários trechos de alargamento.

No entanto, observou-se que os ribeirinhos dessa região a chamam de Baía do Pracajurá, nome também da Comunidade que fica na margem esquerda dessa baía, a montante do Rio Anapu. Isso nos permite afirmar que esse era e (é) o nome pelo qual historicamente os ribeirinhos a conhecem e se identificam. Corroborando com isso, acrescenta-se ainda as empresas que exploram madeira e a navegação (Rio das Flores) que transporta cargas e passageiros nessa rota que também fazem referência a Pracajurá e não a Caxiuanã. Caxiuanã para esses sujeitos “é uma reserva onde é proibida a entrada e até mesmo morada”. Nesse sentido, parafraseando Gonçalves (2015) afirma-se que a região de Caxiuanã ainda que tenha um tributário do Rio Anapu com o mesmo nome, torna-se uma invenção dos de fora.

No passado, conforme Silveira, Kern & Quaresma (2002), essa região foi habitada por população *autóctone* muito semelhante às tribos marajoara que viviam nas margens da Baía de Pracajurá (Caxiuanã), rios e igarapés, deixando as principais marcas da sua cultura no modo de vida consideravelmente reproduzido pela população ribeirinha que os sucedeu e também nos restos materiais de produtos confeccionados com cerâmica. Esses autores também afirmam em suas pesquisas que o território que hoje corresponde a FLONA de Caxiuanã era intensamente povoado por ribeirinhos, mas que ao longo dos anos foi reduzida.

Lisboa (1997), Ramos (2001), Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) também corroboram com os autores acima.

Desse modo, percebe-se que a região da Baía do Pracajurá (Caxiuanã) não pode ter sido um espaço vazio, muito pelo contrário, pois, conforme a narrativa dos atuais moradores, sempre se configurou como um espaço de relações históricas entre sociedades em si e com a natureza, resultando na construção de modos de vida e territórios singulares, percebidos pelos sujeitos protagonistas dessas relações como no dizer de Gottman (2012 [1975]) tanto como segurança quanto como recurso, primeiro para as populações *autóctones* e atualmente aos ribeirinhos que lutam para permanecer e usufruírem de seus territórios.

Portanto, o esforço na primeira parte deste capítulo foi de fazer uma possível caracterização do modo de vida e do território da população anterior a FLONA de Caxiuanã e posterior a população indígena, tendo como embasamento os autores já mencionados, além de alguns relatos de Ferreira Penna - naturalista que fez uma expedição nessa região no século XIX e também dos moradores mais antigos que ainda habitam e conhecem muito bem a geografia desse território.

Domingos Soares Ferreira Penna, foi um naturalista que em meados do século XIX a serviço do governador do Estado do Pará fez uma expedição na região do médio Anapu – Baía de Pracajurá (atual Caxiuanã) e, em suas observações, verificou que essa área era intensamente povoada (PENNA apud SILVEIRA, KERN & QUARESMA, 2002), também tinha uma organização social baseada nos laços de parentesco e compadrio, além de desenvolverem atividades ligadas ao uso dos recursos naturais disponíveis nesse território. Esse dado contraria a tese de que a Amazônia seria um vazio demográfico.

Segundo Lisboa (1997) Ferreira Penna foi o primeiro a fazer observações de cunho ecológico em Caxiuanã e observou principalmente o comércio que os regatões faziam e em menor intensidade devido às restrições atual para entrada na FLONA de Caxiuanã ainda fazem nessa região, trocando com os habitantes, mercadorias nacionais e estrangeiras por borracha, castanha, cumaru, óleos, peixe, madeira, estopa⁹, breu¹⁰, etc., bem como o fabrico de utensílios domésticos como panelas, potes, alguidar, bacias, tachos e etc. atualmente há circulação de dinheiro nessa relação, a produção de cerâmica, borracha, cumaru, madeira,

⁹ Material feito a partir da casca da árvore de castanheira usada para calafetar embarcação (LISBOA, 1997).

¹⁰ Resina vegetal usada pelos ribeirinhos como remédio natural, bem como material inflamável para fazer fogo e massa para fazer o acabamento do calafeto das canoas e barcos.

estopa e breu não existe mais nas comunidades da FLONA e os principais produtos utilizados nas trocas ou vendidos para o regatão é a castanha, o açaí e a farinha de mandioca.

Na mesma direção de Ferreira Penna, Lisboa (1997), Ramos (2001), Silveira, Kern & Quaresma (2002), Santana & Lisboa (2002) e Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) também ouviram em suas pesquisas dos moradores mais antigos que o atual território de Caxiuanã outrora já havia sido habitado por um contingente populacional muito mais expressivo do que se tem hoje – pouco mais de 350 famílias que tinham sua própria organização socioespacial sendo uma das principais bases dessa organização a coletividade, a solidariedade, o compadrio e o parentesco.

Ramos (2001), por exemplo, faz a seguinte argumentação:

Até onde se tem notícia o homem que vivia em Caxiuanã encontrava-se organizado sob a lógica chamada pelo autor de *modelo caboclo*, no qual a extração do látex era desenvolvida em conjunto com outras atividades - o roçado, a coleta da castanha, a exploração das drogas do sertão, a venda de carne de caça e de peles de lontra e de felinos como o maracajá e a onça (RAMOS, 2001, p. 44) (GRIFO DO AUTOR).

Como se pode perceber, a população anterior a FLONA de Caxiuanã e principalmente anterior a ECFPn, organizava-se a partir de uma relação socioespacial específica e direta com a natureza, baseado num trinômio descrito por Gonçalves (2015) de rio-várzea-floresta, pois de acordo com Lisboa (1997) e Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) nessa região se pode observar esses três tipos de ecossistemas, típicos do bioma amazônico, porém com grande predominância da floresta de terra firme.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a configuração socioespacial dos antigos moradores do atual território de Caxiuanã estava organizada da seguinte maneira: **rio-casa-quintal-roça-várzea-floresta** num movimento espaço-tempo pautado nas suas estratégias de sobrevivência e na dinâmica da natureza. Dessa forma, baseado nas lembranças do Entrevistado 02 e do Entrevistado 03, dois dos moradores mais antigos de Caxiuanã, foi possível identificar que as moradias nessa época, em sua maioria eram construídas de forma dispersa nas margens dos rios, Cariatuba, Pracupi, igarapé Laranjal, enseada da Pedreira, nas margens da Baía de Pracajurá, Rio Caxiuanã e Curuá. Nestes dois últimos, lugar de moradia dos entrevistados, de acordo com eles havia uma exceção, pois, o aglomerado de casas era bastante considerável. Assim, percebe-se que com exceção da ocupação no vale do rio Caxiuanã, não existiam grandes núcleos populacionais contínuos e concentrados numa mesma área, ficando restrito a pequenos sítios de até três casas compostas por pessoas de uma mesma família.

As moradias, do tipo palafita, eram bastante simples, pois, o material usado nas construções era em sua maioria tronco e folhas de palmeiras e em algumas madeiras. A folha da palmeira era bastante utilizada na cobertura das casas (SILVEIRA, KERN & QUARESMA, 2002) em alguns casos até mesmo nas paredes.

Comumente as casas tinham dois compartimentos: o quarto do casal chefe da família e um grande salão onde os filhos se acomodavam. Logo atrás da casa ficava uma área coberta - espécie de cozinha (jirau) com fogão de barro a lenha que se ligava a moradia por meio de uma ponte. Nos arredores das moradias tinham-se e ainda tem o terreiro ou quintal com uma considerável variedade de espécies frutíferas, tanto silvestres quanto plantadas pelos próprios moradores, além de hortas habitualmente feitas em canoas velhas suspensas sobre a várzea na frente, no lado ou atrás da casa (figura 02) (ENTREVISTADO, 03).

Figura 02: Horta suspensa feita em canoa velha



Fonte: ICMBIO (2013)

Nas hortas plantavam-se e ainda se planta hortaliças como cebolinha, couve, favaca, pimentinha, etc. muito usadas como tempero no preparo da comida, além de plantas medicinais como a ouriça e o mastruz.

Sobre as frutas consumidas, Ramos (2001) escreve que no seu levantamento sobre as frutas consumidas em Caxiuanã (silvestres ou plantadas nos quintais), as espécies citadas foram:

[...] Abiu (*Pouteria caimito*), açaí, ajuru (*Chrysobalanus icao*), ameixa (*Eugenia cumini*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), bacuri (*Platonia insignis*), bacuri-açu, bacuri-pari, biribá (*Rollinia mucosa*), buriti, cacau (*Theobroma cacao*), cacaúba, caju (*Anacardium occidentale*), castanha (*Bertholletia excelsa*), cuia, cubiu (*Solanum sessiliflorum*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), cupuí (*Theobroma subnicanum*), cutitiribá (*Pouteria macrophylla*), fruta-pão (*Artocarpus incisa*), goiaba (*Psidium guajava*), graviola (*Annona muricata*), inajá (*Maximiliana maripa*), ingá (*Inga edulis*), jambo (*Eugenia jambos*), jenipapo (*Genipa americana*), jutaí, laranja (*Citrus spp.*), limão (*Citrus spp.*), limão-cidra, mamão (*Carica papaya*), manga (*Mangifera indica*), mucajá (*Acrocomia sclerocarpa*), murici (*Byrsonima crassifolia*), piquiá (*Caryocar villosum*), pupunha (*Bactris gasipaes*), puruí (*Borojoa sorbilis*), saptolha, taperabá (*Spondias mombin*), tucumã (*Astrocaryum vulgare*), umari (*Poraqueiba sericea*), urucum (*Bixa orellana*) e uxi (*Duckesia verrucosa*) (RAMOS, 2001, p. 57-58).

Após o quintal, seguia-se a ocupação do espaço com a construção das roças, no entanto, verifica-se que estas não ocupavam o espaço de forma contínua, pois, à medida que a fertilidade do solo diminuía eram abandonadas, tornando-se capoeiras que de acordo com Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) são frequentes no território da ECFPn. E, para além das roças estavam as várzeas e a floresta de terra firme, ambas utilizadas para aquisição de alimentos, materiais para a moradia, transporte e produtos comercializáveis (ENTREVISTADO, 04).

Sendo assim, todos esses espaços individuais ou agregados de forma coletiva também podem ser configurados como territórios, usados de forma material para aquisição de bens necessários a sobrevivência ribeirinha como também imaterialmente onde esses sujeitos manifestavam a sua identidade por meio das relações sociais como nos festejos comunitários, que era muito importante para a reprodução da vida desses ribeirinhos. É importante também destacar a forte relação dos rios e igarapés na vida desses sujeitos que além de ser a única via de circulação e acesso para cidade, as moradias vizinhas, as várzeas, a floresta e em determinados casos até mesmo para ir à roça também é lugar de lazer e fonte de obtenção de recursos naturais como a água e os peixes para se alimentarem (ETREVISTADO, 05).

A despeito das atividades econômicas, estas eram baseadas em sua maioria nas que já foram apontadas por Ferreira Penna, das quais destacaremos de acordo com a importância de cada uma enfatizando que não havia especialização em apenas uma única atividade, pois o trabalho levava em conta o tempo da natureza sendo que as técnicas eram desenvolvidas de acordo com as necessidades e possibilidades, resultadas de um vasto conhecimento acerca dos processos naturais. Desta forma, pode-se afirmar que havia uma relação de *pluriatividade* no processo de produção dessa população. Furtado (1993) e Neves (2009) também chamam

respectivamente para esse método de atividade nas sociedades tradicionais de pescador-agricultor e policultores.

Assim sendo, verificou-se nos trabalhos de Lisboa (1997), Ramos (2001), Silveira, Kern & Quaresma (2002), Santana & Lisboa (2002) e Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) que as atividades econômicas mais rentáveis desenvolvidas pela população anterior a criação da FLONA de Caxiuanã estavam em consonância com os importantes ciclos econômicos da Amazônia (drogas do sertão, borracha, castanha, madeiras, etc.). Paralelo a isso havia as atividades de subsistências voltadas em sua maioria para o consumo próprio como a pesca, a caça, o roçado, a coleta de frutos da floresta e óleos de espécies oleaginosas (copaíba e andiroba). Ressalta-se que o excedente dessa produção também era usado como moeda de troca por produtos industrializados (café, açúcar, bolacha, pólvora, chumbo, etc.) com os regatões e na Caiçara – casa comercial de um nordestino dono da localidade de mesmo nome na foz do Rio Curuá. Nela os moradores desse rio e do Caxiuanã compravam os produtos industrializados e entregavam quase toda sua produção de borracha, castanha, madeira e farinha (ENTREVISTADO, 05).

Dessa forma, destacavam-se como as principais atividades econômicas e seus respectivos produtos, o extrativismo, tanto o vegetal – sobretudo do látex, da madeira (virola, maçaranduba e outras espécies usadas como lenha no processo de preparação da farinha) e castanha, e, em menores quantidades o açaí, os óleos (de copaíba e andiroba), os cipós (titica e timbó). Quanto ao extrativo animal – destacava-se a caça (paca, tatu, veado, onça, caititu, etc.) e a pesca (pirarucu, tucunaré, filhote, pescada, piranha, etc.), já acerca do extrativo mineral há relatos de que os primeiros moradores do lugar onde, hoje, se localiza a Comunidade da Pedreira trabalhavam com a retirada de pedras e areia usadas na construção civil. Na agricultura, o destaque fica com a roça e seu principal produto, a farinha de mandioca, ainda que nela houvesse feijão, milho, banana, arroz, estes eram restritos só ao consumo das famílias, somente parte da produção da farinha era usada como moeda de troca (ENTREVISTADO, 07).

Os materiais utilizados no trabalho eram bastante rústicos, mas que atrelado as técnicas por eles desenvolvidas e o conhecimento do território em que vivem, garantia-os com que a produção acontecesse. Assim, para a retirada do látex usavam a tradicional tigela e a faca para riscar as seringas. Na extração da madeira utilizavam machados, terçados, cabo de

ação e o batelão¹¹. É importante frisar que essa atividade só era possível no período chuvoso quando há a cheia dos rios na Amazônia, uma vez que as toras da madeira eram boladas da várzea para os igarapés e destes transportadas no batelão para o ponto de onde eram levadas pelos compradores. Na caça e na pesca usavam respectivamente a espingarda, a linha de pesca, o anzol, a zagaia, o arpão, o caniço, a canoa e raramente a rede de malha, haja vista que esta era difícil de ser adquirida, pois nesse período custava um alto valor para a realidade daquela população. Na roça, além dos instrumentos já mencionados como o machado e o terçado, também utilizavam o paneiro, canoas velhas para colocar a mandioca de molho, a prensa, a tarisca¹², o forno e outros (ENTREVISTADO, 06).

No aspecto cultural, a população anterior a FLONA de Caxiuanã caracterizava pelos festejos de Santos Padroeiros das localidades que ali existiram – estas se davam por meio de rituais, rezas, confraternização com comidas típicas da região e festa dançante que aconteciam no dia do Santo¹³, festejado na casa e/ou quintal de um dos moradores. Segundo o Entrevistado 04¹⁴ no dia do festejo se fazia fogueiras que eram acesas para o Santo onde também acontecia o batismo de fogueira que aumentava ainda mais os laços de solidariedades por meio do compadrio. Vale ressaltar que a argumentação desse Entrevistado deixa implícito que o festejo era um momento de encontro entre os moradores que, como já mencionado anteriormente, as casas eram distantes umas das outras, havendo conexão apenas através de canoa a remo, pois nesse período nenhum morador tinha barco com motor.

O contato desses sujeitos com o espaço urbano antes da criação da FLONA de Caxiuanã era muito esporádico, pois são cerca de 35 km de distância para a cidade mais próxima (Portel) (LISBOA, 1997). A ida até os centros urbanos tinha forte relação com a tradição religiosa, haja vista que iam sempre no período da procissão de Nossa Senhora da Luz e do Círio de Nazaré. E, como não tinham embarcação com motor, a viagem até a cidade era feita numa canoa com capacidade para até 20 pessoas que revezavam remando ou raramente de passagem com o regatão que os levavam (ENTREVISTADO, 03).

¹¹ Canoa larga e comprida usada no transporte de madeira retirada em áreas de várzeas.

¹² Instrumento dentilhado com pedaços de material cortante usado para sevar a mandioca – funcionava por meio de uma roda manual ligada através de uma correia.

¹³ A Igreja Católica tem um calendário que demonstra o dia de cada santo.

¹⁴ Morador da Comunidade de Caxiuanã, mas que vive nesse lugar desde antes dele se tornar uma área protegida.

2.1 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL DE CAXIUANÃ, LOCALIZAÇÃO, LIMITES GEOGRÁFICOS, ÓRGÃOS GESTORES E INFRAESTRUTURA

A criação de um território protegido na região de Caxiuaná seguiu-se como já mencionado anteriormente ao modelo de espaços protegidos que priorizam a conservação da natureza em detrimento da proteção e reprodução do modo de vida das populações tradicionais. Seu estabelecimento está atrelado, sobretudo, a partir da década 1960 quando se observa a interiorização seguida de um acelerado crescimento no processo de implantação de unidades de conservação no território brasileiro (DRUMMOND, FRANCO & OLIVEIRA, 2010), acrescente-se a isso também a participação do Brasil nas reuniões, conferências e nos acordos internacionais acerca da temática ambiental. Ressalta-se que essa influência tem um peso considerável nas decisões do Estado brasileiro. Tanto que:

Esta unidade de conservação (**Caxiuaná**) foi criada com base na recomendação de pesquisadores da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que realizaram uma expedição pelo Rio Amazonas, em 1958, que tinha como objetivo identificar algumas áreas potenciais para serem protegidas. Assim, os pesquisadores enviaram, em 1959, uma recomendação ao Brasil indicando a criação de três Unidades de Conservação. As Unidades de Conservação sugeridas foram: Flona Tapajós, Flona Trombetas e Flona de Caxiuaná. Curiosamente, tal recomendação indicava a criação da Flona de Caxiuaná como prioritária (ICMBIO, 2013, p. 9). (grifo nosso).

Em razão disso o Governo Brasileiro, que além da recomendação acima, já tinha conhecimento da existência de uma conservada e abrangente floresta na região do médio Rio Anapu (Caxiuaná) através do relatório de Ferreira Penna (idem, p. 47) e, sem tomar maiores conhecimentos da dinâmica de ocupação sócio-espacial dessa região, tornou público o Decreto-Lei nº 194, de 22 de novembro de 1961 que uma semana depois foi modificado pelo Decreto-Lei nº 239, de 28 de novembro do mesmo ano que legitimou a criação da primeira Floresta Nacional da Amazônia Legal e a segunda do Brasil – a FLONA de Caxiuaná, tendo como base legal o Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934, intitulado de Código Florestal Brasileiro de 1934.

É importante destacar que o referido Decreto-Lei de criação determinava a desapropriação dos posseiros e proprietários particulares que moravam na área. O órgão responsável pela implantação dessa categoria de UC no Brasil nessa época era o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), mas foi o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura (SFMA) que ficou responsável pela gestão de Caxiuaná (ICMBio, 2013).

Nesse sentido, como foi o Código Florestal de 1934 o documento que serviu de fundamentação legal para implantação e gestão da primeira FLONA da Amazônia Legal, torna-se importante observar como o mesmo definia as florestas existentes no território nacional naquele período. Portanto, de acordo com o Artigo 1 do referido Código, as florestas eram consideradas em conjunto, constituindo-se bem de interesse comum a todos os habitantes do país, sendo assim, classificadas em florestas: *protetora, remanescente, modelo e de rendimento* (CÓDIGO FLORESTAL, 1934). Neste caso, comparando com as atuais UC as primeiras seriam de preservação permanente e, as últimas, passíveis de uso comercial (DRUMMOND, FRANCO & OLIVEIRA, 2010), que em nossa análise foram uma primeira versão das Florestas Nacionais criadas a partir de 1946 quando foi criada a FLONA do Araripe-Apodí, a primeira do Brasil.

Desse modo, conforme os relatos de um dos primeiros gestores de Caxiuanã (RAMOS, 2001) e dos antigos moradores desse espaço protegido verifica-se que essa unidade de conservação em suas primeiras décadas de existência foi gerida e entendida como uma UC de proteção integral, baseada na legislação aplicada as florestas protetoras e remanescentes, haja vista que houveram inúmeras tentativas realizadas pelo extinto, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) de esvaziamento do local. No entanto, apesar deste Instituto retirar a maioria dos habitantes, proprietários e posseiros da área, não conseguiu fazer o isolamento pretendido porque houve resistência e luta por parte de alguns moradores, que mesmo sendo a minoria tiveram êxito e, por meio da reprodução do seu modo de vida, permaneceram usando seus territórios.

Atualmente, as FLONA são consideradas áreas de posse e domínio público providas de cobertura vegetal predominantemente nativa, mas também plantadas, sendo, portanto, territórios delimitados pelo Governo Federal, tendo como objetivo básico o uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica. No entanto, agora permitindo a permanência dentro de seus limites dos verdadeiros donos (as populações tradicionais) que já habitavam o local antes mesmo do período de sua criação (SNUC, 2000). Esta mudança é resultado das lutas e resistências dessas populações que não abriram mão de seus direitos, constituídos por meio do uso desses territórios e seus recursos de maneira material, *imaterial* e sustentável por gerações e gerações.

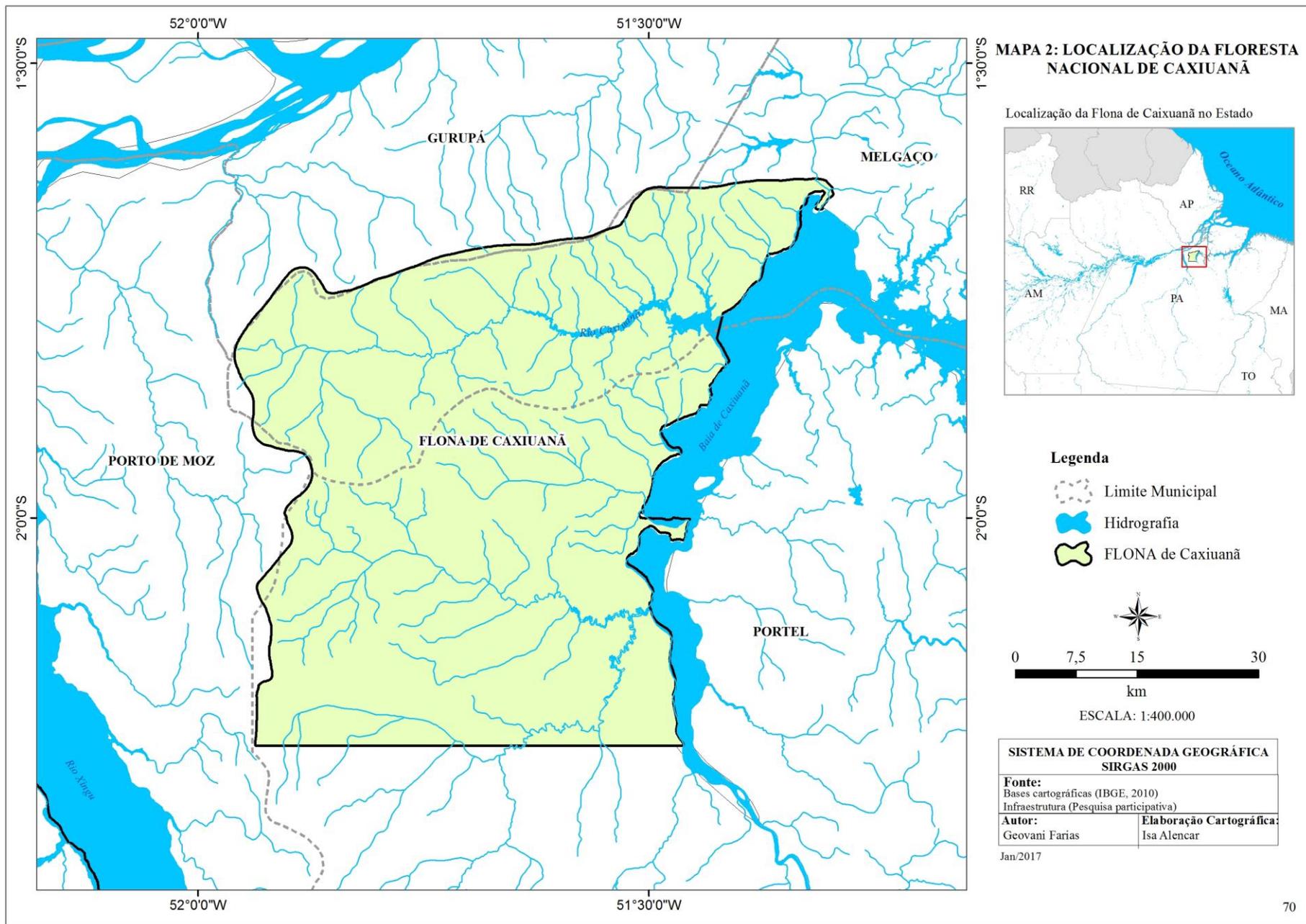
De acordo com o Lisboa (1997), Ramos (2001), ICMBio (2013), Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013), a referida FLONA está localizada dentro dos limites territoriais dos

municípios de Portel e Melgaço, na microrregião de Portel, mesorregião do Marajó, no Estado do Pará (mapa 2), fazendo fronteira, ao Norte, com o município de Gurupá, na foz do Rio Amazonas; a Oeste, com a cidade de Porto de Moz (cujo núcleo urbano situa-se às margens do Rio Xingu). Está situada a 300 km da capital paraense, Belém, às margens da Baía de Caxiuanã, entre os rios Tocantins e Xingu importantes afluentes do Rio Amazonas.

O acesso a esta unidade de conservação ocorre pelos municípios de Portel, Melgaço, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Gurupá por via fluvial. Vindo de Belém do Pará deve-se fazer um trajeto que dura aproximadamente cerca de 16 a 20 horas de viagem tendo de embarcar em um dos seguintes navios (São Domingos, Bom Jesus, Leão do Marajó e Custódio) que fazem linhas diárias da capital paraense até a cidade de Breves na Ilha do Marajó, de onde, quinzenalmente tem viagens dos barcos tanto do ICMBio, quanto da ECFPn – responsáveis respectivamente pelo transporte dos funcionários desses dois órgãos, e também dos pesquisadores que visitam e pesquisam em Caxiuanã.

Todavia, segundo o ICMBio (2013), pelo município de Senador José Porfírio ao Sul da UC é possível o acesso através de uma estrada clandestina que liga a cidade desse município à comunidade Anjo da Guarda que está localizada dentro dos limites do território da FLONA. Ainda de acordo com esse documento as bases de apoio do ICMBio e da ECFPn contam com helipontos para uso em casos de emergências ou de viagens particulares. Porém, sabe-se que estes nunca foram testados.

Com relação à extensão territorial desse espaço protegido há certo desencontro de informações, ao passo que não há coerência na definição de seus limites geográficos. Pois, para o ICMBio baseado no Decreto-Lei nº 194, de 22/11/1961 que logo foi modificado pelo Decreto-Lei nº 239, de 28/11/1961, no qual consta que no ato de criação do território protegido de Caxiuanã, este teria uma área de 200 mil hectares (ha). Porém, divergindo com o Decreto acima está a interpretação dos limites feita por técnicos do ICMBio e da ECFPn que afirmam ser a extensão dessa área de aproximadamente 318.000,00ha. Todavia, Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) também apresentam uma medida divergente. Segundo esses autores, conforme o cadastro federal de florestas públicas do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) a área total desse território protegido é de 322.400ha.



Outra divergência relacionada a extensão territorial é sobre a abrangência da FLONA nos territórios municipais de Portel e Melgaço que para os autores em destaque as dimensões são respectivamente 70% e 30% da área de cada município (BEZERRA, LISBOA & CARDOSO, 2013). No entanto, o ICMBio conforme o Plano de Manejo dessa unidade de conservação afirma que ela abrange 59% do limite municipal de Portel e o restante de 41% está em território Melgacense. Ressalta-se que essa discussão foi enfatizada nas audiências públicas sobre o processo de licitação de mais de 50% do território da FLONA, principalmente pelos gestores de Portel e Melgaço, haja vista que isto implica diretamente na distribuição dos valores referentes à compensação ambiental que cada município receberá.

Quanto à gestão desse território protegido, verificou-se que desde sua criação em 1961 até o corrente ano, esta UC transitou por diferentes órgãos gestores, fato que pode estar estritamente relacionado com a demora na elaboração do seu Plano de Manejo. Desse modo, identificou-se que do ano de sua implantação até 1967 Caxiuanã ficou vinculado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Acredita-se que este órgão não deve ter tido divergências diretas com as comunidades do local, já que tratou mais diretamente das questões burocráticas da implantação da mesma. Diferente do que aconteceu a partir de 1967 quando foi criado o hoje extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal para o qual foi repassada a administração da UC de Caxiuanã.

Este Instituto geriu por mais de duas décadas, período em que seus representantes (gestores e fiscais) tiveram os primeiros contatos mais hostis com a população local, pois, a eles recaíram a responsabilidade de fazer o esvaziamento da área. O IBDF foi extinto em 1989 quando foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que a partir desse ano assumiu a gestão da FLONA de Caxiuanã, gerindo-a até o ano de 2007.

Ressalta-se que o gestor que era funcionário do IBDF foi remanejado para o novo Instituto e permaneceu como chefe da unidade em Caxiuanã até o mês de novembro de 2001 quando o mesmo foi aposentado por tempo de serviço (RAMOS, 2001). Destaca-se também que foi na gestão desse funcionário que se tem relatos de maiores conflitos entre os órgãos gestores e os moradores locais que empreenderam um movimento de resistência e luta contra esses agentes do governo para poderem permanecer em suas casas e usufruir dos recursos de seus territórios.

Atualmente a FLONA de Caxiuanã é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio - Coordenação Regional (CR4). E, foi nessa atual gestão durante o ano de 2012 que foi elaborado o plano de manejo desta UC que foi aprovado pela portaria ICMBio nº 141 de 14 de janeiro de 2013 publicada no DOU de 15 de janeiro de 2013.

Também é importante mencionar que logo após a aprovação do plano de manejo, esta FLONA entrou para a lista do SFB de florestas com potencial para serem exploradas por meio de concessão florestal. O processo para concessão foi rapidamente homologado no Diário Oficial da União e em 2015 já foi realizado o pregão de concessão através do edital de licitação nº 01/2015.

Além da equipe de funcionários acima descrita a unidade de conservação de Caxiuanã conta com a seguinte infraestrutura física: duas bases compostas por alojamentos mobiliados, sala de reunião, refeitório e porto, sendo uma localizada ao Sul da unidade, no Rio Pracupi e a outra ao Norte as margens da Baía de Caxiuanã (figura 03).

Figura 03: Alojamentos da Base do ICMBio nas margens da Baía de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de Campo, (Farias, 2016).

Como se observa os alojamentos (figura 03) são todos construídos em alvenaria e cobertos com telhas de amianto (Brasilite), ambos com banheiro dentro e água encanada através de uma sistema de abastecimento que atende somente esta base.

Para realização das tarefas e deslocamento para as cidades de Portel e Breves são disponibilizados os seguintes meios de transportes: uma lancha construída com madeira equipada com camarotes e um motor de 114hp identificada pelo nome de Flora Fauna e de mais duas voadeiras equipadas com motor de 40 e 60hp respectivamente. Na área de

comunicação as bases do ICMBio estão aparelhadas com microcomputadores conectados a rede mundial de computadores (internet) com sinal via satélite obtido em parceria com os projetos SIPAM e SIVAM (figura 04), também conta com rádios de comunicação, telefone rural e fax (ICMBIO, 2013).

Figura 04: Antena de transmissão do sinal de internet



Fonte: Pesquisa de Campo, (Farias, 2016).

A obtenção de energia elétrica se faz por meio do uso de grupo-gerador (algumas horas durante o dia para alimentar os equipamentos de maiores tensões como freezer e motor bomba) e placas solares (usada para alimentar as lâmpadas, televisão e computadores). Já a água é retirada de poço artesiano com auxílio de motor-bomba e armazenada em caixa d'água que distribui para os alojamentos (figura 05). O esgotamento sanitário é feito através de fossa séptica.

Figura 05: Sistema de abastecimento de água da base do ICMBio – baía de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de campo, (Farias, 2016).

Como se pode observar a estrutura é de certo modo boa e dá suporte para que a equipe gestora da FLONA possa realizar seus trabalhos. No entanto, os moradores ainda reclamam da falta de fiscalização para coibir a entrada de pescadores, caçadores e madeireiros clandestinos. De acordo com o Entrevistado 01 “sempre entra aqui invasores para pescar, caçar e até tirar madeira de forma clandestina. Os caçadores e pescadores então passam mesmo pela frente da base para entrar aqui no Rio Caxiuanã. A gente vê e denuncia, mas até aqui nada foi feito”. Dessa maneira percebe-se que ainda há alguns conflitos na relação entre o ICMBio e os moradores.

2.2 POPULAÇÃO DA FLONA: DESTERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITOS COM OS ÓRGÃOS GESTORES

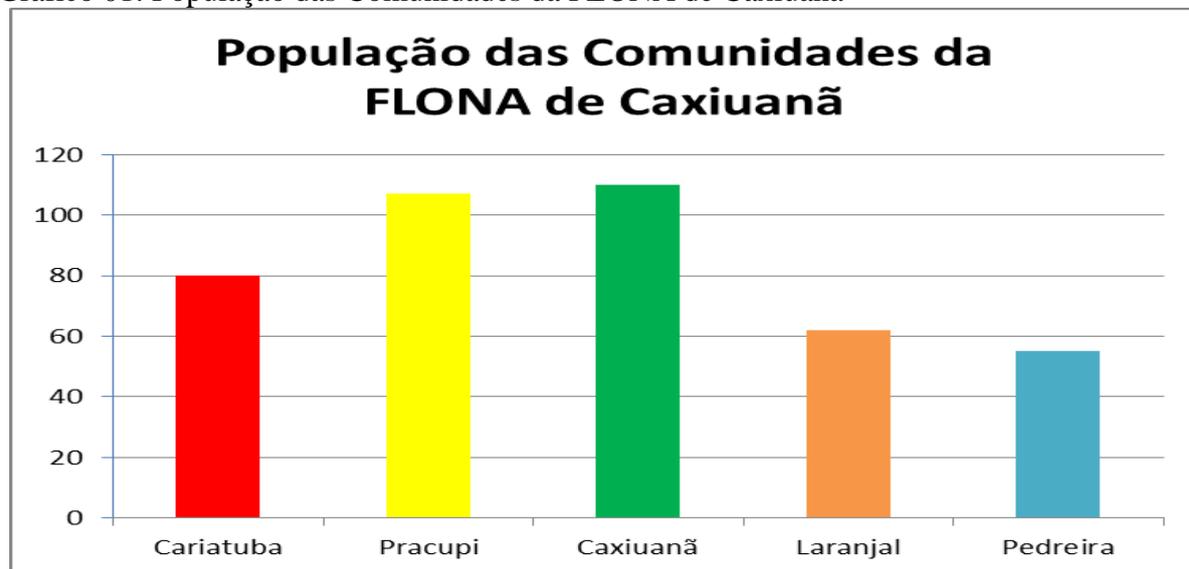
Entende-se que a construção do território deriva de relações sociais em si e destes com a natureza, relações estas que envolvem o poder, a disputa, os conflitos, etc. onde se estar em jogo a conquista, o reconhecimento, o uso, e, atualmente para as populações tradicionais, principalmente, a titulação do seu território. Pode-se afirmar que a implantação de uma unidade de conservação num espaço “desconhecido” na sua essência pelos técnicos ambientais que a planejaram, tornar-se-á uma área com potencial tensão à emergência de conflitos socioambientais, haja vista que não se criou somente um território protegido com regras e normas preestabelecidas, mas territórios sobrepostos onde cada um é determinado por uma dinâmica de ocupação e uso aonde a relação desenvolvida em cada um impacta o outro.

Desse modo, sabe-se que na Amazônia milhares de ribeirinhos viveram e ainda vivem dilemas desta conjuntura, onde seus territórios que tradicionalmente ocupam e neles desenvolvem relações materiais e *imateriais*, são invadidos e/ou desapropriados por grandes empresas agrícolas, mineradoras, fazendeiros, madeireiros, grileiros e, em muitos casos pelo próprio Estado que tem desocupado grandes áreas para constituí-las em unidades de conservação e, sobretudo para disponibilizar as megas obras de infraestrutura. Ressalta-se que não estamos sendo contra a implantação de espaços protegidos, porém, discorda-se dos mecanismos e métodos utilizados nesses processos, principalmente pela forma etnocêntrica, discriminatória e preconceituosa como são tratadas as populações tradicionais, uma vez, que pesquisas já demonstraram a importância e contribuição delas na proteção e conservação da natureza.

Nesse sentido, a luz dos processos que vem ocorrendo desde a década de 1960 nos municípios de Portel e Melgaço, mas especificamente na região de Caxiuanã, condicionados à criação da Floresta Nacional de mesmo nome como responsável pela desterritorialização de centenas de famílias ribeirinhas, que tiveram seus modos de vida tratados como forte ameaça a manutenção da biodiversidade, pelos órgãos que fizeram a implantação dessa unidade. Além de provocar mudanças no modo de vida e no território daqueles que conseguiram permanecer nesse local.

Atualmente habitam dentro dos limites territoriais da Floresta Nacional de Caxiuanã aproximadamente cerca de noventa e três (93) famílias, totalizando quatrocentos e quatorze (414) pessoas, distribuídas em cinco (05) Comunidades, a saber: Comunidades do Pracupi e Cariatuba, ao Sul da FLONA e as Comunidades da Pedreira, Laranjal e Caxiuanã, ao Nordeste, (ICMBio 2013, BEZERRA, LISBOA & CARDOSO, 2013). Dentre essas comunidades a mais populosa é a de Caxiuanã (gráfico 01), principal objeto de estudo de nossa pesquisa. Nela, de acordo com Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) no ano de 2011 habitavam cerca de vinte e quatro (24) famílias, com um total de 110 pessoas, sendo 49% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Uma das principais atividades econômicas desenvolvida nesta comunidade era a monocultura da mandioca (FARIAS, 2015).

Gráfico 01: População das Comunidades da FLONA de Caxiuanã



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013)

Mas sabe-se que até década de 1970 ainda habitavam no já institucionalizado território de Caxiuanã pouco mais de duas mil (2000) pessoas distribuídas em aproximadamente 350

famílias, que para o Estado não apresentavam sinais de organização em comunidades, estando-as dispersas por toda área (RAMOS, 2001). Mas, o que houve com essa população?

Conforme Lisboa (1997), Ramos (2001), Silveira, Kern & Quaresma (2002), Santana & Lisboa (2002) e Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) a população que habitava o atual território de Caxiuanã foi respectivamente, pressionada, desapropriada com e sem indenização e, em nossa análise foram mesmos forçadas pelas instituições do governo (SFMA, IBDF e IBAMA) a se retirarem de seus territórios. Pois, foram considerados como potenciais predadores da floresta que a qualquer custo deveria ser preservada. Desse modo, verificou-se que as famílias que foram desterritorializadas atualmente habitam as adjacências da FLONA, alguns afluentes e o estreito¹⁵ do Rio Anapu e as áreas insalubres das cidades de Portel e Melgaço como bem observou Ramos (2001).

O destino da maior parte dos 'expulsos' foram às várzeas de outros rios nos arredores da Flona, como o Maparauá e o Mujuá, bem como os centros urbanos mais próximos, como as cidades de Portel e Melgaço. Não sendo proprietárias das terras que habitavam, as famílias que viviam na Flona não poderiam ser compensadas por desapropriações embora, por conta das benfeitorias, algumas tenham recebido indenizações. Das 352 famílias existentes, apenas 75 saíram indenizadas - aproximadamente 21% da população residente (RAMOS, 2001, p. 36).

Mas de que forma se deu o processo de desterritorialização em Caxiuanã? Para responder a essa indagação recorreremos às entrevistas com algumas pessoas mais antigas, tanto de moradores quanto dos que não moram mais na FLONA. Também, buscou-se subsídios em trabalhos publicados sobre essa região pelo MPEG e UFPA. Assim, pode-se dividir esse processo em dois momentos: o 1) de maneira “pacífica” com o IBDF buscando o diálogo e tentando convencer os moradores a saírem e ocuparem as áreas do entorno como compensação e um 2) momento que é quando ocorreu a coerção e o uso da força e consequentemente a retirada em massa da população.

Dessa forma, destaca-se nas falas de dois antigos moradores de Caxiuanã que durante os primeiros anos do processo de implantação desta unidade de conservação, o contato entre os ribeirinhos e as instituições do SFMA e posteriormente do IBDF, baseou-se em diálogos considerados por eles pacíficos onde estes últimos apenas estavam comunicando sobre a criação da FLONA, porém informando que isso era vantajoso para aquela população.

[...] No começo não tivemos problemas com eles [...] Eles percorriam aquela beirada toda e, naquele tempo era de remo ainda. Casemiro, então seu Nelson Moraes pulavam num casco e iam remando de casa em casa, era muita casa, tinha muito

¹⁵ É chamada pelos ribeirinhos à parte estreita do Rio Anapu que antecede sua foz.

mesmo naquele tempo. Eles passavam de 3 a 4 dias para voltar [...] eles iam falando que era só para nós repararmos a reserva (ENTREVISTADO 03).

[...] Logo que os fiscais chegaram foi tranquilo, não teve confusão. Eles diziam que não iam mexer com ninguém, que era para nós ficarmos tranquilo porque a reserva era boa para todos [...] todos acreditaram né, pois vinham em nossa casa, sem ameaçar ninguém. Diziam que precisavam da nossa ajuda para poder reparar a reserva (ENTREVISTADO 05).

Com isso, percebe-se que os agentes, responsáveis pela implantação da Floresta Nacional de Caxiuanã, pouco conheciam da região e, portanto, usaram de tal estratégia para conhecer o território e dialogar com os moradores de modo a ganhar a confiança da população, para depois mostrar-lhes que o Decreto pedia de fato a desapropriação da área e que todos deveriam sair do local com ou sem direito a receberem uma indenização pelas benfeitorias que possuíam nas suas terras. Verificou-se também, que a propriedade só era valorada caso o morador tivesse algum documento que lhes desse a garantia de que a propriedade de fato era daquela família, caso contrário era coagida a sair e/ou abandonar.

Sobre essa questão Ramos (2001), faz a seguinte argumentação:

No decreto que instituiu Caxiuanã, a única menção aos moradores locais aparece no artigo nº 5 que cunha a expressão '*eventuais proprietários de áreas e benfeitorias*' para designar as mais de 350 famílias que habitavam o local na época da criação da Flona - 80% das quais saíram da floresta sem receber indenização ou desapropriação, de acordo com o ex-gerente da Flona porque, além de não possuírem documentos das terras, também não tinham documentos pessoais com os quais pudessem comprovar identidade (RAMOS, 2001, p. 17).

Nesse sentido, percebe-se que havia certa intencionalidade por parte do Estado, então representado pelas suas instituições, em querer diminuir ou mesmo suprimir os direitos dos tradicionais moradores de Caxiuanã, fazendo uso da própria falta de responsabilidade do Estado, que não atende as necessidades mínimas de sua população, sendo que nesse período no meio rural dos municípios de Portel e Melgaço havia um número expressivo de pessoas sem documentos pessoais. Por sua vez, documentos de terras eram muito mais raros ainda. Todavia, essa realidade pouco mudou, pois o Estado continua com enorme débito quando se trata de regularização fundiária na Amazônia, no Marajó principalmente.

Dessa maneira, ficou evidente que as comunidades e seus modos de vida que se encontravam no território de origem da FLONA de Caxiuanã não foram levados em conta nos planos governamentais de preservação (RAMOS, 2001) que, como ressalta Diegues (1998), esses planos objetivavam contrabalançar os efeitos ecológicos das atividades dos grandes programas de desenvolvimento econômico para a Amazônia. Ainda, segundo essa mesma

autora, esse dado fica mais gritante quando se procura informações sobre a população no decreto de criação e se encontra apenas a seguinte menção que são 'eventuais proprietários de áreas e benfeitorias' (RAMOS, 2001) ou então no documento do IBAMA intitulado *Unidades de Conservação do Estado do Pará* que data de maio de 1994 onde das cinco páginas dedicadas a esta Unidade de Conservação, oito linhas apenas se referem à população local, sob o intertítulo de 'Aspectos sócio-econômicos da Flona' (RAMOS, 2001). Ou seja, o grande objetivo do Governo era mesmo esvaziar, desterritorializar toda área. E, isto ficou evidente na entrevista concedida a esta autora pelo ex-gestor da FLONA.

A gente chegava pras pessoas e dizia olha, isso aqui é uma Unidade de Conservação, e do outro lado ainda tem muita terra sobrando, se vocês não ocuparem hoje, amanhã vocês não vão ter mais essas terras disponíveis na mão de vocês. Então, se vocês forem inteligentes, até vocês se afirmam lá dentro. Tem duas pessoas na família, então um vai pra lá e o outro fica aqui morando (RAMOS, 2001, p. 37).

Sobre os primeiros anos da instituição da Unidade de Conservação de Caxiuanã, Ramos (2001) constatou que para os moradores permanecerem em seu território, eles tiveram que se submeter a um pacto no qual não podiam realizar suas principais atividades de subsistência.

Durante os primeiros dezoito anos, a população residente permaneceu na área, mediante o pacto de que atividades como a retirada de madeira em toras, a exploração do látex da maçaranduba (*Manilkara bidentata ssp. surinamensis*) e a confecção de roças na mata fossem abandonadas (RAMOS, 2001, p. 33-34).

Porém, discordamos da autora de que o fato acima tenha sido um pacto, uma vez que as restrições aos moradores na realização das suas principais atividades econômicas muito bem observadas pela autora, em nosso entendimento, não passou de uma estratégia para forçar os moradores a saírem de dentro da FLONA e buscar novas terras fora das intervenções do IBDF. Portanto, teria sido dessa maneira a forma “pacífica” de se realizar a desterritorialização da população de Caxiuanã.

Mas, para Lisboa (1997), Ramos (2001), Silveira, Kern & Quaresma (2002), Santana & Lisboa (2002) e Bezerra, Lisboa & Cardoso (2013) é a partir da década de 1970 que se dá início ao processo de desterritorialização em massa da população da FLONA. Em nossas idas ao campo, em conversas informais com os antigos moradores, ouvimos também essa data como o momento em que, de fato, iniciou-se o grande esvaziamento populacional de Caxiuanã e quando também se observaram os principais conflitos entre os moradores e o IBDF.

Assim, após 1970 as proibições ao uso do território se tornaram mais incisivas por parte do órgão fiscalizador. Os relatos de alguns moradores demonstram que a partir dessa data o diálogo já não era tão priorizado nas negociações, dando lugar para falas de intimidação e o uso da força policial em determinados casos.

De acordo com o Entrevistado 05:

[...] Houve um período (**a partir de 1970**) que queriam que a gente parasse de fazer até mesmo a nossa rocinha. [...] O pessoal do IBDF e depois do IBAMA chegavam com os moradores e diziam que estava proibida a tirada da sucupira, virola, da borracha, da maçaranduba, de caçar e fazer roça com queimadas na mata, pois quem fosse pego fazendo essas atividades seriam multados e retirados imediatamente da reserva. [...] muitos ao ouvir essas ameaças com pouco tempo foram embora, pois diziam que assim, não tinha como sobreviver naquele lugar (ENTREVISTADO, 05). (grifo nosso).

Percebe-se que a estratégia dessa vez foi de intensificar ainda mais as restrições para o uso e ocupação do território, de modo a deixar os moradores sem suas condições básicas de sobrevivência. Atrelado às proibições das atividades citadas estava o fechamento da caiçara¹⁶ e a suspensão para entrada dos regatões na FLONA. Tal situação provocou a resistência de alguns moradores que continuaram realizando as atividades então proibidas pelo IBDF, principalmente a roça, a caça e a pesca que era a base do sustento familiar. Todavia, isto levou a represália do IBDF que resultou em conflitos, inclusive com morte de moradores.

A esse respeito, Ramos (2001) relata o seguinte ocorrido narrado por um de seus entrevistados:

[...] Em meados da década de 70, um deles (**morador**), desafiando as normas estabelecidas pelo então IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), teria subido com os três filhos o Rio Puraquecua (que passa acima da ECFPn), atrás de árvores de maçaranduba. Este morador, que vivia às margens do Rio Caxiuanã onde ainda hoje reside seu irmão, teria sido delatado aos funcionários do órgão federal, todos oriundos da região.

Depois do serviço feito, ele se preparava para descer o rio com o produto colhido em seu casco quando uma diligência do IBDF chegou: o ex-gerente da Flona Caxiuanã, Iranildo, que ocupou o cargo até novembro de 2001, e mais dois ribeirinhos da comunidade de Caxiuanã (um irmão de Seu Mariano 14, da casa nº 10, e um irmão de Seu Tato, da casa nº 8). Um terceiro homem, também irmão de Seu Mariano, teria ficado esperando no casco, rio abaixo.

A história contada por seu Tato é a de que o morador 'rebelde' teria puxado um terçado para a expedição e ameaçado o atual gerente. Um dos irmãos de seu Mariano, então, desferiu um tiro e matou o vizinho. Segundo o relato, este rapaz foi

¹⁶ Casa de compra e venda de mercadorias que existia dentro do Rio Curuá, onde 'se criava até gado'. Nela se vendia suprimentos como café, açúcar, feijão, arroz, charque, munição, roupa, calçados, utensílios domésticos, etc. também o dono recebia grande parte da produção de farinha, madeira, borracha, castanha, etc. dos ribeirinhos da região de Caxiuanã. Os donos do negócio teriam abandonado essas terras logo depois que o velho patrão morreu, deixando o local aos cuidados de uma das famílias que reside até hoje na Flona (RAMOS, 2001, ENTREVISTADO 03).

morto logo depois por um dos filhos do homem, que nessa hora emergia do mato junto com os irmãos. Como estavam em minoria, os funcionários do IBDF teriam fugido e os três filhos ficaram esperando no mato por algum tempo. Dois deles resolveram fugir pela floresta, mas o outro insistiu em descer o rio. Lá embaixo, com um homem a mais, a diligência os esperava, e o irmão do funcionário morto atirou no rapaz e o matou (RAMOS, 2001, p. 34-35). (grifo nosso).

Essas mortes também foram relatadas por nossos entrevistados que, mesmo sem detalhá-las, mencionavam-na como o principal conflito envolvendo os moradores e os funcionários do IBDF, destacando assim, o processo de resistência empreendido pelos moradores que não aceitaram a desapropriação/expulsão e as restrições impostas por esse órgão ao uso do território. Segundo o Entrevistado (07) esse ocorrido deu uma acalmada nos ânimos de ambos os lados. Pelo lado do IBDF houve uma certa freada nas imposições, porém, do lado dos moradores, o temor às represálias do Governo levou a saída de uma quantidade considerável das famílias de dentro da FLONA, sobretudo do rio Caxiuanã e Curuá.

Segundo os Entrevistados (02 e 06), o Rio Caxiuanã era bastante habitado, desde sua foz até o centro, constituindo-se em um dos lugares mais povoados daquela região. Porém, após o fato acima, já mencionado, muitas famílias abandonaram suas casas. Por outro lado, os que ficaram foram “orientados” a deixarem o centro e virem para a foz do rio. Contudo, identificou-se tal atitude do IBDF como mais uma estratégia para forçar essas famílias a irem embora e principalmente facilitar a fiscalização da população remanescente, haja vista que a base desse órgão também se localiza na foz desse rio.

Dessa forma, pode-se afirmar que, a criação da FLONA de Caxiuanã, foi um elemento desterritorializador e desestruturador do modo de vida, uma vez que as ações empreendidas pelos órgãos do Governo não repercutiu apenas na diminuição da população da unidade de conservação em si e na quase eliminação da comunidade de Caxiuanã que foi reconstruída a partir de 6 famílias (detalharemos melhor sobre essa comunidade no próximo capítulo), mas, principalmente conflitou com as territorialidades da população tradicional que historicamente ocupou esse território, interferindo assim, na forma de organização sócio-espacial, uso do território e no modo de vida. Este último também pode ser considerado o instrumento de resistência e luta desses sujeitos que ao continuarem reproduzindo seu modo de vida concomitantemente reconstruíram seu território.

CAPITULO 3 - O MODO DE VIDA E O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE DE CAXIUANÃ, MELGAÇO – PARÁ

Como visto anteriormente o Rio Caxiuanã é o referencial para a designação tanto do nome da FLONA e da baía quanto da comunidade que está organizada em sua foz. Esta comunidade que atualmente é composta por 32 famílias, no passado foi bem mais numerosa onde segundo os moradores mais antigos havia casas na maioria dos trechos desse rio. Porém, afirma-se que ela foi uma das mais impactadas pela criação da unidade de conservação na década de 1960 e mais adiante pela criação da ECFPn na década de 1990. Neste capítulo, primeiro contextualizaremos brevemente a comunidade em relação à unidade de conservação e a ECFPn. Em seguida, apresentaremos os aspectos atuais do modo de vida e do território dessa população, enfatizando as mudanças que vêm ocorrendo desde as criações da UC e da ECFPn.

3.1 O MODO DE VIDA E O TERRITÓRIO ANTES E DURANTE AS INTERVENÇÕES DOS ÓRGÃOS GESTORES DA FLORESTA NACIONAL DE CAXIUANÃ

A Comunidade de Caxiuanã, como é identificada atualmente a organização socioespacial dos moradores das fozes dos Rios Caxiuanã e Curuá, no passado anterior a criação da FLONA de Caxiuanã (1961) e da ECFPn do MPEG (1993) não possuía essa nomenclatura, pois segundo os moradores existiam mais de uma localidade que eram identificadas por seus laços familiares e simbólicos, principalmente pelos festejos anuais em homenagem aos santos padroeiros de cada localidade¹⁷, conforme nos afirma o Entrevistado abaixo.

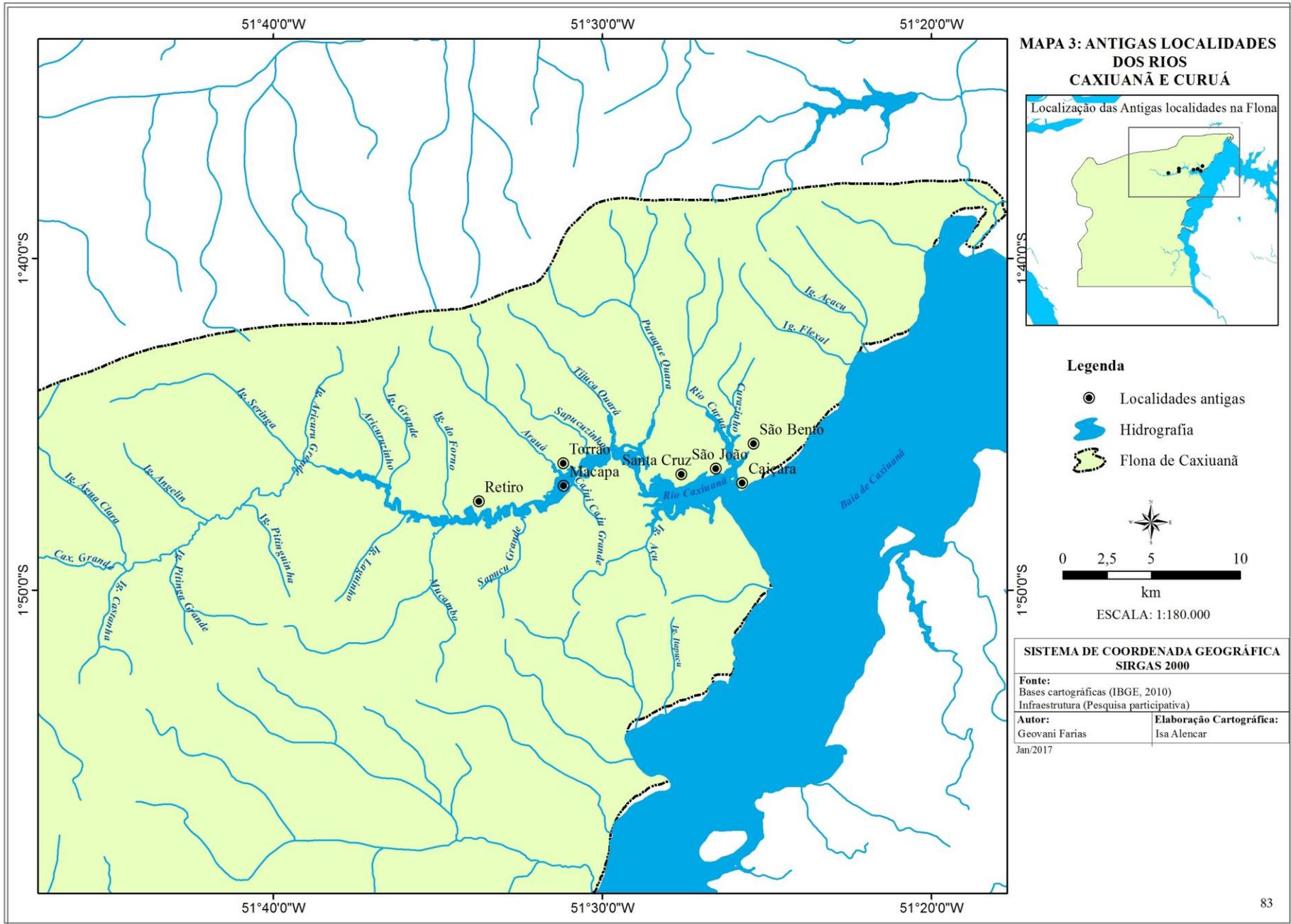
Aqui existiam sete pequenas localidades, São João, Santa Cruz, Macapá, Torrão e Retiro no Rio Caxiuanã e nos Rios Curuá e Curuazinho tinha a Caiçara e a São Bento. Apenas no Retiro não tinha festa, as outras, cada uma festejava um Santo. No mês de janeiro se comemorava a festa de São Sebastião na Caiçara e na casa do Sr. Pedro Souza; em março se festejava o Divino Espírito Santo na localidade Torrão, ainda em março tinha a festa de São José na localidade Santa Cruz; no mês de junho era a vez de comemorar São João na localidade de mesmo nome; em julho Nossa Senhora Santana na localidade São Bento; em dezembro fechávamos os festejos com a festa de Nossa Senhora da Conceição na localidade Macapá e Santíssima trindade na casa do Sr. Beijaca na margem da Baía de Pracajurá como chamamos para a baía de Caxiuanã (ENTREVISTADO, 01).

¹⁷ Estamos considerando por localidade os lugares onde havia três a quatro casas e aconteciam os festejos aos Santos Padroeiros.

Das localidades acima citadas, existe atualmente somente a Santa Cruz, a São João que agora se chama Vila Vale da Bênção e a Caiçara, que não tem mais a casa comercial. As demais foram extintas algumas décadas após a criação da FLONA de Caxiuanã devido às imposições empreendidas pelo IBDF ao modo de vida dessa população que se viu obrigada a abandonar seu território, uma vez que, foram impedidos de praticar sua principal atividade de subsistência (roça). O mapa 3 foi construído a partir de informações dos moradores mais antigos durante o mapeamento participativo que indicaram a localização de cada localidade e de onde ocorriam as festas aos santos nesse período. Segundo o Entrevistado 01 acontecia um ato muito peculiar para anunciar aos moradores de cada localidade quando iam iniciar os festejos, “soltávamos pistolas para dar o sinal de que a festa já ia começar, com isso, aqueles que moravam distantes já se encaminhavam para o local do festejo”.

De acordo com os moradores, os donos dessas localidades eram proprietários que possuíam títulos definitivos de suas áreas e posseiros nascidos e criados em Caxiuanã. Os posseiros também eram a maioria dos moradores desses rios, sendo que muitos eram nordestinos que tinham migrado para esses lugares no período áureo de exploração da borracha na Amazônia. Ressalta-se que não há nenhuma contagem da população desse lugar nesse período, a contagem que se tem é de toda a FLONA e foi feita após a “saída” da maioria dos posseiros. Porém, os moradores afirmam incisivamente que eram muitos habitantes neste lugar.

Nesse sentido, verificou-se que a população era composta por ribeirinhos e nordestinos posseiros, bem como por ribeirinhos que possuíam título de suas terras, mas também tinha nordestino proprietário de terra, inclusive o regatão e dono da Caiçara. A Caiçara era uma espécie de casa de aviamento instalada na região do médio Rio Anapu (Caxiuanã) que detinha o monopólio da venda de produtos industrializados e da compra da produção de borracha e castanha. Também comprava a farinha, mas em pouca quantidade, dos moradores dessa área. Nesse tempo, conforme os moradores, a venda da farinha não era muito expressiva, devido todos produzirem, inclusive os donos da Caiçara. Os posseiros localizavam-se mais nos altos dos Rios Caxiuanã e Curuá em terras com extensão territorial de até 100 hectares. Enquanto os proprietários de terras eram donos das terras localizadas mais nas fozes dos referidos rios em áreas acima de 300 hectares.



MAPA 3: ANTIGAS LOCALIDADES DOS RIOS CAXIUANÁ E CURUÁ



Legenda

- Localidades antigas
- Hydrografia
- Flona de Caxiuaná



SISTEMA DE COORDENADA GEOGRÁFICA SIRGAS 2000

Fonte:
Bases cartográficas (IBGE, 2010)
Infraestrutura (Pesquisa participativa)

Autor: Geovani Farias
Jan/2017

Elaboração Cartográfica: Isa Alencar

Sobre a Caiçara há os seguintes relatos:

A Caiçara era um comércio grande que vendia praticamente de tudo o tanto de comer quanto de munição e instrumentos de trabalho. Seu dono era um nordestino que nós só chamávamos de Carneiro. Ele era o dono das terras que margeiam boa parte da Baía do Pracajurá que vai tanto pra direita quanto para esquerda em relação a Caiçara, nesse tempo usávamos uns tarugos¹⁸ de acapu para demarcar os limites das terras. Aí onde é a base do ICMBio era tudo dele. Minha família e quase todos aqui nessa redondeza comprávamos na Caiçara e também entregávamos toda nossa produção lá (ENTREVISTADO, 01).

Os donos da Caiçara não foram indenizados porque depois que o velho Carneiro morreu, os filhos não tiveram o mesmo cuidado e não pagaram os impostos da suas terras. Com isso quando foram reclamar ao IBDF, eles disseram que indenizariam, mas contanto que os impostos fossem pagos. Como os valores dos impostos eram altos e a indenização muito pouco, eles preferiram ficar na terra. Com uns anos depois foram embora e deixaram os atuais moradores tomando conta (ENTREVISTADO, 05).

Havia também uma casa de comércio no local que todos chamam de Caiçara, dentro do Rio Curuá, onde 'se criava até gado'. Os donos do negócio teriam abandonando as terras depois que o velho patrão morreu, deixando o local aos cuidados de uma das famílias que reside até hoje na FLONA (RAMOS, 2001, p. 34).

Ramos (2001) verificou também que o monopólio não se estendia a todos os produtos e nem proibia o trabalho em outras atividades.

Na época do boom da borracha, a organização da produção local não chegou a obedecer, pelo que se tem notícia, à lógica do modelo de seringal classificado por Oliveira Filho (1979) como *modelo do apogeu*, ou seja, aquele no qual existe a figura do seringalista, a instituição do barracão e a 'obrigatoriedade', por parte do seringueiro, de estabelecer cotas de produtividade que o impediavam de executar qualquer outra tarefa, como o roçado, por exemplo (RAMOS, 2001, p. 44) (GRIFO DO AUTOR).

Como se percebe, essa localidade fazia parte do cotidiano da população de Caxiuanã e isso não se restringia apenas ao aspecto econômico, pois como mencionado acima nela acontecia o festejo de São Sebastião, atual padroeiro dos católicos da comunidade em estudo. Para o nosso Entrevistado 01 “era uma grande festa, com muita comida e bebida que iniciava às 16h e terminava pelas seis da manhã”.

As demais localidades eram de ribeirinhos filhos de Caxiuanã que eram formadas apenas por familiares que trabalhavam nas atividades de subsistências como a roça, o cultivo de frutas no quintal, a pesca, a caça e a criação de animais como porco, galinha e pato – esses últimos fartavam o cardápio durante os festejos em homenagem aos Santos. Também praticavam as atividades diretamente ligadas ao comércio regional como a borracha da seringueira e da maçaranduba, a coleta de castanha, a extração de madeiras da várzea

¹⁸ Haste de forma cilíndrica feito de árvore de acapu.

(sucupira e virola). A maçaranduba mesmo sendo uma madeira nobre não era aproveitada nem para comercializar nem na construção das casas (RAMOS, 2001). Ressalta-se que a pesca e a caça apesar de serem atividades de subsistência, nesse período também eram comercializadas devido a abundância e, principalmente, a não existência de órgão fiscalizador.

Na roça, além da mandioca cultivavam uma maior diversidade de culturas como feijão, arroz, milho, cana, melancia e jerimum. Estes, em menor quantidade, porém o suficiente para a alimentação da família. De acordo com os moradores, a produção da farinha era grande, mesmo com o dono da Caiçara não comprando, mas havia dois regatões do município de Breves que frequentavam essa região e compravam. Ainda sobre a roça nesse período, o Entrevistado 01 fez a seguinte afirmação:

O trabalho na roça envolve toda família, eu desde menino já ajudava meus pais. Antes meus filhos de oito anos em diante também já me ajudavam, claro que somente nos serviços mais leves como plantar as manivas, lavar e descascar a mandioca e coar a massa. Também, aos poucos iam aprendendo a torrar a farinha [...] a roça pra gente é um lugar de aprendizagem nela ensinamos as crianças e os mais novos a trabalharem desde cedo, elas também brincam e se divertem. Antes também fazíamos o convidado para poder fazer a coivara e a limpeza da terra, como a roça era grande precisava de muita gente para poder terminar mais rápido. Mas o convidado não era só trabalho, dele participavam a maioria dos vizinhos, era um momento de confraternização, pois após o trabalho comíamos, bebíamos e as crianças e jovens se divertiam e aprendiam nossa maneira de trabalhar (ENTREVISTADO, 01).

O convidado é muito parecido com o *mutirão*, que é uma prática de ajuda comunitária para a realização de determinado trabalho com finalidade coletiva onde se necessita de muitas pessoas para o trabalho ser terminado de forma mais rápida, muito utilizado nas comunidades rurais e até mesmo urbanas da Amazônia, no entanto, o convidado beneficia diretamente o dono da roça, reforçando, assim, a solidariedade entre os vizinhos dessas localidades e se destacando como uma marca do modo de vida desses sujeitos que como citado acima não se resume apenas ao trabalho, mas, também reforça a convivência solidária, além de ser um momento reprodução do modo de vida, uma vez que, as crianças e jovens eram como alunos em campo.

A estrutura social nesse período se organizava em função da família dos donos das localidades. Assim, o chefe da família, sua esposa e seus filhos formavam o núcleo central da localidade. Mas, além dos donos, comumente também morava na área algum parente do marido ou da sua esposa. O pai era quem detinha todo controle sobre os trabalhos realizados para subsistência da família, mesmo os filhos que casavam eram mantidos sobre seu controle

como argumenta o Entrevistado 01 “nesse tempo o pai era quem governava tudo. Nós trabalhávamos com ele, mas não podíamos opinar em nada. Ele que negociava com o dono da Caiçara e tudo que ganhávamos era ele quem administrava, mesmo se já tivesse casado”.

Como se pode perceber, com exceção da Caiçara a mão de obra nas outras localidades era toda familiar sendo as tarefas divididas entre homens e mulheres. Essas últimas segundo o Entrevistado 11 cuidavam mais dos afazeres domésticos como: cuidar das crianças, fazer a comida e a higiene da casa. Mas também participavam de algumas atividades fora dos serviços do lar. Consoante o mesmo Entrevistado afirma “agente cuidava da casa, mas também ajudávamos no preparo da roça e em todas as etapas de produção de farinha. Também cultivávamos a horta e as árvores de frutas do quintal”.

Por outro lado, os homens realizavam os serviços mais pesados e/ou perigosos como a queimada, a coivara e a limpeza das roças, a pesca, a caça e a coleta de castanha. “Nesse período nós também trabalhávamos com a coleta da goma da seringueira e da maçaranduba” afirmou um morador. Sobre a participação das crianças no trabalho o Entrevistado 01 argumentou que:

As crianças de oito anos de idade em diante depois que chegavam da escola já participavam de todas as atividades da família. As meninas ajudavam a mãe nos serviços da casa, principalmente cuidar dos seus irmãos menores; os meninos ajudavam na roça e na preparação da farinha e já pescavam com os pais. Nas horas livres brincavam no quintal de casinha e futebol ou no rio com brinquedos por eles produzidos como barquinho de madeira e miriti (ENTREVISTADO, 01).

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de integrar as crianças mais cedo aos trabalhos cotidianos da família por dois motivos: primeiro a necessidade de produzir um pouco mais e isso estava relacionado a quantidade de mão de obra ativa e, por outro lado, não havia o incentivo e as motivações que hoje se tem de alcançar uma vida melhor por meio da educação e, com isso, priorizavam a reprodução integral do modo de vida ribeirinho ao invés de manter os filhos na escola. Também pesa a falta de escola nesse período, haja vista que existiam apenas as séries iniciais ministradas de forma voluntária por um morador do local em sua casa.

Os festejos em homenagens aos santos aconteciam sob a organização da família que originara o culto ao santo que também era dona da localidade com a ajuda dos demais devotos que por meio de sorteio, no final da festa religiosa, sorteavam o juiz do mastro e o presidente da festividade como detalha o Entrevistado 04 abaixo:

O festejo se dividia em três momentos: durante o dia era realizado um campeonato de futebol com os times do Caxiuanã, Curuá, Igarapé Açú, Pracajurá, Pracupi e

Laranjal. Esses vinham brincar com agente. O campeonato terminava no mesmo dia e diferente dos torneios que as comunidades fazem hoje não havia premiação, era para confraternizar mesmo [...]; no final da tarde o rezador organizava a parte religiosa do festejo, aí realizava o culto, a derrubada do mastro e o sorteio do próximo juiz do mastro e do presidente da festividade e ao final do momento religioso era servido um jantar para todas as pessoas presentes, tudo farto e de graça, oferecido pelo juiz do mastro e pelo presidente da festividade. O último momento era a festa dançante que se estendia pela madrugada, a música era no toca fita e às vezes vinha um tocador de Portel (ENTREVISTADO, 04).

Ainda segundo o Entrevistado acima: “nesse tempo era muito bom, professor. Toda família participava, as crianças e jovens não bebiam, os adultos se respeitavam e dificilmente saía briga. As famílias se ajudavam muito mais do que ocorre hoje onde é cada um por si”. Assim, havia uma mistura entre esporte, festa religiosa e profana durante as festividades.

Dessa forma, afirma-se que esse período destaca muito bem o modo de vida e o território usado por esses sujeitos de Caxiuanã que não viviam inteiramente isolados, uma vez que, anualmente iam à cidade de Portel ou Melgaço. Porém, essas viagens diferentes das de hoje que certamente está condicionada a busca de mercadorias e recebimentos de salários, estava relacionado de acordo com o Entrevistados 01 e 03 as suas tradições religiosas “nossos pais diziam que iam para Portel e Melgaço uma vez por ano para participarem do Círio de Nazaré e da festa de São Miguel e aproveitavam para comprar alguns utensílios domésticos e umas roupinhas pra gente”.

Assim, percebe-se a grande importância que essas festas religiosas tinham para essas pessoas, tanto que os levavam a usar o único transporte disponível a eles nesse período - a canoa a remo. Segundo esses moradores eles iam numa canoa com capacidade para mais de 16 pessoas que revezavam remando com remos comuns e de faia¹⁹, a viagem durava de 12 a 15 horas. Desse modo, esses sujeitos reproduziam seu modo de vida em seu território sem intervenções maiores de atores externos.

Porém, quando foi criada a UC Caxiuanã algumas mudanças foram ocorrendo no modo de vida e de forma mais contundente no território dessa população. Os moradores relataram que durante as primeiras décadas não mudou muita coisa, pois continuaram em suas terras e trabalhando nas atividades que já desenvolviam tanto as inerentes ao seu modo de vida quanto às voltadas ao comércio para aquisição de renda.

Mas, a partir de 1975 como disse um morador remanescente “o IBDF começou a mostrar suas asas”, ou seja, as pressões para retirar os moradores começaram de fato e como

¹⁹ Remo que tem pá dos dois lados da haste.

já vimos no segundo capítulo dessa dissertação, esse órgão usou estratégias para isso que resultaram na desterritorialização da maioria da população que tiveram seus territórios sobrepostos pela FLONA com destaque aqui para os moradores dos Rios Caxiuanã e Curuá que só remanesceram seis famílias.

A quase dizimação total dos moradores desses rios, bem como as mudanças impostas para os remanescentes se deram muito em virtude da proibição de atividades como a caça e a roça, principais meios de subsistências dessa população, bem como as outras atividades que contribuía para a renda desses sujeitos como a extração da borracha e da madeira das várzeas, levaram primeiro os posseiros que foram aos poucos se retirando, não porque não tinham o título das suas posses, mas, sobretudo pelas proibições impostas pelo IBDF, deles reproduzirem seu modo de vida, bem como pelas represálias desse órgão que influenciou também na saída dos donos da Caiçara e as ameaças que faziam principalmente aos posseiros como nos conta o Entrevistado 05 a seguir:

Teve um gerente que veio proibindo tudo. Querendo que todos saíssem da reserva. Ele dizia que aqui era uma reserva e não podia ter morador e muito menos ter exploração. Aí falava que iam indenizar quem tivesse documento da terra e quem não tivesse deveria sair e caso alguém não quisesse sair ele ameaçava trazer a polícia (ENTREVISTADO, 05).

Desse modo, acredita-se que a intenção do governo era de somente esvaziar a área e ter Caxiuanã como uma UC nos moldes das atuais de preservação permanente, todavia apesar de conseguir diminuir consideravelmente a população o IBDF só não conseguiu atingir seu objetivo como entrou em conflito com os moradores que se recusaram a sair e parar de reproduzir seu modo de vida e usar os recursos do seu território do mesmo modo como usavam no passado.

Porém, as investidas do IBDF não passaram ilesas e deixaram como marcas de sua intervenção as seguintes mudanças no modo de vida e no território dos remanescentes dos rios Caxiuanã e Curuá: diminuição da população e a consequente extinção dos festejos religiosos aos santos padroeiros das localidades que também foram extintos com a saída forçada dos seus moradores; a extinção do comércio da Caiçara, maior dependência dos regatões e da cidade para adquirir produtos industrializados, paralisação da produção de borracha e madeiras, foram intervenções que tornaram ainda mais difícil a reconstrução socioeconômica e espacial desse povo.

Essas atitudes tomadas por esse órgão gestor só explicita ainda mais a intenção do governo em relação a FLONA de Caxiuanã e a sua ingerência para integrar a população que

vivia nesses territórios, haja vista que até esse período, as ações do IBDF foram voltadas estritamente para tentar esvaziar a área não se preocupando em nenhum momento com o futuro desses sujeitos que podem ser considerados verdadeiros heróis por terem resistido, lutado e permanecido em seus territórios mesmo de maneira invisível, pois, até hoje com a maior visibilidade e acesso que eles têm as áreas urbanas, as pessoas das cidades de Portel, Melgaço e muitas outras imaginam que Caxiuanã é um território sem população.

Passado a pressão com o IBDF foi a vez de enfrentar um novo órgão gestor – o IBAMA, que foi criado em 1989 e substituiu o IBDF na gestão das unidades de conservação no Brasil. Em Caxiuanã mudou apenas a sigla, uma vez que, os funcionários do extinto órgão foram transferidos para o que fora acabado de ser criado e, assim, as intervenções que vimos anteriormente continuaram sendo reproduzidas por esse novo órgão.

No início dessa nova gestão foram mantidas as proibições já existentes e mais adiante ajustes foram realizados e novas intervenções foram praticadas. Destaca-se de início a implantação abusiva de um sistema de meagem na produção da castanha. Sobre esse sistema o Entrevistado 04 contou que:

Nesse tempo, além de deles (**IBDF**) quererem proibirem tudo, ainda passaram a cobrar taxas de 30% e 50% da nossa produção de castanha, única coisa que não se incomodavam que a gente fizesse [...] funcionava assim: dos castanhais da beira que estavam nas terras que já usávamos e também próximos a base deles, a cobrança era de 50% e dos castanhais do centro que pertenciam aos posseiros que foram retirados da reserva a porcentagem era 30% [...] no início entregávamos apenas a parte deles, mas depois de umas três a quatro safras eles também passaram a trocar o restante da nossa produção com café, açúcar, sabão e outros produtos (ENTREVISTADO, 04). (grifo nosso).

Silveira et al. (1997) fez a mesma constatação acerca dos valores cobrados na produção de castanha e, de acordo com ele, os valores eram de “50% do que fosse coletado dos castanhais 'da beira' (próximos ao rio) e 30% dos castanhais 'de dentro' (no interior da floresta)” (Silveira et al., 1997, p. 67).

Ramos (2001) também argumentou sobre essa questão da produção de castanha na UC Caxiuanã inferindo a seguinte afirmação:

Com base nas indenizações que concedeu, o órgão federal cobra uma taxa em espécie daqueles que exploram castanhais localizados em terras indenizadas. A taxa também é cobrada daqueles que retiram castanhas de terras não ocupadas (que perfazem a grande maioria da Flona) (RAMOS, 2001, p. 41).

Dessa forma, entende-se que essa situação configurou-se como um processo de exploração desses sujeitos, haja vista que, a FLONA não tinha Plano de Manejo e, portanto, o

órgão gestor deveria primeiro ter trabalhado na regulamentação das atividades da população existente para depois praticar qualquer tipo de cobrança.

Assim, verificou-se que o IBAMA gerenciou a unidade de conservação de Caxiuanã por duas décadas e como resultado das suas ações frente ao tratamento da população tradicional desse território, destacam-se a questão da castanha observada acima, mas, que ainda na gestão desse órgão foi retirada a cobrança das taxas de 30% e 50% sobre a produção de castanha dos moradores. Segundo o Entrevistado 01 “isso ocorreu depois dos representantes da Associação Agroextrativista de Caxiuanã (ATAC) serem alertados por um pesquisador da ECFPn de que a cobrança que estava acontecendo sobre a produção deles era ilegal”. O mesmo continuou dizendo que a partir disso:

A gente chamou os representantes do IBAMA para uma reunião na sede da ATAC e cobramos baseados nas informações que havia nos dado o pesquisador. Isso foi no ano de 1994 e era uma mulher a chefe da reserva [...] nós colocamos a situação pra ela e perguntamos se era correto a gente dividir nossa produção com o IBAMA? Aí ela disse pra gente que não era sabedora dessa cobrança. E se alguém estava cobrando era ilegal e poderia até perder o emprego por isso. Depois da fala dela dissemos que então não pagaríamos mais. E ela foi de acordo. E desde então nunca mais dividimos nenhum tipo de produção com eles (ENTREVISTADO, 01).

A citação acima demonstra que os moradores dos Rios Caxiuanã e Curuá não ficavam passivos frente às imposições do órgão gestor e de alguma forma buscavam fazer o enfretamento e fazer valer seus direitos ao uso desse território. Também ocorreu nesse período o reordenamento de alguns moradores que ainda habitavam dentro do Rio Caxiuanã para a sua foz, de acordo com os moradores isso fez parte de uma tentativa do IBAMA para colocar todos os moradores em um mesmo local com o objetivo de ter maior controle sobre essa população e ao seu uso do território.

Foi sob a gestão desse órgão que também foi acordado que os moradores poderiam fazer suas roças desde que ficassem restritas as áreas de capoeiras e não excedessem mais de um hectare de extensão nem avançassem para áreas de mata primária. Entretanto, não se verificou mudanças nas relações sociais nem de trabalho entre os moradores. A ajuda mútua e a solidariedade continuavam sendo muito presentes nos trabalhos cotidianos. Na divisão social do trabalho, homens, mulheres e crianças ainda constituíam a base da mão de obra familiar. Lisboa (1997) em seu primeiro contato no ano de 1994 com essa Comunidade observou que a estrutura de divisão social do trabalho ainda permanecia como os que observamos por meio dos relatos dos entrevistados, no período que antecedeu a criação da FLONA. A relação dos moradores com a cidade de Portel e Melgaço já não era mais somente

em virtude das tradições religiosas, mais principalmente para vender sua produção de farinha e castanha (LISBOA, 1997).

No período de gestão do IBAMA também houve a concessão de 10% do território da FLONA para o MPEG que sobrepôs o território dos remanescentes dos Rios Caxiuanã e Curuá onde foi construída a ECFPn. O MPEG, em parceria com o IBAMA e com o objetivo de manter a preservação nessa área, buscou integrar a população ao seu plano de manejo como veremos com mais detalhe a seguir.

3.2 A ESTAÇÃO CIENTÍFICA FERREIRA PENNA E AS MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE DE CAXIUANÃ

Ter uma área de pesquisa num espaço amplamente preservado era um projeto antigo do MPEG desde o final do século XIX. Todavia este projeto só foi concretizado apenas no final do século XX, com a criação da ECFPn na FLONA de Caxiuanã. A ECFPn foi construída com recursos da Overseas Development Administration (ODA/Reino Unido), através do Projeto Caxiuanã, que resultou de um acordo de cooperação técnica firmado em 1990, entre Brasil e Reino Unido a nível de chanceleres. A base física tem 1.900m² e a área total de pesquisa compreende um território de 33.000ha (LISBOA, 1997). Mais uma vez verifica-se a intervenção de instituições internacionais na realidade local que reverbera no modo de vida e no uso do território dos ribeirinhos de Caxiuanã. A ODA, do Reino Unido ao financiar a construção da ECFPn, garantiu privilégios para pesquisadores britânicos que viessem desenvolver pesquisas em Caxiuanã.

De acordo com Lisboa (1997), a escolha de Caxiuanã para sediar a ECFPn foi favorecida pela boa conservação dos ambientes naturais, a baixa densidade demográfica e os sinais de alta biodiversidade. Essa afirmação demonstra que as atividades que os remanescentes dos rios Caxiuanã e Curuá praticavam pouco alterava a paisagem local, fato que deveria ter sido considerado em favor desses sujeitos pelos órgãos gestores antes de determinarem qualquer tipo de proibição ao uso do território.

Desse modo, pode-se afirmar que a chegada do MPEG em Caxiuanã provocou mudanças no modo de vida e no território da pequena comunidade que passaria a ser chamada de Comunidade de Caxiuanã pelos pesquisadores do museu que antes mesmo da construção da base física da ECFPn ficar pronta iniciaram as primeiras pesquisas nessa área. Mas de que

maneira o MPEG, por meio de sua Estação Científica, provocou mudanças nessas comunidades?

Esse questionamento será respondido por meio da análise do Programa Floresta Modelo de Caxiuanã (PFMC) criado pela ECFPn, com o objetivo de fortalecer determinadas atividades das Comunidades de Caxiuanã juntamente com a educação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável na FLONA. Mas, antes disso, pode-se afirmar que os 33.000 hectares cedidos pelo IBAMA ao MPEG sobrepuseram o território da população que já existia no local e, isso por si só, já traz alterações no que concerne ao uso do referido território. Haja vista que as territorialidades de ambos passariam a se conflitar dependendo do interesse por determinada área. Com isso, o território de uso dessa Comunidade foi novamente alterado.

É importante ressaltar também que a construção da ECFPn gerou emprego e renda de modo imediato a todos os chefes de família da Comunidade em estudo, fato que levou a esses sujeitos a se tornarem parceiros do MPEG (LISBOA, 2002, BEZERRO, LISBOA & CARDOSO, 2013) e verem nessa parceria a possibilidade de melhorar sua qualidade de vida, haja vista que quase todos ficaram empregados, nos trabalhos de apoio e limpeza da recém inaugurada ECFPn (LISBOA, 2002).

A utilização da mão de obra local contribuiu de certa forma com a melhoria de vida dos moradores, principalmente no que concerne a moradia. Entretanto, tornou-os dependentes desse trabalho, pois como bem observou Farias (2015) e Farias, Silva e Oliveira (2015) o ritmo da vida cotidiana desses sujeitos foi alterado e integrado ao tempo do trabalho controlado com horários e dias predeterminados a se cumprir, bem diferente do ritmo que eles eram acostumados. E isso, conseqüentemente, levou ao abandono, pela maioria dos moradores da Comunidade de Caxiuanã das atividades inerentes ao modo de vida ribeirinha como a roça e a pesca. Farias (2015) também constatou mudanças nas relações sociais onde os laços de solidariedade foram diminuindo a exemplo do convidado que foi extinto da atividade roceira.

Segundo Lisboa (2002) o PFMC é um programa idealizado com base no relatório CMMAD de 1998, uma vez que seu eixo principal é processo educativo dos sujeitos das comunidades contempladas, contudo, sem perder de vista as especificidades ribeirinhas. A execução do referido programa teve a ECFPn/MPEG como gerenciador, mas também contou com a contribuição de importantes instituições de pesquisa de diversos campos de atividades via convênios e pesquisadores voluntários nacionais e internacionais. As instituições que

firmaram convênios foram: UFPA, EMBRAPA, SECTAM, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), SUDAM, IBAMA, Fundação Serra das Andorinhas, Fundação Casa da Cultura e a Prefeitura Municipal de Melgaço (LISBOA, 2002).

Os objetivos principais do PFMC são: a) Contribuir para a conservação e o manejo sustentado da Floresta Nacional de Caxiuanã; b) Contribuir para a formulação de políticas públicas adequadas a Região Amazônica e; c) Criar um modelo de desenvolvimento sustentável para a Floresta Nacional de Caxiuanã, que seja aplicável a outras comunidades da região. Sua área de atuação se concentrou na infraestrutura, educação, saúde, ecoturismo, agricultura, agroindústria e cooperativismo. O aporte financeiro para execução do programa chegou a mais de um milhão de reais captadas de diversas fontes nacionais e internacionais (FERRAZ et al., 2002).

Verificou-se que na área de infraestrutura o PFMC deixou como legado a construção de três escolas através de convênio entre o Ministério da Educação e a Prefeitura Municipal de Melgaço, uma em cada comunidade (Caxiuanã, Laranjal e Pedreira) onde o programa concentrou suas ações. Também, houve a instalação de energia fotovoltaica em todas as casas das referidas comunidades, isto é, a instalação consistiu na doação por meio do Programa do Trópico Úmido/PTU-CNPq para cada morador, de um conjunto de três placas solares, bateria e reversores para controle da voltagem da energia. A instalação foi realizada pelo Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas (GEDAE-UFPA) e teve ainda a construção de um barracão para produção de artesanato e cerâmica, estes como resultado do projeto de ecoturismo para Caxiuanã financiado pelo Banco da Amazônia (BASA) e de uma sede para Cooperacaxiuanã atual Associação Agroextrativista de Caxiuanã que resultaram do fomento ao cooperativismo (FERRAZ, et al., 2002).

Na área de desenvolvimento sustentável destacam-se os projetos demonstrativos nas atividades de agricultura familiar, manejo sustentável e agroindústria. Este último focou a produção de cerâmica e os dois primeiros foram respectivamente voltados para a prática de roçado rotativo em áreas de capoeiras com recuperação do solo por meio do plantio de leguminosas e o manejo dos produtos não madeireiros com destaque para a castanha-do-Pará, o açaí e as essências oleaginosas (FERRAZ, et al., 2002).

Com relação à saúde, houve o treinamento das parteiras tradicionais de Caxiuanã para melhorar o serviço de parto nessas comunidades, haja vista que a maioria dos nascimentos nesses locais eram realizados por elas. Além disso, também houve palestras sobre cuidados

com a água e descarte correto do lixo como forma de mitigar doenças provenientes da falta desses cuidados básicos (FERRAZ, et al., 2002).

Diante do exposto, verifica-se que os objetivos do PFMC priorizou a melhoria das condições de vida dos moradores das comunidades por ele atendidos, mas também acredita-se que fez parte dos objetivos de conservação da FLONA em especial dos 33 mil hectares da ECFPn. Dessa forma, segundo os moradores, alguns projetos desenvolvidos no âmbito do PFMC não deram certo porque de fato não atenderam as especificidades do modo de vida dessa população. Por exemplo: a produção de cerâmicas que não fazia parte do cotidiano comunitário era prática indígena que uma ou outra pessoa ainda fazia. Mas, somente para suprir alguma necessidade, a produção de artesanato sem o ecoturismo não tinha como dar continuidade, pois não tínhamos mercado, disse o primeiro presidente da ATAC na época.

Por outro lado, o roçado rotativo que seria o projeto que poderia ter maior atrativo por parte dos moradores, não o teve, principalmente na Comunidade de Caxiuanã, em virtude da maioria dos moradores serem funcionários ou diaristas da ECFPn. Com relação as infraestruturas instaladas, as da comunidade em estudo existe apenas a sede da ATAC e poucos conjuntos de placas solares, a escola e o barracão de produção do artesanato e cerâmicas foram consumidos pelo tempo. Segundo os moradores, a arquitetura tanto da escola quanto do barracão, era parecida com a de uma oca e, portanto, os problemas com o telhado eram frequentes, haja vista que a proximidade com a baía a deixava exposta a fortes temporais que faziam molhar por dentro e às vezes tirava as telhas do lugar. Tudo isso atrelado a falta de manutenção por parte do Governo Municipal levou a deterioração e abandono muito rápido por parte dos moradores que se recusaram a mandar seus filhos para uma escola que não oferecia o mínimo de segurança.

Desse modo, destacam-se como mudanças efetivas provocadas pela implantação da ECFPn e de suas ações no âmbito do PFMC no modo de vida e no território da Comunidade de Caxiuanã: a manutenção ao uso de apenas um hectare de terra para produção de roças, uma vez que o território da estação sobrepôs ao da comunidade e limitou o avanço dos moradores em direção as áreas de pesquisa; a mudança nas relações de trabalho onde o trabalho assalariado e/ou em troca de dinheiro em espécie passou a ser priorizado pelos moradores que em sua maioria abandonaram as roças e as relações solidárias que se estabeleciam no seio dessa atividade; a retirada paulatinamente das crianças do processo de produção e seu maior engajamento na escola que tem como resultado os atuais professores do Ensino Fundamental

menor que são filhos de Caxiuanã; a mudança na rotina de vida dos moradores que se alterou com a chegada da energia fotovoltaica (FERRAZ, et al., 2002), mas não apenas por isso, pois, de acordo com Farias (2015) essa comunidade é bastante acionada nas programações da ECFPn e isso provocou mudanças na organização diária da vida cotidiana. Mas é importante frisar que de todo modo a ECFPn acaba contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade como se pode perceber no tópico a seguir.

3.3 ASPECTOS ATUAIS DO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE DE CAXIUANÃ

Os dados socioeconômicos da Comunidade de Caxiuanã demonstram certa melhoria na qualidade de vida de seus moradores com relação às últimas décadas. Também evidenciam o enfraquecimento de algumas atividades peculiares ao seu modo de vida.

A população da referida Comunidade apresenta uma evolução em seu crescimento desde o início de sua reestruturação a partir das décadas de 1980 e 1990, quando foram identificadas apenas seis famílias nesse local (LISBOA, 1997). O entrevistado a seguir lembra-nos desse período.

Esse Caxiuanã (rio) era cheio de gente, daqui até mais umas duas horas aí pra dentro morava muita gente. Aí depois que criaram a floresta eles (órgão gestor) foram crescendo, crescendo e começaram fazer as privações, proibiram a gente de fazer as roças dentro da mata e de caçar [...] aí foram nos apertando como se fosse apertando uma corda, nos privando de maneira que nem reclamar podíamos, pois, não tínhamos conhecimento [...] os que ficaram foram os que resistiram, ficou eu, seu Raimundo da Silva, Chico Tomásio, Dona Firmina, aí pra cima seu Jaci e uma família na Caiçara (ENTREVISTADO, 04).

Portanto, como se percebe foi a partir dessas famílias que resistiram, lutaram e não abandonaram suas terras e toda uma história construída nesse lugar que a comunidade se reconstruiu e voltou a crescer após anos de encolhimento. O quadro 03 a seguir mostra a evolução da população desde o ano de 1990, quando foi recenseada por Silveira et al. (1997) até o presente ano quando foi realizada a pesquisa de campo, visitando todas as residências. Assim, verifica-se que no decorrer das últimas décadas essa comunidade se reestruturou, porém, não se percebe mais ocupações para dentro dos rios Caxiuanã e Curuá como houve no passado, estando a população instalada nas fozes desses dois rios. Atrémos essa mudança na ocupação do espaço as imposições feitas pelo IBDF e IBAMA no passado e mais recente pelo ICMBio e pela ECFPn. Esta última recebeu a concessão por 30 anos, podendo ser prorrogada por tempo indeterminado, de 10% do território da FLONA que foi instituída como área de pesquisa. Por sua vez, essa área sobrepôs o território da comunidade provocando, com isso, o

reordenamento dos locais de algumas moradias, das roças e dos pontos de caçadas dos comunitários.

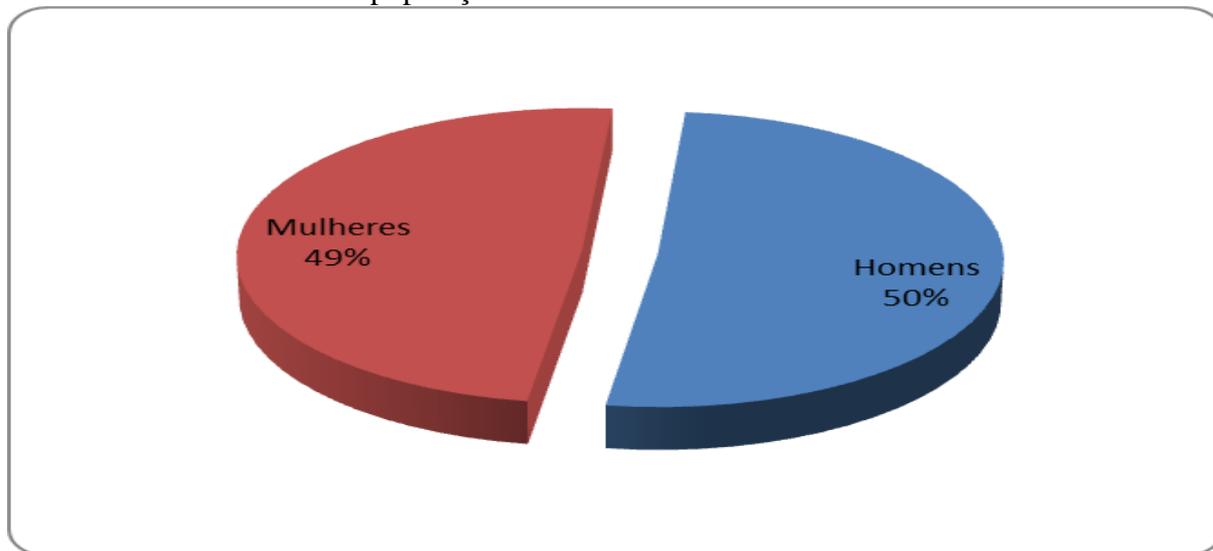
Quadro 03: Evolução da população da Comunidade de Caxiuanã

ANO	1990	1996	2011	2016
POPULAÇÃO	52	70	110	151

Fonte: ICMBio, 2013, Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Como se percebe a população mais que dobrou em duas décadas, passando de 70 pessoas em 1996 para 151 em 2016. O número de famílias e casas também aumentou de forma considerável, praticamente triplicando, sendo que em 1996 havia 11 núcleos familiares e seis casas (SILVEIRA et al., 1997) e agora são 32 famílias e 25 casas. Outra mudança observada é a quantidade de filhos por casal que atualmente são de 4,7, há duas décadas era de 6,3. Destaca-se também o aumento da população feminina da Comunidade que neste ano de 2016 é apenas um por cento menor a população masculina (gráfico 02). Estes em 1996 ocupavam 57% da população total da Comunidade.

Gráfico 02: Perfil sexual da população da Comunidade de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016).

Na divisão social do trabalho, as mulheres continuaram ajudando seus maridos ficando responsáveis pelas tarefas menos pesadas como cuidar dos filhos e nos afazeres domésticos. No processo de produção: na roça, as que ainda trabalham participam das etapas de plantação, colheita e de todo processo de transformação da mandioca em farinha e alguns outros derivados como o tucupi, a goma e a farinha de tapioca. Porém, nos últimos 20 anos as que

não abandonaram a roça afirmaram que muitas vezes tiveram que fazer sozinhas todas as etapas de preparo da farinha, devido os homens estarem trabalhando na ECFPn. O cuidado com a horta e plantas medicinais também são tarefas femininas. Outra atividade que era desempenhada basicamente pelas mulheres era a confecção de artesanatos com uso de talas e cipós. Porém, isso praticamente não ocorre mais, pois foi muito frequente na década de 1990 durante o desenvolvimento do Programa Floresta Modelo de Caxiuana (PFMC). Atualmente, disseram raramente realizar essa tarefa, restringindo-se apenas a necessidade de fazer um paneiro ou uma peneira para auxiliar na colheita da mandioca e castanha. Ressalta-se a presença feminina em trabalhos assalariados na ECFPn e na escola, em ambos trabalhando como serventes e cozinheiras.

Por outro lado, nas atividades de pesca, caça e colheitas de castanha elas afirmaram não participar, pois consideram atividades perigosas sendo estas realizadas somente pelos homens. Estes, também são trabalhadores assalariados e diaristas da ECFPn e da Secretaria Municipal de Educação de Melgaço (SEMED). Mas, a principal mudança foi a diminuição em 90% das crianças nos trabalhos produtivos, verificou-se que cena como a mostrada na figura 06 vem tornando-se cada vez mais rara nessa comunidade, dando lugar a imagens como a da figura 07.

Figura 06: Criança utilizando a canoa a remo e pescando



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Esta figura (07) mostra uma cena típica de como o modo de vida é reproduzido pelas crianças, sem serem percebidas pelos mais velhos como um trabalho infantil, mas bem como uma forma de lazer e aprendizado das crianças às práticas ribeirinhas. Segundo o Entrevistado 06 “esse aprendizado é muito importante. Porém, o desejo dele como pai, é que seus filhos estejam na escola e tenha tempo para realizar as tarefas de casa, passada pelos professores. Deixando dessa forma o aprendizado da vida ribeirinha somente para os momentos de folga”. Outro entrevistado também fala sobre essa questão. De acordo com ele:

Antes era necessário e quase uma regra as crianças participarem de forma mais ativa nas atividades de subsistências, haja vista que a perspectiva era que elas crescessem tendo grande domínio dessas práticas e saberes de lidar com o rio, a floresta e a terra, pois, necessitariam exclusivamente dessas atividades para sua reprodução já que casavam muito cedo. Mas, com as mudanças que ocorreram, a chegada da Estação Científica e o desenvolvimento dos seus planos de preservação e integração das comunidades à sua política ambiental, melhorou a oferta do ensino com a construção de uma escola e com isso eu e a mulher priorizamos o aprendizado dos nossos filhos, tanto que dois deles são os professores do 1º ao 5º ano aqui de Caxiuanã e cursam faculdade por meio da PARFOR na cidade de Melgaço (ENTREVISTADO, 01).

Desse modo, a figura 07, a seguir demonstra essa mudança significativa na divisão social do trabalho, fato que se pode relacionar ao contato maior que essas pessoas têm com os pesquisadores e os gestores do ICMBio e da ECFPn que os orientam a priorizar a permanência das crianças na escola, apresentando-lhes a busca pelo conhecimento como saída para melhorar a qualidade de vida, mas também pode relacionar-se com a disponibilidade de internet via wifi disponível na ECFPn que conecta alguns adolescentes e adultos às redes sociais lhes permitindo manter-se informados do que acontece fora de Caxiuanã e ter contato com os amigos e parentes que foram estudar o ensino médio na cidade de Portel ou Melgaço, isto é, a ideia de morar na cidade também acaba servindo-os de incentivo a priorizarem os estudos, principalmente aos adolescentes.

Figura 07: Crianças fazendo as tarefas da escola em casa

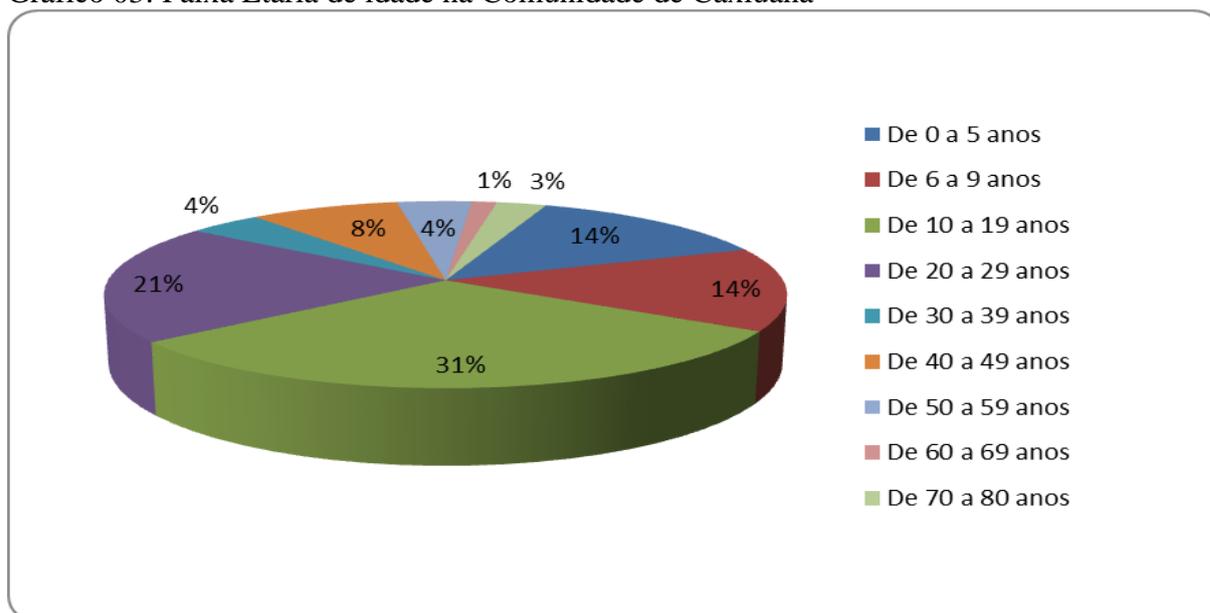


Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Na visão de outro morador, essa mudança também pode estar relacionada “aos novos anseios que os pais vêm tendo para seus filhos. Pois, dizem que não almejam que eles cresçam somente para trabalhar na roça e outros trabalhos do campo, mas que também possam ter oportunidades de alcançarem, por meio dos estudos, outras profissões”. A busca pela formação por meio da escola e o aprendizado ribeirinho concomitante seria um grande avanço na manutenção do modo de vida das populações tradicionais, pois, observamos como o professor que é filho da comunidade estudada utiliza seu saber ribeirinho, junto ao conhecimento adquirido na escola que lhe proporcionou ser professor. Ele após o trabalho na escola sai para pescar, caçar, ajuda seu pai na roça e ainda coleta castanha quando esta está em safra. Todavia, isso só seria possível por meio de políticas públicas que visassem a manutenção do modo de vida tradicional juntamente com o ensino-aprendizagem do conhecimento escolar institucionalizado.

A Comunidade de Caxiuanã é bastante jovem como se pode verificar no gráfico 03, apenas 8% de sua população está acima dos 50 anos de idade, sendo provavelmente estes, a segunda ou terceira geração das famílias que deram início a reestruturação comunitária após o processo de desestruturação provocado pelas ações do Estado.

Gráfico 03: Faixa Etária de idade na Comunidade de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

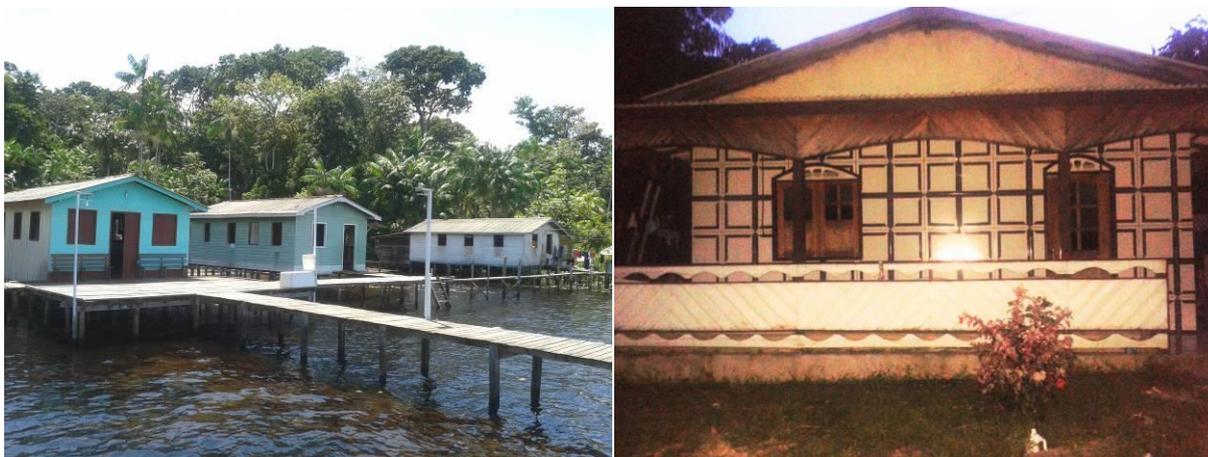
Nesse sentido, foi verificado que os pais da maioria desses jovens não possuem condições financeiras para mantê-los estudando na cidade. Sendo assim, eles são automaticamente inseridos no processo de reprodução do modo de vida ribeirinho sendo que, por um lado, as mulheres devido a falta de oportunidades tanto para estudar quanto para trabalhar tendem a casar mais cedo, entre 16 e 20 anos, e de outro lado os homens procuram ajudar os pais nas atividades de subsistência e fazer diárias na ECFPn quando são solicitados. Durante a pesquisa foi detectado que apenas seis pessoas estão cursando o ensino médio (dois na cidade de Portel e quatro na cidade de Melgaço) outros quatro, mesmo com os pais afirmando terem condições para mantê-los na cidade, decidiram por ficar em Caxiuanã.

A maioria dos moradores é natural da própria Comunidade de Caxiuanã, e, portanto, do município de Melgaço. Mas também há pessoas que informaram serem nascidas no município de Portel e Breves e vieram para Caxiuanã devido terem constituído família com moradores dessa comunidade. Destaca-se que a maioria é do sexo feminino, pois, o IBAMA quando ainda tinha a gestão de Caxiuanã criou uma medida para tentar controlar o crescimento da população na FLONA e, de acordo com essa medida, o homem filho de Caxiuanã que casasse com uma mulher de fora da unidade poderia trazê-la para morar na comunidade, porém, as mulheres que casassem com homens que não fossem de Caxiuanã deveriam ir morar com seu esposo fora dessa unidade de conservação (SILVA, 2002). Portanto, como há uma rede de parentesco muito forte entre os moradores da Comunidade de

Caxiuanã é mais comum que os homens e as mulheres se casem com pessoas de outros lugares, principalmente do município de Portel ou das outras comunidades da FLONA que pertencem ao município de Melgaço.

As moradias apresentaram bastantes melhorias quando comparadas com as do período anterior a criação da FLONA e das de até os primeiros 30 anos da sua implantação, principalmente, antes da construção da ECFPn. Nessa época que é anterior a década de 1990 os moradores relataram que as casas eram construídas com troncos, palhas e paxiúba das palmeiras no modelo já descrito no segundo capítulo dessa dissertação. Porém, nas últimas duas décadas, impulsionados pela renda fixa mensal proveniente do trabalho na ECFPn e na SEMED e mais as obtidas com o excedente das atividades de subsistência, de aposentadorias e dos recentes programas sociais do Governo Federal (Bolsa Família e Bolsa verde²⁰) os moradores afirmaram que foi possível construir residências mais confortáveis e com matérias-primas mais duráveis como a madeira de lei, alvenaria e telhas de barro e/ou de amianto como ilustra a figura 08 (A e B). Ressalta-se que apesar de haver uma enorme quantidade e variedades de madeira na FLONA os moradores têm de se deslocar até a cidade de Portel para comprar. Pois, o uso dessa matéria-prima ainda é “proibido²¹” pelo ICMBio, mesmo que seja somente para construção de uma casa ou ponte.

Figura 08 A e B: Casa tipo palafita de madeira e casa sobre a terra de alvenaria e madeira



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

²⁰ É um programa de benefício econômico nos moldes do Bolsa Família destinado a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvem atividades de conservação ambiental em áreas de Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Projetos de Assentamento Florestal ou Agroextrativista e outras áreas definidas pelo MMA (IBAM, 2015, p. 32).

²¹ Segundo os moradores a burocracia para poder aproveitar a diversidade madeireira para construir suas casas é muito grande e pouco explicada pelo ICMBio, fato que leva-os a desistirem e preferirem comprar fora.

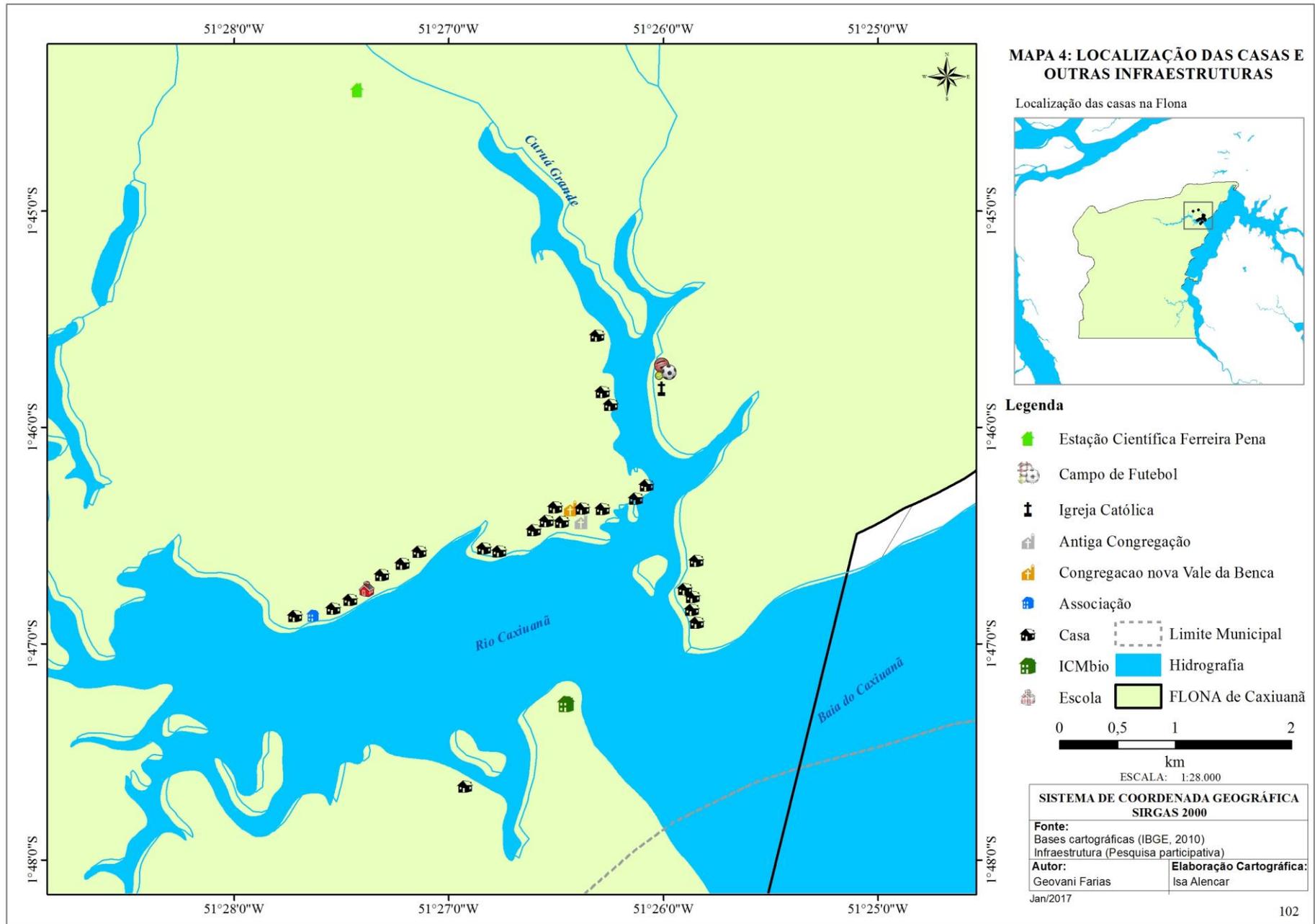
Ainda sobre as moradias, elas são construídas nas várzeas, do tipo palafita e sobre a terra, mas também muito próxima do rio, uma vez que a maioria utiliza água retirada diretamente do Rio Caxiuanã ou Curuá. Também, constatou-se haver sanitário em apenas duas casas e somente uma com banheiro interno, usado tanto para o banho quanto para fazer as necessidades fisiológicas, em outras duas existe banheiro em cima do trapiche usado somente para tomar banho. Os moradores das demais residências fazem suas necessidades fisiológicas no mato²² e as de higienização pessoal diretamente no rio. A água consumida em 50% das casas é proveniente da superfície dos rios a qual é apenas coada e raramente tratada com hipoclorito, já na outra metade foi constatado uso de poço tradicional²³ que representa uma água mais limpa e saudável já que vem direto do lençol freático.

A localização das infraestruturas como sede da associação, escola, capela, assembleia e das casas é apresentada no mapa 4 abaixo onde se pode perceber o agrupamento por famílias com destaque para a Caiçara, Vila²⁴ Vale da Benção e Santa Cruz como as áreas com maior número de moradias, no entanto, a última não congrega apenas parentes sendo composta por diferentes famílias.

²² Área encoberta por alguma vegetação próxima das casas.

²³ Poço sem canalização sendo feito apenas uma caixa de madeira ao redor da boca e as vezes uma coberta.

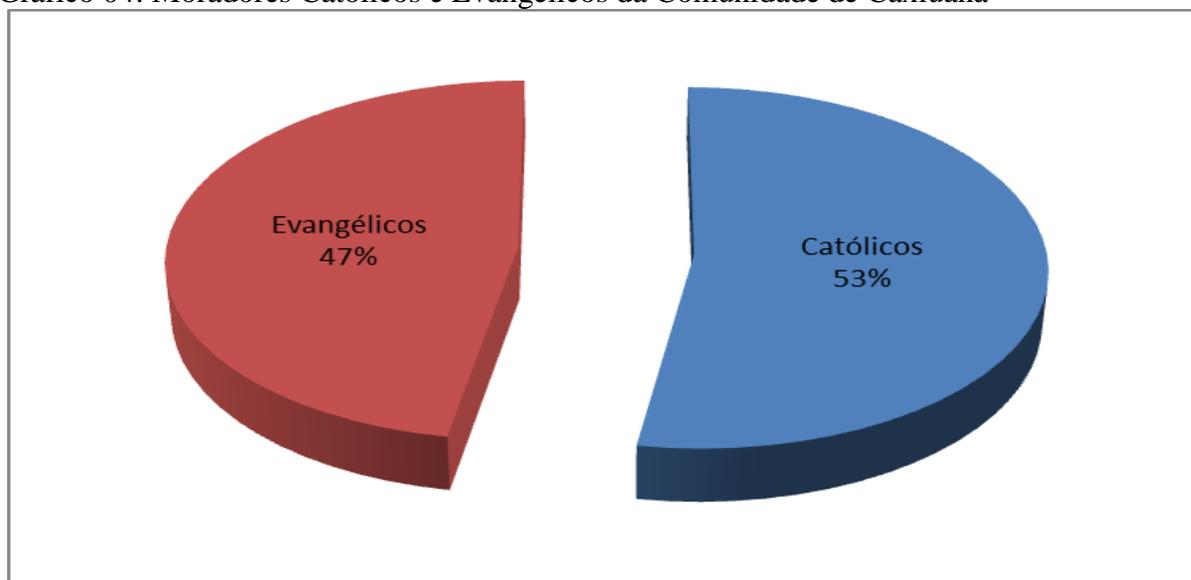
²⁴ Os moradores chamam de vila em virtude de haver várias casas e a assembleia.



O mapa acima mostra também certa “divisão” entre os moradores católicos e evangélicos sendo que esses últimos têm a sua maioria concentrada na Vila Vale da Bênção na foz do Rio Caxiuanã onde está a congregação de mesmo nome e há os cultos semanais. Por outro lado, as famílias católicas com exceção dos moradores da Santa Cruz concentram-se na foz do Rio Curuá onde está localizada a capela do Santo São Sebastião, padroeiro do lugar. Diferente de outras comunidades, na de Caxiuanã não se observou a organização das moradias nos arredores da capela que se apresenta sozinha juntamente com campo de futebol.

O gráfico 04 mostra que apesar da Igreja Evangélica ter sido implantada somente (1995) o número de pessoas que se identificam como membro dessa religião já está muito próximo da quantidade de católicos que no passado segundo o Entrevistado 07 concentrava 100% dos moradores. Lisboa (1997) registrou apenas uma família evangélica nessa comunidade no ano de 1994. O crescimento dos evangélicos também contribui para não haver o retorno de muitas festas aos santos que eram realizadas antes como vimos no tópico anterior, fato que demonstra como a religião também tem influência direta na construção da tradição do modo de vida ribeirinho.

Gráfico 04: Moradores Católicos e Evangélicos da Comunidade de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Desse modo, afirma-se que a Igreja ainda é a responsável pelos principais festejos culturais da comunidade, segundo o dirigente da Capela de São Sebastião desde 14 de março de 2010 quando ela foi reconstruída, realizam-se três dias de festejos: sendo realizada no primeiro dia, a parte religiosa com a visita do padre da Paróquia de Melgaço, que ministra a

missa e realiza o batizado das crianças. No dia seguinte ocorre um torneio de futebol com a participação de todos que se identificam católicos na comunidade e de times das comunidades vizinhas. Após o torneio acontece o bingo com prêmios e leilões encerrando mais um dia de festejo. O terceiro dia é o momento de confraternização entre as famílias, esse momento é marcado por um almoço servido a todos no salão comunitário da capela. O dirigente afirma que o último momento do festejo é uma tentativa de reavivar a tradição que havia no passado.

Entre os moradores evangélicos também há festejo para comemorar o aniversário da igreja e, algumas vezes, de algum membro da congregação. A festa de aniversário da congregação ocorre todos os anos no dia 20 de maio. Nesse dia o culto é celebrado pelo pastor do campo²⁵ que visita a congregação e, também aproveita a oportunidade para realizar o batismo nas águas dos novos convertidos. Ao final da celebração há um jantar de confraternização entre os membros. Ressalta-se também a presença de pessoas das comunidades vizinhas.

Assim, verificou-se que não existe integração durante esses eventos, pois, os católicos não participam dos festejos evangélicos e nem esses participam das festas do primeiro. Contudo, observou-se a participação de ambos quando a escola realiza atividades que promovem a integração de todos. Também nas reuniões da associação foi percebida a participação de todos. Porém, quando se trata da associação foi identificado certo conflito pelo comando da mesma. Segundo o Entrevistado 01 que é católico, “os evangélicos querem estar sempre com a presidência”.

Os tipos de embarcação utilizada nesta comunidade se diversificaram em forma e tamanho. Constatou-se a existência de barcos individuais com capacidade de carga para até três toneladas e um barco coletivo da Associação (ATAC) de sete toneladas, além de rabeta com motor rabudo e casco a remo como se pode observar na figura 09.

²⁵ Campo é a forma de divisão geográfica das igrejas evangélicas que ficam a cargo de um pastor. Cada Campo corresponde a uma área geográfica e contém um determinado número de igrejas.

Figura 09: Tipos de Embarcação usada pelos moradores da comunidade de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Verificou-se que sete famílias possuem barco próprio. Destas, somente duas afirmaram também usar o barco da associação. O barco da ATAC é, portanto, o principal meio de transporte para a cidade de Portel dos moradores dessa comunidade sendo usado por 83% das famílias. A rabeta com motor rabudo - é resultado da tecnologia global que chega até as comunidades ribeirinhas da Amazônia e que atrelada ao saber tradicional dá origem a uma pequena e veloz embarcação que vem sendo bastante utilizada nos trabalhos cotidianos dessas comunidades, já praticamente substituindo o tradicional casco. Este último, porém, vem cada vez mais, sendo menos utilizado, passando a servir mais como depósito de mandioca ou base para o cultivo de hortaliças, uma vez que, seu uso como meio de transporte tem se restringido a distâncias bem curtas ou para entrar em pequenos igarapés durante a mariscada²⁶. Nesse sentido, detectamos a existência de apenas nove cascos, número menor que das rabetas (10).

²⁶ Pesca e casa nos igarapés durante a madrugada.

Isto demonstra que a tendência é que as rabetas continuem aumentando e os cascos diminuindo.

É importante destacar que a aquisição de barcos maiores trouxe mais conforto e rapidez, além de, um contato maior desses sujeitos com a cidade, de onde compram os alimentos que não produzem na comunidade e outras mercadorias como gasolina, óleo diesel, roupas, calçados e utensílios domésticos. Assim, com mais facilidade para ir até a cidade a relação com a figura histórica do regatão foi extinta, como se observa na afirmação do Entrevistado 08 “olha depois que conseguimos arrumar nosso barco e também o da associação a gente vai todo mês fazer nossa compra na cidade e com isso foi possível a gente se libertar do regatão que vendia as coisas muito caro e pagava um preço bem barato nos nossos produtos”.

Apesar de Caxiuanã ser uma unidade de conservação com mais de meio século de existência, as comunidades que estão nesse território são contempladas pelo mínimo de serviços públicos, dentre os quais foram observados a presença de um Agente Comunitário de Saúde que realiza visitas mensais avisando os moradores sobre datas de vacinação e peso das crianças, além de distribuir hipoclorito. Não existe posto de atendimento para primeiros socorros, no entanto, este serviço é prestado pela enfermaria da ECFPn, todavia quando há casos mais complexos a única solução é ir até as cidades de Portel e Melgaço em busca de atendimento.

O ensino é outro serviço que está presente na Comunidade de Caxiuanã, porém, assim como em grande parte do meio rural amazônico está limitado à oferta de apenas o ensino do primeiro ao nono ano do Nível Fundamental, respectivamente em formatos de multissérie e modular que se entende como estratégias para suprir emergências apresentando resultados poucos satisfatórios demonstrado no último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município. No entanto, essa é a realidade da educação do campo no município de Melgaço. Os resultados ficam ainda mais comprometidos quando somamos a isso a falta de infraestrutura da escola, a evasão escolar e a não oferta de ensino para faixas etárias específicas, como os programas de alfabetização de jovens e adultos (EJA) e Brasil alfabetizado que contribuem para a manutenção de analfabetos que jamais tiveram a oportunidade de estudar.

Com relação a infraestrutura escolar, Farias (2015) verificou que não existe uma estrutura física construída pela prefeitura de Melgaço para ministração das aulas sendo estas

realizadas na sede da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas de Caxiuanã (ATAC), alugada pela Secretaria Municipal de Educação para funcionar como escola. Assim, percebe-se um retrocesso, pois, conforme os moradores e Lisboa (1997), Bezerra, Lisboa e Cardoso (2013) no ano de 2000 foram construídas três escolas na FLONA de Caxiuanã, sendo uma na Comunidade da Pedreira, outra no Laranjal e uma na Comunidade de Caxiuanã, por meio do Programa Floresta Modelo de Caxiuanã que conseguiu angariar recursos junto ao Ministério da Educação (MEC), mas, que foram administrados pela prefeitura de Melgaço e que de acordo com os moradores não foram aplicados em sua totalidade sendo construídas escolas pouco duráveis, das quais só existe apenas a da Pedreira. Ressalta-se também que desde o final do ano de 2015 está em construção uma nova escola na Comunidade de Caxiuanã, agora toda em alvenaria, com duas salas de aula, copa e alojamento para os professores (figura 10 abaixo).

Figura 10: Escola em Construção na Comunidade de Caxiuanã

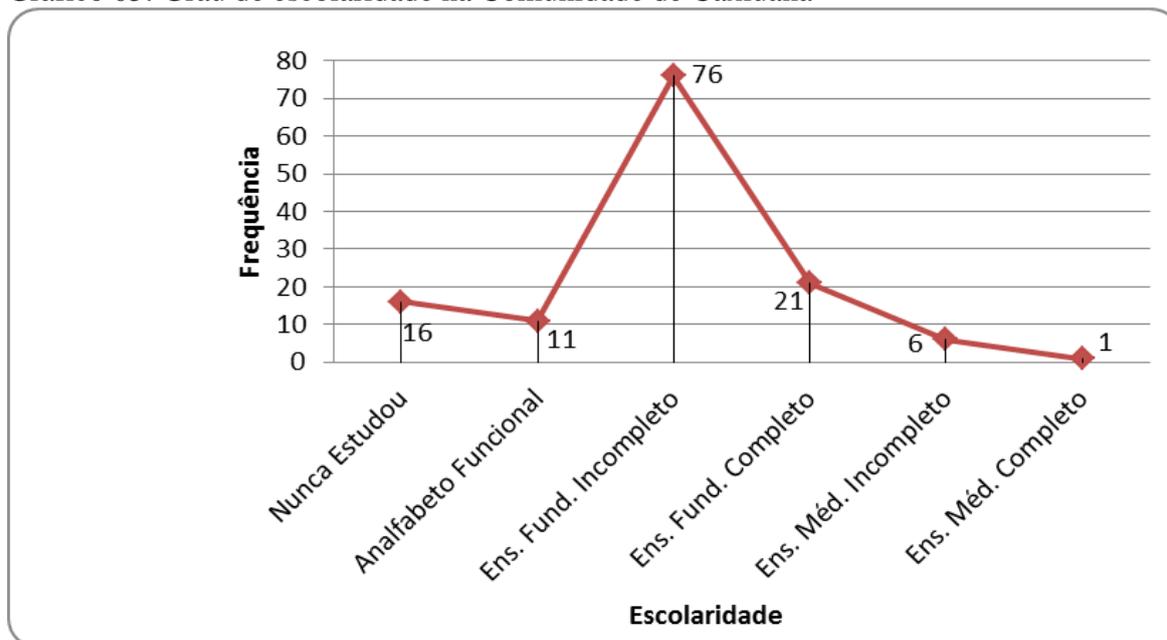


Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

A evasão escolar, segundo os professores, já foi bastante acentuada nas décadas anteriores, mas recentemente diminuiu bastante devido ao fato do alunado ser massivamente de crianças e jovens os quais são incentivados pelos pais que já não fazem tanta questão de levá-los para os trabalhos cotidianos e priorizam a permanência do filho na escola. Assim, atribui-se a evasão escolar as necessidades de trabalhar dos poucos estudantes adultos e

principalmente, a não oferta de programas citados anteriormente que são específicos a este público alvo. Também não se detectou nenhum programa por parte da ECFPn para a alfabetização dessa faixa etária que por muito tempo compôs seu quadro de funcionários. Contudo, o gráfico 05, mostra o grau de escolaridade na comunidade em que se afirma que o analfabetismo identificado corresponde a faixa etária de idade adulta e idosa.

Gráfico 05: Grau de escolaridade na Comunidade de Caxiuanã



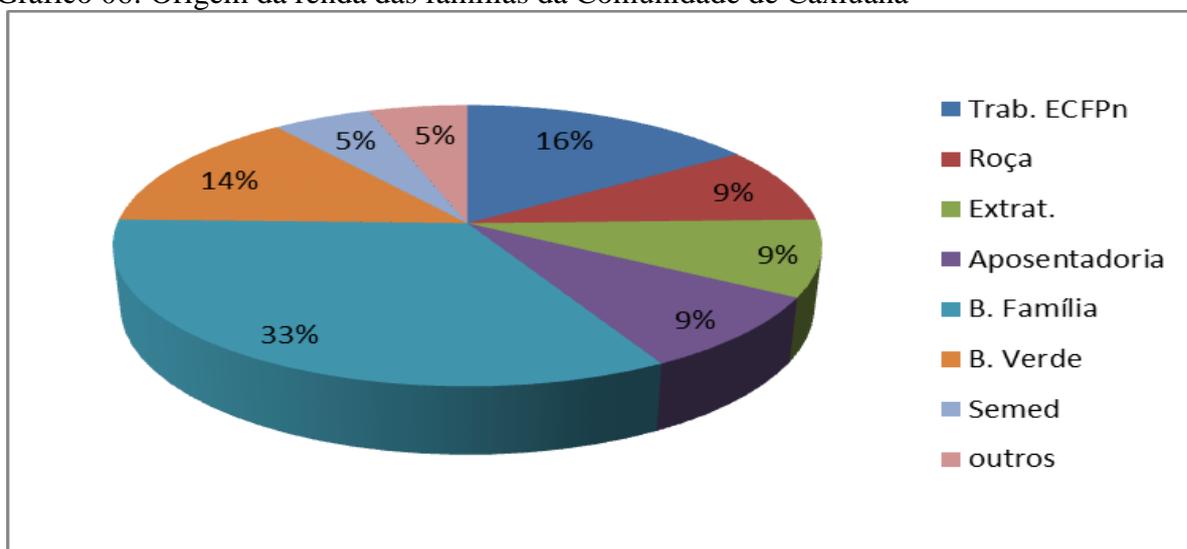
Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Os professores do primeiro ao quinto ano iniciaram em 2014 o curso de nível superior através do Programa Nacional de formação de Professores (PARFOR) do Governo Federal. Já os que atuam no fundamental maior (6º ao 9º) a maioria possui nível superior completo e alguns até especialização *lato sensu*. Mas, ressalta-se que o fato de os docentes da base não terem ainda ensino superior não compromete o ensino-aprendizagem, uma vez que, têm o curso de mestrado estando, portanto, habilitados a desempenharem a função.

A renda mensal per capita por família na Comunidade de Caxiuanã não chega a um salário mínimo, girando em torno de setecentos e quarenta sete reais e cinquenta dois centavos (R\$ 747,52) sendo os principais meios de obtenção dessa renda os programas sociais do governo federal como Bolsa Família, Bolsa Verde e a Aposentadoria Rural. Pois, como se pode perceber no gráfico 06 esses três programas juntos beneficiam a 56% das famílias. O trabalho assalariado na ECFPn que representa a maior remuneração com ganhos líquidos acima de um salário mínimo, beneficiam 16% das famílias. No entanto, ressalta-se que apenas

cinco chefes de famílias estão trabalhando de carteira assinada e outros quatro são somente diaristas. As outras atividades de subsistência como a roça e o extrativismo perderam sua importância e deixaram de ser a principal base da subsistência familiar ribeirinha na Comunidade de Caxiuanã, e, somente são exercidas para complementar a renda. Ressalta-se também que são poucas pessoas que ainda realizam essas atividades, uma vez que, a realidade observada foi de que a maioria dos moradores vem comprando a farinha e outros produtos derivados da mandioca, e, desses que ainda trabalham com a roça apenas dois disseram produzir excedentes para conseguir algum dinheiro.

Gráfico 06: Origem da renda das famílias da Comunidade de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Segundo o Entrevistado 09, essa renda mencionada acima já foi maior quando 90% dos chefes de famílias trabalhavam assalariados ou como diaristas na ECFPn, mas, no momento, ela está passando por uma crise e ficaram só uns quatro ou cinco trabalhando, deixando, assim, muitos desempregados e conseqüentemente isso fez com que diminuísse a renda das famílias. Desse modo, afirma-se que alguns utensílios domésticos e eletroeletrônicos (quadro 04), bem como as rabetas e os barcos individuais que os moradores afirmaram ter, foram adquiridos após a construção e funcionamento da ECFPn, principalmente, por meio das quantias recebidas nas rescisões de trabalho.

Quadro 04: Lista de bens domésticos dos moradores da Comunidade de Caxiuana

OBJETOS	Nº DE FAMÍLIAS QUE POSSUEM
Televisão	12
Freezer	07
Celular	12 ²⁷
Placa solar e bateria ²⁸	11
DVD	07
Máquina de lavar roupa	03
TV por assinatura	02
Geladeira	03
Gerador	10
Rádio	04
Antena Parabólica	12
Computador	01
Fogão com forno	32

Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Deve-se destacar a chegada da energia, seja por meio das placas solares (LISBOA, 1997) ou de geradores acoplados a motores, como determinante para que os demais bens citados no quadro acima fossem adquiridos, uma vez que todos são alimentados por energia elétrica. Destaca-se também o fato de que a televisão, a parabólica, a TV por assinatura e os celulares contribuem bastante para provocar mudanças no dia a dia dessas famílias que passam a aproveitar a programação da televisão para ocupar espaço na divisão do seu tempo, por exemplo, a hora de dormir que sem a TV, era por volta das 20h. Agora se estende até às 22h e em dias de futebol até as 00h. Durante o dia, as crianças e adolescentes quando não estão na escola aproveitam para assistir algum programa na TV ou ouvir música no celular. Este, por sua vez, também é utilizado para se conectar a rede de internet via wifi disponível na ECFPn, isso normalmente ocorre aos finais de semana ou feriados quando algumas pessoas vão para a Estação Científica com esse objetivo.

²⁷ Esse número corresponde as famílias, no entanto, 21 pessoas tem celular.

²⁸ Esse equipamento foi doado pela ECFPn por meio do Projeto Floresta Modelo de Caxiuana com objetivo de disponibilizar energia sustentável para os moradores da FLONA. Na época todos receberam o equipamento, mas no levantamento realizado somente o número informado no quadro 04 afirmaram ainda ter.

Dessa maneira, percebe-se que a vida comunitária se organiza em torno do uso do território que para esses sujeitos tem mais que um valor material – obtenção de recursos, pois nele também está impresso toda uma carga simbólica que pode ser verificado na forma como tratam cada parte do seu lugar. O mapeamento participativo, realizado com esses ribeirinhos, demonstra com clareza a localização das áreas que eles reivindicam como seu território através da relação de pertencimento e uso material e imaterial que dele fazem e que também seus ancestrais o fizeram. A seguir detalharemos a forma como esse método foi aplicado.

3.4 O MAPEAMENTO PARTICIPATIVO NA IDENTIFICAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES DA COMUNIDADE DE CAXIUANÃ

De acordo com Acselradi (2015), Almeida (2010), Silva & Verbicaro (2016) o mapeamento participativo é um método de construção de mapas que coloca a comunidade estudada como sujeito principal da elaboração dos projetos cartográficos. É um método que também possibilita a identificação de territorialidades presentes, passadas e, portanto, historicamente construídas, pois utilizam a lembrança da memória comunitária para espacializar tais territorialidades. Este método está sendo bastante utilizado por pesquisadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, ONG e até mesmo por empresas capitalistas e instituições governamentais. Estes dois últimos, no entanto, utilizam de modo a dar uma conotação de que há a participação da população na tomada de decisão da elaboração do mapeamento quando na essência isso não acontece de fato.

Pois, sabe-se que nas empresas capitalistas raramente há o interesse de beneficiar a população, pois a intencionalidade mascarada com a suposta participação dela é a de legitimar projetos de controle do território e seus recursos. Contudo, os pesquisadores das áreas acima mencionadas, buscam dizimar esse método entre as parcelas “invisíveis” da sociedade tanto urbana quanto rural. Nesse sentido, projetos como o da Nova Cartografia Social da Amazônia vêm contribuindo para que as comunidades tradicionais amazônicas e de outras regiões do Brasil utilizem o mapeamento participativo como um instrumento de resistência e luta para a manutenção, o reconhecimento e a titulação dos seus territórios tradicionais.

Dessa forma, utilizou-se esse método na comunidade em estudo com o objetivo de identificar suas territorialidades, sua forma de vida, sua percepção ambiental e os usos materiais e imateriais; bem como os conflitos inerentes às relações no/do território, que entendemos nesse trabalho como território do modo de vida, haja vista que nele se manifesta toda singularidade e diferenças das relações vividas por esses sujeitos.

Vale ressaltar que antes da aplicação desse método de análise territorial (SILVA & VERBICARO, 2016) houve conversas preliminares com a diretoria da ATAC e alguns moradores mais antigos da comunidade, que após ouvirem os objetivos do trabalho e, principalmente, do mapeamento participativo manifestaram o interesse na elaboração do mapa participativo comunitário, pois, perceberam que ele poderia ser um instrumento para lhes auxiliar durante a elaboração do Plano de Uso da FLONA e até mesmo para contestar a área para manejo sustentável comunitário que foi escolhida e delimitada pelo ICMBio no zoneamento ecológico e econômico e legitimada no Plano de Manejo da UC.

Para os moradores do território, em estudo, a área que “sobrou” para a comunidade fazer o manejo comunitário não é do conhecimento deles como explicita o presidente da ATAC: “nós não temos conhecimento da área comunitária. Só ouvimos dizer que é a parte que fica atrás da base do ICMBio [...] se realmente for verdade é uma área que pelo que a gente conhece de Caxiuanã não tem quase nenhuma riqueza”. Diante disso viu-se que a elaboração do mapeamento participativo era também de grande importância para eles, pois, o produto final dele tiraria a dúvida que pairava em suas mentes, além de que, o mapa também contribuirá para eles localizarem produtos não madeireiros, os quais o Plano de Manejo lhes assegura o uso mesmo que estejam nos lotes concessionados ao manejo industrial (ICMBio, 2013).

Assim, na data marcada eu e mais uma pessoa, que é professor de geografia da educação básica do município de Melgaço, chegamos por volta das 16h do dia 19 de dezembro na casa de um morador que nos auxiliou na logística durante toda a realização do trabalho. Nesse mesmo dia visitamos os moradores para reforçar o convite para a oficina que iríamos realizar, mas, acabamos sendo surpreendidos com a notícia de que o presidente da ATAC havia viajado para a cidade de Portel para resolver questões particulares e que também no dia seguinte a ECFPn estaria distribuindo brinquedos as crianças da comunidade em evento do MPEG que acontece dias antes do natal. Este fato além de reforçar a influência da Estação Científica no cotidiano dessa população nos obrigou a refazer nosso planejamento e mudar a metodologia que seria a de realização de uma oficina na sede da ATAC com todos os chefes de famílias.

Diante da situação exposta, adotou-se a seguinte estratégia: ir às casas mais isoladas e reunir com os moradores nas suas localidades (Caiçara, Vila Vale da Bênção e Santa Cruz). Assim, pela manhã do dia 20 realizamos o mapeamento com os moradores das casas mais

isoladas onde há no máximo duas casas (figura 11), onde primeiramente se fazia a apresentação do trabalho e, da maneira mais didática possível orientou-se como procederia a plotagem das informações no mapa base da comunidade que também era mostrado ao morador.

Figura 11: Mapeamento Participativo



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

A figura (figura 11) mostra dois moradores plotando informações no mapa base da Comunidade de Caxiuanã. O que não sabia escrever foi informando para o senhor que está escrevendo e, este foi anotando tanto os lugares que sabia como os que foram informados pelo seu compadre.

Já durante a parte da tarde, do mesmo dia, reunimos primeiro com os moradores da caiçara, em seguida com os da vila Vale da Bênção e finalizamos na sede da ATAC na Santa Cruz (figura 12). Nesses lugares o número de pessoas participantes foi maior, possibilitando mais diálogo e interação no momento de plotar as informações no mapa. Dessa maneira, cada um ia localizando os locais que conhecia, tanto os que são utilizados atualmente quanto os locais antigos que por proibição do ICMBio ou da ECFpn não puderam mais ter acesso ou contato.

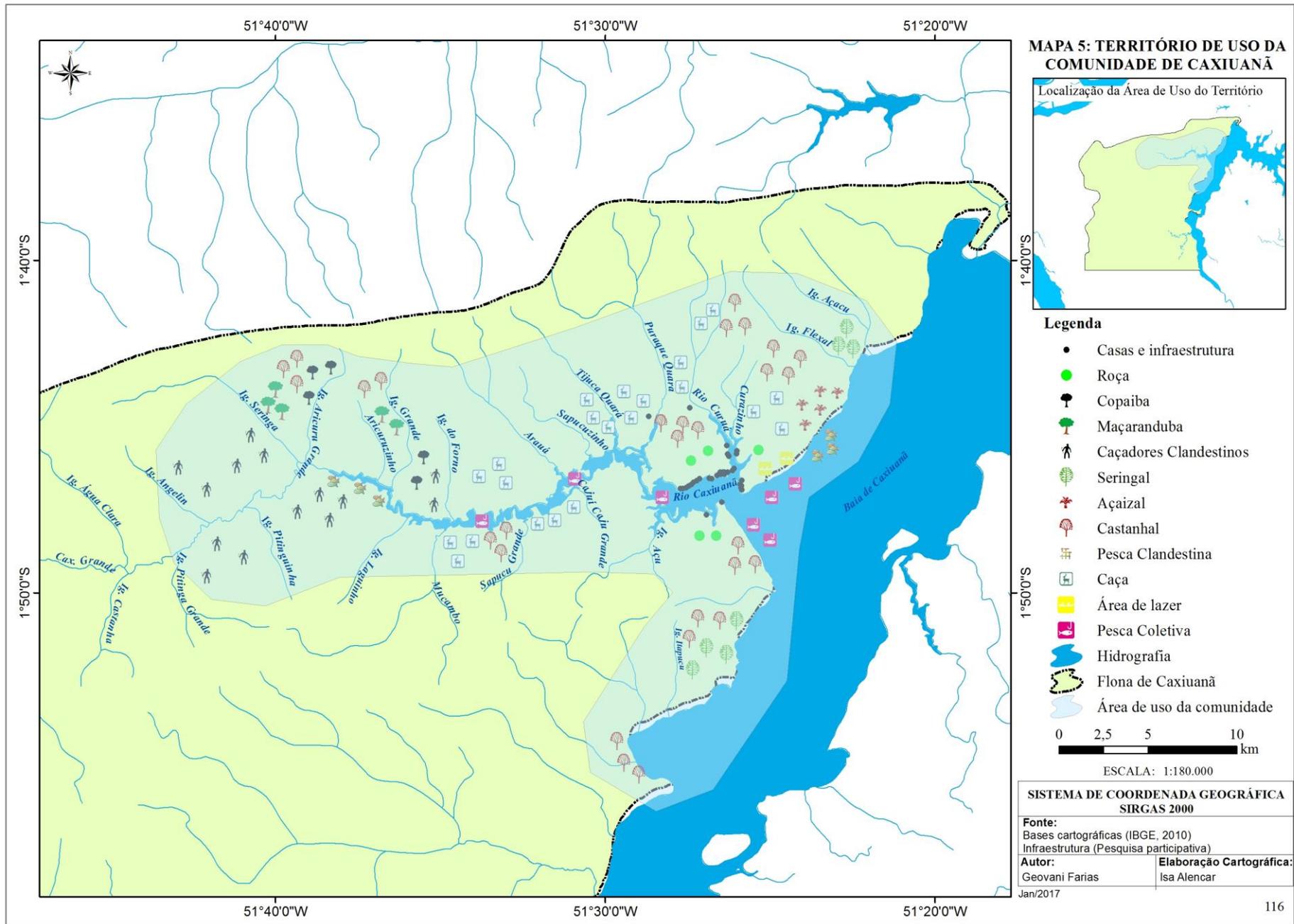
Figura 12: Moradores da Santa Cruz realizando o mapeamento participativo



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Dessa forma, o mapa base formado apenas pela hidrografia não identificada e os limites da FLONA foram ganhando vida a cada nova informação que neles os moradores iam plotando. Logo os rios e igarapés foram os primeiros a serem identificados e, com isso, as territorialidades passaram também a ser identificadas, assim como as áreas tensionadas a conflitos, os espaços de lazer e confraternização comunitária, as igrejas, a escola, as casas, os espaços de produção como a roça, os castanhais, os pesqueiros, os pontos de caça, os seringais, os locais de coleta de outros frutos e fibras, os açazais, pontos de madeiras, as bases do ICMBio e da ECFPn.

Nesse sentido, o mapeamento participativo possibilitou uma análise, mais concreta e com bastante riqueza de informações que permitiu a apreensão do território do modo de vida dessa comunidade na sua complexidade e especificidade a partir da sua vivência cotidiana e relações com as instituições presentes em seu contexto socioespacial, econômico, cultural e ambiental, detalhados a seguir por meio das interpretações realizadas no mapa 5.



Como dito antes, os moradores iniciaram a plotagem de informações no mapeamento participativo identificando primeiro os rios e igarapés (figura, 11 e 12), fato que corrobora a grande relação que eles têm com esse meio físico que mesmo sendo a única via de locomoção da comunidade para o seu entorno e para a cidade, não é somente percebido como uma via de transporte, mas também como fonte de vida, haja vista que fornece água e peixes, essenciais para a sobrevivência ribeirinha. Também são lugares de relações sociais, pois nas suas margens estão suas moradias e seus leitos são transformados em área de lazer onde tomam banho (figura 13) e os jovens se divertem em suas rabetas durante o ir e vir à casa do vizinho ou parente e em porfias para verificar qual a rabeta mais veloz.

Figura 13: O rio como fonte de recursos e espaço de lazer



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

No entanto, esses sujeitos não são os únicos a utilizarem esse meio natural, pois desde a criação da FLONA e com mais intensidade ainda após a criação da ECFPn os rios e igarapés desse território ganharam novos atores, como os pescadores e caçadores clandestinos, os fiscais dos órgãos gestores para visitas e fiscalização e pesquisadores do MPEG e de diversas partes do Brasil e do mundo trafegam quase diariamente em voadeiras de ambas as instituições no trajeto dessas bases para os locais de pesquisa. Porém, com estes últimos, nas entrevistas não houve nenhum relato de que isso tenha provocado algum tipo de conflito até porque eles restringem o uso apenas para transporte, havendo divergência apenas com os primeiros.

Dessa forma, os rios e igarapés são elementos que estão na base da existência do modo de vida da Comunidade de Caxiuanã, neles estão cristalizadas as territorialidades históricas que simbolizam a luta pela sobrevivência material e imaterial desses ribeirinhos.

O rio também é o local de conflitos entre os moradores em si e com os pescadores e caçadores clandestinos que segundo os moradores “entram sempre durante a noite para o centro do Rio Caxiuanã de onde voltam abastecidos de peixe e caça”. A esse respeito perguntou-se ao gestor do ICMBio como o órgão tratava desses conflitos que geram bastante reclamação por parte da comunidade. Ele argumentou que:

O grande problema é a caça e a pesca ilegal, principalmente das pessoas de fora, mas têm moradores que apoiam os que vêm de fora, eles estão tirando do alimento deles [...] Isso em todo lugar tem, mas com as pessoas de dentro (**FLONA**) tem uma certa forma de tratar. Têm muitas coisas que não é permitido. A caça, o uso de apetrechos proibidos, malha pequena, o uso de timbó, bater água. Essas coisas são difíceis de tirar das pessoas, mas aos poucos vai tirando [...] no ato (**apreensão**) seria a notificação, mas com os moradores é mais maleável (GESTOR DO ICMBIO). (grifo nosso).

Nesse sentido, percebe-se que o ICMBio busca amenizar os conflitos resultantes dos usos proibidos do território da FLONA quando este é praticado pelas comunidades locais, deixando subentendido que usa o diálogo para chamar a atenção e não os notifica oficialmente, por exemplo quando fala que “é permitido a caça para alimentação” e que é “mais maleável com os moradores das comunidades”. Porém, com relação aos invasores que segundo o gestor “a maior parte vem de Portel (cidade e comunidades do entorno da UC) e de outros municípios, por exemplo, vêm geleiras de Igarapé Mirim, Cameté e Abaeté [...] a extração de madeira ocorre mais para o Sul e Oeste da FLONA e vem de Senador José Porfírio”, ele não deu nenhuma informação de como a fiscalização age nesses casos.

Portanto, pode-se afirmar que os conflitos estão diretamente relacionados ao uso material do território, como a extração dos recursos, entre os moradores em si e com os invasores e destes com o ICMBio. Entre os próprios moradores da Comunidade de Caxiuanã um entrevistado relatou que algumas divergências vêm ocorrendo principalmente em virtude do uso de pesqueiros e castanhais.

Antes não nos víamos como uma única comunidade como nos reconhecemos atualmente. Era como se fossem várias comunidades, porém, todas muito próximas [...] teve uma época que existiam vários grupos, era melhor que hoje, pois, tinha mais comunhão cada grupo respeitava o outro. Se eu quisesse algo iria lá pedir, enquanto hoje que é só uma comunidade, eles (**outros moradores**) acham que estão no direito de chegar e tirar o que quiser. Hoje ninguém respeita a área do outro [...] eu já botei caboco para correr daqui. Já pensou que vem atirar aqui atrás de casa. Na pesca eles nos vencem, pois, aqui nessa enseada no lado de casa não falha peixe, mas quando viajamos eles vêm pescar aqui (ENTREVISTADO 01). (grifo nosso).

Como se percebe esses conflitos entre os próprios moradores da comunidade ocorrem muito em função de ainda não haver sido concluído o plano de uso da FLONA que tem como objetivo ordenar e regulamentar os usos dos recursos, mas como isso ainda não ocorreu,

muitos entendem que tudo é de todos. De acordo com um morador “o ICMBio fala que todos nós podemos usar os recursos que aqui tem”. Porém, as territorialidades foram construídas historicamente e mesmo com a criação da UC os antigos moradores continuaram cuidando e utilizando as terras que lhes pertenciam e repassaram para seus herdeiros que as mantêm sob seu domínio e não permitem seu uso por outras pessoas sem sua autorização. Isso fica evidente de maneira bem objetiva no mapa participativo onde cada um fez questão de demarcar as áreas que pertenceram a seus antepassados e a qual hoje fazem uso.

Entende-se também que os conflitos entre membros de uma mesma comunidade são inerentes ao seu modo de vida, haja vista que compartilham um território “comum”, baseado em regras internas do grupo que tem no respeito mútuo a base para o entendimento e resolução dos conflitos. Porém, verificou-se que o aumento dos conflitos entre os membros da Comunidade de Caxiuanã estão diretamente ligados as sobreposições territoriais empreendidas com a criação da FLONA e da ECFPn que desestruturam o território dessa população desativando territorialidades já constituídas e reconhecidas pelos sujeitos envolvidos. Assim, a partir do momento que esses novos atores criaram novas territorialidades deram possibilidades para o surgimento de novas territorialidades do próprio grupo tanto de caráter individual que no caso da coleta de castanha e da pesca acaba conflitando com a territorialidade de outro comunitário, quanto coletiva, esta já usa o modo de vida como forma de garantir o grupo no seu território, uma vez que é a continuidade do modo de vida que pesa na decisão de não abandonar suas terras.

Dessa forma, verificou-se que os conflitos entre os próprios comunitários são resolvidos internamente entre os envolvidos prevalecendo os laços de amizade, pois, não houve nenhum relato de já ter acontecido algum enfrentamento direto como luta corporal, ameaças e destruição de apetrechos de pesca um do outro. Já com os de fora, eles admitem ter medo de fazer algum enfrentamento e preferem acionar a fiscalização que segundo eles também não tem dado nenhuma resposta significativa sobre essa questão. Por conta disso, os moradores afirmaram não usarem as áreas mais do centro do Rio Caxiuanã por medo de encontrarem com os invasores e fizeram questão de mostrar essas áreas no mapa.

No mapeamento participativo também foi destacado a presença da base do ICMBio e da ECFPn, dois órgãos que passaram a fazer parte do cotidiano dessa comunidade. O primeiro, mesmo sendo criado recentemente pelo governo, ainda não conseguiu tirar de si o peso das ações empreendidas no passado pelos órgãos anteriores que geriram a FLONA.

Somado isso pesa as críticas dos moradores pela pacificidade diante das constantes retiradas ilegais de recursos da UC e por algumas ações tomadas contra os comunitários como relatou o Entrevistado 10 sobre a construção de sua casa na margem do Rio Curuá.

Quando eu casei e fui construir minha casa ele (gestor) tentou impedir que eu fizesse no lugar onde construí, queria que eu fizesse lá para Santa Cruz porque não podia fazer na beira do rio. Mas eu o enfrentei e disse que faria ali minha casa, pois, esse lugar sempre foi da minha família e não era ele que ia me impedir. Ele ameaçou trazer a polícia, mas nós não recuamos e construímos nossa casa (ENTREVISTADO, 10).

Assim, percebe-se que a relação da Comunidade com o ICMBio ainda é de desconfiança e descrédito deste órgão diante dos moradores, principalmente quando os conflitos são externados como na citação acima, só colabora para aumentar ainda mais as rugas. Mas, como citado anteriormente pelo gestor desse órgão há um tratamento diferenciado com os moradores com relação aos usos fora das normas da UC que se entende como uma forma de melhorar a relação entre ambas as partes. Nessa mesma direção, o gestor afirmou que “esse ano iniciaram na base um projeto de alfabetização para adultos e idosos com aulas aos finais de semana ministrada por uma funcionária do ICMBio” (figura 14) também se acredita que essa ação seja mais uma maneira de estreitar os laços entre comunidade e o ICMBio.

Figura 14: Projeto de Alfabetização para adultos e idosos da Comunidade de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Por outro lado a relação entre a ECFPn e a comunidade é vista como boa pelos dois lados. O MPEG afirma que a comunidade é parceira, pois, contribui com as pesquisas

desenvolvidas por essa instituição (LISBOA, 1997). Mas, o mapeamento demonstrou que a área cedida pelo IBAMA para a ECFPn sobrepõe ao território da comunidade que foi transformado em um território destinado a pesquisa científica, mas que de certa forma, não impediu que os moradores continuassem morando em seus lugares de origem nem “parassem” com o trabalho na roça, pois de acordo com os moradores ficou delimitado ao uso de até um hectare e somente nas áreas de capoeira não podendo avançar para a floresta primária, tendo em conta que podia conflitar com os lotes de pesquisas. Dessa forma, a ECFPn constrói sua territorialidade por meio dos projetos de pesquisa implantados nos seus 33 mil hectares de área de pesquisa.

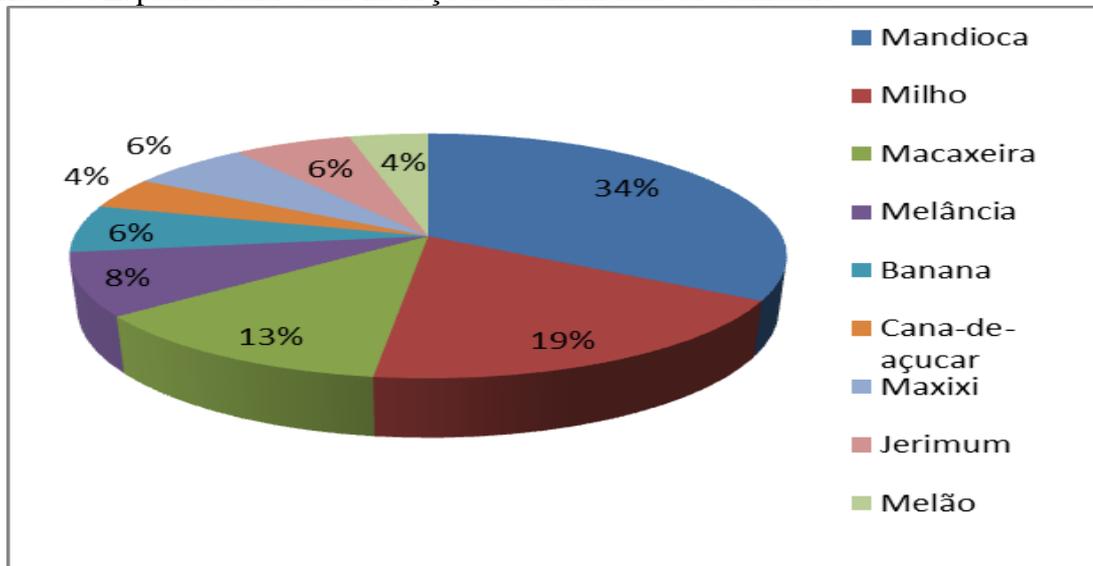
Entretanto, percebe-se que a roça, principal atividade que era desenvolvida nessa comunidade, ficou restrita a uma pequena área, assim como o território comunitário perdeu a exclusividade de uso pelos moradores, uma vez que, os projetos de pesquisa da ECFPn passaram a ter prioridade, tanto que nos trabalhos publicados pelo MPEG, as comunidades que foram sobrepostas pelo território de pesquisa, aparecem como estando no entorno da ECFPn. Todavia, acredita-se que a comunidade viu na ECFPn, uma oportunidade para trabalhar e, de fato o MPEG contratou desde a construção da sua base de pesquisa, os moradores da comunidade em estudo para trabalhar. E, com isso, os conflitos que poderiam ter existido entre as partes, foi amenizado.

O abandono dos moradores pelas atividades de subsistências corroboram o uso da mão de obra local pela ECFPn que também serviu para diminuir a pressão sobre sua área de pesquisa, tendo em conta que poucas pessoas permaneceram trabalhando na roça. No questionário aplicado com os moradores, detectou-se que apenas quatro famílias não deixaram de fazer a roça, no entanto, a maioria afirmou que até o ano em curso estavam comprando farinha. Contudo, disseram que com a crise na estação e a consequente dispensa da maioria dos moradores que nela trabalhavam de carteira assinada, atrelado à falta de projetos que geravam diárias aos demais, levou a que mais de 80% das famílias retornassem com os trabalhos na roça já este ano. Esse retorno em massa das famílias a atividade roceira poderá desencadear, no futuro, algum conflito entre os moradores e a ECFPn, basta ver que, haverá necessidade de mais área para se fazer roças com maior rentabilidade, uma vez que, ela retome seu protagonismo como principal fonte de renda desses sujeitos.

O mapeamento participativo destacou esse retorno dos moradores às suas atividades de subsistências, em especial a roça que foi indicada pela maioria dos participantes da oficina.

Deve-se destacar também, no mapa, a localização das roças que nem sempre está atrás da casa do seu dono como é de praxe no meio rural amazônico, também muito em virtude das restrições impostas pelo ICMBio e ECFPn. O gráfico 07, mostra as culturas cultivadas nas roças dessa comunidade.

Gráfico 07: Espécies cultivadas na roça da Comunidade de Caxiuanã



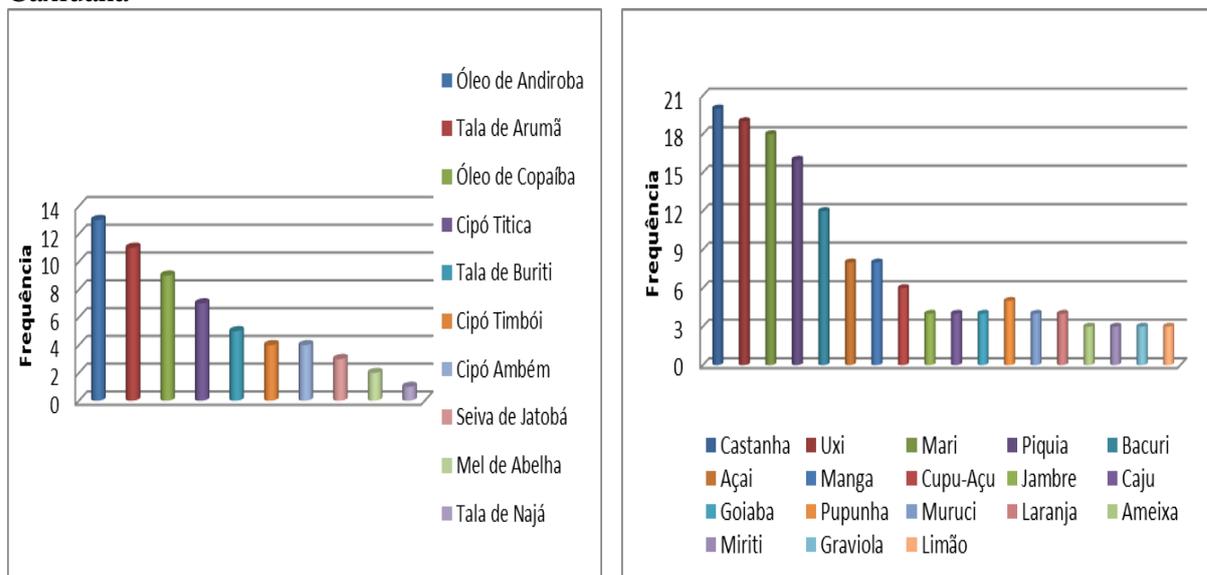
Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Como se percebe, a mandioca toma a dianteira do cultivo, pois, além de ser parte da culinária comunitária também é um dos produtos que garante aos moradores alguma renda para comprar os demais produtos que necessitam. Atualmente segundo um morador não acontece mais o convidado sendo todas as etapas da roça desenvolvida pela família dona do roçado. De acordo com esse morador:

Só há mão de obra fora da família, se pagarmos diárias a alguém, pois, não adianta mais oferecer comida que eles não aceitam. As coisas mudaram muito e isso contribui para que não se produza muito, pois, apenas os mais velhos trabalham na roça, os mais novos não querem mais a não ser se forem pagos (ENTREVISTADO, 01).

Também foi indicado no mapa as áreas utilizadas para obtenção de diversos recursos retirados diretamente da floresta ou cultivados pelos moradores em seus quintais. O gráfico 08 (A e B), destacam as principais espécies de frutos, fibras e essências oleaginosas usadas pelos moradores.

Gráfico 08 A e B: Espécies de fibras, óleos e frutos da floresta e cultivados na Comunidade de Caxiuanã



Fonte: Pesquisa de Campo, (FARIAS, 2016)

Como se observa é grande a diversidade de espécies que os moradores utilizam sazonalmente dentre os quais destacamos o cupuaçu, a pupunha, o uxi, o mari, o bacuri, etc. na alimentação durante o período de janeiro à junho e a coleta da castanha para comercialização nos meses de janeiro à abril. Ressalta-se que, no passado, essa lista já foi bem maior, mas com a facilidade de acesso a cidade, grande parte dos produtos da floresta foram substituídos pelos industrializados.

No entanto, toda essa descrição dos diversos usos do território pelos moradores da Comunidade de Caxiuanã, seja ele material ou imaterial, ainda em uso ou usado no passado, destaca a necessidade e importância de manter o território para que haja a reprodução do modo de vida das populações ribeirinhas, sendo que, o modo de vida é uma de suas armas para assegurar o território, pois, por meio de sua reprodução a resistência aos projetos hegemônicos aparece de forma concreta. Nesse sentido, o mapeamento participativo lhes dá a possibilidade para identificar e tornar visíveis suas territorialidades e comprovar que o ribeirinho não usa apenas o rio e as adjacências das suas moradias, mas também constrói um território do seu modo de vida que é, ao mesmo tempo comum mas também individual. No caso da Comunidade de Caxiuanã, esses sujeitos vêm sendo por mais de meio século invisíveis diante das ações realizadas pelos órgãos que geriram a FLONA e em nenhum momento reconheceram ou respeitaram suas territorialidades identificadas com o mapeamento participativo e que são a base da sua luta e resistência, além de configurarem de fato o território do seu modo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a miríade de autores que discutem os conceitos/categoria de modo de vida e território e as particularidades de cada método e abordagem, foram escolhidos para dar suporte à discussão os autores que apresentam textos muito próximos do que foi observado em campo. No entanto, sem menosprezar os demais. Assim nossa principal inspiração foram os clássicos de La Blache e Sorre, seu compatriota Max Derruau e do Amazônida Christian Silva. Todos discutem a questão do modo de vida. Também nos inspiramos em Raffestin e Saquet na análise do território.

Nesse sentido, identificou-se que o modo de vida é uma expressão recente na pesquisa geográfica, pois durante o auge da geografia regional francesa, La Blache fazia uso da noção de gênero de vida que chegou a ter o status de umas das categorias basilares da ciência geográfica, mas que pouco a pouco foi ficando no esquecimento sendo preterida por outros conceitos como os de região e paisagem, por exemplo. Todavia, afirma-se que está havendo um retorno ao uso desse conceito pelos geógrafos, principalmente em pesquisas que envolvem populações tradicionais, onde se destaca os eventos de geografia agrária como o grande meio de publicação da maioria dos trabalhos que estão abordando e debatendo esse conceito/categoria. Também, reconhece-se uma produção considerável nessa área nos estudos antropológicos e sociológicos.

Do mesmo modo, a trajetória do conceito de território mostra-nos que, este não tinha muita preferência durante o período clássico da geografia sendo usado por Ratzel em seu pensamento político e geopolítico com a intencionalidade de legitimar a expansão territorial da Alemanha, ressaltando a necessidade de apropriação e dominação de mais território, por ele denominado *espaço vital*. Assim, o conceito de território também ficou décadas sem ter expressividade nas análises geográficas. Tendo sido retomado a partir da década de 1970. Portanto, conclui-se que ambos os conceitos ainda que trabalhados separados, atualmente estão sendo utilizados bastantes, principalmente o de território, presente na maioria das pesquisas geográficas.

Desse modo, destaca-se a importância da geografia e dos conceitos acima na análise da dinâmica espacial das populações tradicionais, nesse caso dos ribeirinhos da Comunidade de Caxiuanã, dado a possibilidade de detalhes que foram possíveis de serem apreendidos por meio dessa matriz teórica. Pois, o modo de vida, assim, como o território é tanto material quanto *imaterial*, pois, são frutos de relações coletivas, de produção, movimento, identidade,

cultura, espiritualidade. E, estão presentes nas relações sociais, territoriais, locais, regionais, nacionais e globais.

Percebeu-se também, a necessidade de se analisar essas populações a partir da matriz conceitual modo de vida-território, porém sem separá-los, haja vista que, elas necessitam do território para reproduzir seu modo de vida e, que ao se apropriar do espaço vai delimitando esse território que pode ser abstrato-concreto, material-imaterial. O território que também é percebido como lar, fonte de recursos, lócus da reprodução cotidiana, também é o resultado da materialização concreta ou simbólica do modo de vida.

No entanto, essa necessidade advém do fato de que o modo de vida é facilmente desestruturado quando desterritorializado e no processo de reterritorialização não há possibilidades de reprodução da maioria dos antigos modos e tradições, principalmente quando o *novo* território é diferente, por exemplo, uma população ribeirinha que é pressionada a deixar seu território peculiar e vai para o espaço urbano, não terá os principais elementos que o caracterizavam como tal, que são o rio, a floresta e seus recursos. E, é nesse sentido que as lutas e conflitos por território com ênfase no modo de vida têm sido bastante analisados e, é nisto que reconhecemos a necessidade de analisá-los a partir da apreensão de um território do modo de vida, uma vez que a principal reivindicação não se restringe apenas na potencialização desses saberes e modos de relações sustentáveis com a natureza, mas também pelo reconhecimento, demarcação e titulação de seus territórios.

Dessa forma, a revisão bibliográfica nos possibilitou também identificar, as similaridades presentes nos conceitos aqui utilizados. Similaridades ao ponto de ambos se sobreporem e serem percebidos um no outro, em *unidade*. E, assim, por meio dessa percepção pode-se afirmar a existência de um território do modo de vida que aqui foi entendido como o lugar da singularidade, mas também da diversidade, do acontecer das relações sociais e com a natureza, da solidariedade e estranhamento, da produção e/ou reprodução dos saberes, da identidade, da espiritualidade, da materialidade, dos conflitos, dos sonhos, da resistência, da organização política. Isto é, um território que representa *segurança, oportunidade* e reprodução da vida, de um modo de vida.

Nesse sentido, o território do modo de vida ribeirinho é o resultado da forma como as populações tradicionais se relacionam em si e com a natureza. É também a justaposição de elementos naturais, sociais e espirituais que configuram um território específico, único, sustentável, simples, porém rico de saberes, mitos, crenças e objetos, que provocam um

sentimento de felicidade, realização, tranquilidade, segurança, ainda que muitos não sejam alcançados pelas políticas públicas e, em muitos casos sejam reféns da própria ação do governo como foi a Comunidade de Caxiuanã, este território torna-se a segurança de sua reprodução e o modo de vida um instrumento de luta e resistência.

Desse modo, verificou-se que a criação tanto da FLONA de Caxiuanã, quanto da ECFPn estão atreladas a decisões externas vindas tanto do centro do poder político e econômico do Brasil, quanto de organismos internacionais como a ONU, além de aporte financeiro proveniente de acordo técnico entre Brasil e Reino Unido. Também, foram eventos que estão diretamente relacionados com as mudanças que ocorreram no modo de vida e no território da comunidade analisada, uma vez que suas criações não foram precedidas de diagnósticos da realidade local, principalmente a implantação da UC que seguiu o modelo Norte Americano de Yellowstone.

Assim, o primeiro evento reverberou de imediato na relação territorial, pois, foi responsável pela desterritorialização da maioria dos moradores da área estudada, alterou a forma de uso do território, proibindo atividades inerentes ao modo de vida ribeirinho, como a caça e a roça, provocou mudanças nas relações sociais desses sujeitos, haja vista que, a retirada da maioria dos moradores significou o fim das festas tradicionais que aconteciam anualmente para homenagear os santos padroeiros das extintas localidades que existiam nos Rios Caxiuanã e Curuá. Obrigou esses sujeitos a buscarem mercadorias na cidade, pois, também levou a extinção da caiçara e proibiu a entrada de regatão nas primeiras décadas de sua instalação. Isso mudou a relação desses sujeitos com a cidade, antes ligada às suas tradições religiosas e hoje pautada na busca por serviços e mercadorias.

As ações dos órgãos gestores inevitavelmente provocaram uma relação de conflito com os moradores que permaneceram nas suas terras e continuaram praticando as atividades que foram proibidas, pois delas provinham sua sobrevivência e as consideramos como sua principal forma de resistência e luta. Atualmente observou-se que a relação da comunidade com o ICMBio, atual gestor da FLONA ainda é de desconfiança, isto muito em virtude das ações realizadas pelos órgãos anteriores, mas também devido a falta de ações que possam inibir as invasões de caçadores e pescadores clandestinos que são alvos de muita reclamação por parte da comunidade.

Com isso, afirma-se que a política adotada pelos órgãos responsáveis pela gestão da FLONA foi unilateral no sentido de que enfatizou de modo excessivo e restrito a questão

ambiental com prioridade para o meio natural, considerando-se que sempre tratou a população de Caxiuanã como uma eminente ameaça à devastação desta UC e dessa forma pouco contribuiu para que o modo de vida dessa população fosse potencializado via políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. Fato também muito questionado no momento devido mais de 50% da FLONA ter sido licitado para exploração madeireira por grandes empresas que ganharam a licitação.

Por outro lado afirma-se que a implantação da ECFPn trouxe benefícios no tocante a oportunidades de empregos que resultaram em melhorias na qualidade de vida dos moradores da comunidade estudada, sendo que, as casas tiveram melhorias consideráveis, o atendimento a primeiros socorros é possível graças a enfermaria desta estação, escolas foram construídas e oficinas de educação ambiental trouxeram mais conhecimento acerca dos cuidados com o ambiente vivido dessa população. Essa instituição também acaba que sendo uma mediadora nas relações conflituosas entre comunidade e órgãos gestores da FLONA.

Mas, para além dessas contribuições, pesa as transformações no modo de vida dessa comunidade que também estão diretamente relacionadas com a intervenção feita pela ECFPn, que em nossa análise não foi aleatória, mas de certa forma intencional, visto que seu plano de manejo objetiva a preservação da natureza, percebendo assim como os órgãos gestores, a população de Caxiuanã como nociva a UC, tanto que o PFMC buscou intervir diretamente nas relações dos moradores com seu território. Isto, é evidenciado na forma como os pesquisadores tratam as comunidades, afirmando que elas estão no entorno da estação e jamais que esta ocupou os territórios historicamente usados por esses sujeitos.

Uma das grandes mudanças que ocorreram tanto no uso do território quanto no modo de vida dessa população em virtude das ações da ECFPn foi o abandono à atividade roceira pela maioria dos moradores, mas especificamente daqueles que trabalharam e/ou ainda trabalham na estação, pois, a pesquisa de campo registrou que apenas quatro famílias jamais abandonaram essa atividade. O abandono à roça também levou ao fim relações sociais peculiares de comunidades ribeirinhas como o convidado que era uma das bases da relação solidária da comunidade, muito importante para o processo de reprodução do modo de vida, já que, entendemos essa prática como um momento de troca de saberes e conhecimentos entre idosos, adultos, jovens e crianças.

A pesquisa demonstrou o poder de reconstrução socioespacial desses sujeitos a partir da reprodução do seu modo de vida, pois como visto no desenvolvimento desse trabalho a

Comunidade de Caxiuanã é resultado de resistência e luta dessa população que foi esmagadoramente diminuída a apenas seis núcleos familiares, mas que tiveram a ousadia e coragem para continuar a resistência e a luta e com isso permanecer em seu território tendo como importante arma a reprodução do seu modo de vida, que deu vida as 32 famílias que residem e continuam lutando para garantir o direito e a delimitação de seu território.

Dessa forma, o modo de vida foi um importante instrumento de resistência e luta, tendo em conta que, foi por meio da sua reprodução que os atuais moradores da comunidade em estudo garantiram sua permanência em seu território, quando não deixaram de fazer suas roças em períodos de proibição, quando se recusaram a pagar as porcentagens cobradas da sua produção de castanha, nem deixaram de fazer suas casas nas margens dos rios e tampouco deixaram de usar algumas áreas que foram sobrepostas pela ECFPn como bem demonstrou o mapeamento participativo.

Também, fica evidente nos resultados dessa dissertação que a política de desterritorialização praticada pelo Governo Federal por meio dos órgãos gestores de Caxiuanã, não foi a melhor estratégia para proteger essa UC, basta ver a população que já habitava esse território contribuía para sua proteção e preservação, pois, a invasão que acontece quase diariamente, como afirmou o atual gestor, se dá em função da grande extensão da FLONA, ou seja, nas áreas que no passado foram habitadas pelos antigos moradores.

Portanto, afirma-se que é de grande relevância destacar o território na análise das transformações que vem ocorrendo no modo de vida da população ribeirinha da Amazônia, sendo que, o modo de vida para continuar sendo reproduzido ainda que com perdas de algumas tradições, mas com a agregação de outras é necessário um território específico, delimitado e acima de tudo titulado ou pelo menos concedido para uso e reprodução das populações tradicionais, como forma de garantir a reprodução dos ricos modos de vida tradicionais.

Ressalta-se a aplicação do mapeamento participativo como método de análise do território, pois por meio dele pode-se adquirir não apenas informações cartográficas, mas também, reconstruir todo um processo histórico e geográfico de uma dada comunidade e/ou população. Para a Comunidade de Caxiuanã foi muito relevante, tendo em conta que lhes possibilitou mapearem os espaços já conhecidos e aumentar o conhecimento sobre o que conheciam pouco, além da experiência com as noções cartográficas e a possibilidade de poder usar esse aprendizado em prol da comunidade.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AB'SABER, A. N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. In: *Estudos Avançados*. Vol. 16, nº 45. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a02.pdf>> Acesso em: 15/09/2015.

ACSELRAD, H. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n. 1).

ACSELRAD, H. (org.), VIEGAS, R. N... [et al.]. *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. (Coleção território, ambiente e conflitos sociais, n 3).

ALMEIDA, A. V. B de (org.)... [et al.]. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia*. UEA Edições, Vol. 01, nº 01, 171 p. Manaus, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2010.

BATISTA, S. S. M. Cultura ribeirinha: A vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará. In. *V Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2011. Universidade Federal do Maranhão. São Luís/MA.

BENATTI, J. H. A criação de Unidades de Conservação em áreas de aposseamento de populações tradicionais: um problema agrário ou ambiental? In. *Novos Cadernos do NAEA*, Vol. 2, nº 2, pp. 33-49. Belém, Dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/111/174>> Acesso em: 15/01/2016.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. In. *Estudos Avançados*. Vol. 19 nº 53. São Paulo, Jan./Abril. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a02.pdf>> Acesso em: 15/09/2015.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

BEZERRA, M. das G. Ferraz; LISBOA, P. L. B.; CARDOSO, A. L. de R. *Floresta Nacional de Caxiuanã: patrimônio biológico e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*, Brasília – DF, 2000.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de Janeiro de 1934. *Código Florestal*. Diário Oficial da União, Seção 1, 28/10/1936, Página 23434 (Republicação). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>> Acesso em: 22/04/2016.

CASTRO, E. M. R de. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In. *Papers do NAEA* Nº 092, Belém, 1998. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/pdf>> Acesso em: 14/01/2016.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Tradução de *Our common future*. 1 ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec, 1992.

DERRUAU, M. *Geografia Humana I*. (Tradução: Helena de Araújo Lopes e Carlos D’Almeida Sampaio). Vol. 1. 2. Ed. Portugal: Editorial Presença, LDA, 1977 [1961].

DIAS, G. F. *Educação ambiental princípios e técnicas*. São Paulo, 1996.

DIEGUES, A. C. (Org.). *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: USP/NUPAUB, 1999.

_____. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. São Paulo: USP/NUPAUB, 2000.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 2008.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.341-385.

FARIAS, G. G. Território e modo de vida: o caso da Comunidade de Caxiuanã e a Estação Científica Ferreira Penna, na Flona de Caxiuanã. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, (ISSN: 2359-0831 - online), Belém, v. 02, n. 01, p. 109-119, jan./jun. 2015.

FARIAS, G. G.; SILVA, C. N. da; LOPES, C. J. de O. Modo de vida na Flona de Caxiuanã: o cotidiano da Comunidade de Caxiuanã e a Estação Científica Ferreira Penna. In: ENANPEGE, 11., 2015, Presidente Prudente. *Anais*. Presidente Prudente: Editora UFGD, 2015, p. 6175-6186.

FERRAZ, et al., Programa Floresta Modelo de Caxiuanã: desenvolvimento sustentável de comunidades ribeirinhas. In: LISBOA, Pedro L. B. (org.). *Caxiuanã: Populações tradicionais, meio físico & diversidade biológica*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002.

FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica*. Belém: MPEG, 1993.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, amazônias*. 3. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015 [2001].

- GOTTMAN, J. A evolução do conceito de território. (Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte, Revisão: Fabrício Gallo). *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, 2012 [1975].
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF/Contexto, 2002.
- IBAMA - *Base, Princípios e Diretrizes da Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre*, 1997.
- ICMBIO. *Plano de Manejo da Floresta Nacional de Caxiuanã*. Vol. I – Diagnóstico. Brasília, DF, Dez. 2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/flonas>> Acesso em: 15/06/2015.
- LA BLACHE, P. V. de. *Princípios de geografia humana*. (Tradução Fernando Martins). 2. Ed. Cosmos, 1954 [1921].
- LEFEBVRE, H. *La production de l 'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LISBOA, P. L. B. (org.). *Caxiuanã*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1997.
- LISBOA, P. L. B. (org.). *Caxiuanã. Populações tradicionais, meio físico & diversidade biológica*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002.
- LIMA, D. M. de. A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: *Novos Cadernos NAEA*. Belém, vol. 2, nº 2. pp. 5-32, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107/161>> Acesso em: 13/06/2015.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MONTEIRO, A. [et.al]. *O espaço amazônico: sociedade e meio ambiente*. Belém: UFPA/NPI, 1997.
- MARQUES, M. I. M. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em ribeira – PB*. 1994. 153 f. Dissertação (mestrado em geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1994.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOREIRA, R. *O que é Geografia*. 14. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos n. 48).
- MORSELLO, C. *Áreas protegidas públicas e privadas: Seleção e Manejo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.
- NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. *Campo e Território: revista de geografia agrária*, v. 6, n. 12, p. 79-103, Uberlândia/MG. Agosto, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13470>> Acesso em: 20/09/2015.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos, agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. In. *Novos cadernos NAEA*. ISSN 1516-6481. Vol. 12, n. 1, p. 67-92, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/281/516>> Acesso em 04/05/2016.

OLIVEIRA, A. U de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI, In. OLIVEIRA, A. U de.; MARQUES, M. I. M. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

_____. Space, territory, and territoriality. *Environment and Planning D: Society and Space*, 2012. Volume 30, pages 121-141.

_____. Prefácio. In. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 [2011].

RAMOS, K, N. *Sustentabilidade incógnita: Análise de fluxos materiais em três comunidades impactadas pela instituição da Floresta Nacional de Caxiuanã – PA*. 2001. 111 f. Dissertação (mestrado em planejamento do desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2001.

SANTANA, M. R. A.; LISBOA, P. L. B. Estratégias de sobrevivências. In. LISBOA, P. L. B. (org.). *Caxiuanã: Populações tradicionais, meio físico & diversidade biológica*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. In. Souza, E.; Souza, Á. (org.). *Paisagem, território, região: em busca da identidade*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2000, p. 103-114.

_____. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

_____. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In. X Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais*. USP, São Paulo/SP, p. 13.882-13.894. 2005.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In. SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (org.). *Cidade e campo; relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, p. 157-186. 2006.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22 n 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

_____. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 [2011].

_____. *Abordagens e concepções de território*. 4. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015a [2007].

SCHERER, E. Modos de vida ribeirinha na Amazônia. In. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. *Anais*. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005.

SILVA, H. P. Aspectos demográficos e médico-epidemiológicos das comunidades de Caxiuanã, Melgaço, Pará. In. LISBOA, P. L. B. (org.). *Caxiuanã: Populações tradicionais, meio físico & diversidade biológica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

SILVA, C. N. da. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara no município de Breves – PA*. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em geografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. PPGeo/Ufpa, Belém, 2006.

_____. Ocupação humana e modo de Amazônia. In: Márcio M. Valença, (org.). *O Espaço. Uma Produção Histórica (Parte Final) Espaço e Tempo – [Vivência] Nº 33*, Natal - RN: Editora Universitária da UFRN - EDUFRN, 2008.

SILVA, C. N da.; VERBICARO, C. C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. *Scientia Plena*, DOI: 10.14808/sci.plena.2016.069934, vol. 12, n. 06, maio, 2016. Disponível em: <<http://www.scientiaplena.org.br>> Acesso em: 07/08/2016.

SILVA, E. P da. *O modo de vida e a sustentabilidade no campo na Comunidade Menino Deus, Rio Anapu, no município de Portel-Pá*, 2014. 74 p. TCC apresentado ao Curso de Educação do Campo com habilitação em Ciências Humanas do Instituto Federal do Pará – IFPA para obtenção do grau de licenciado pleno em Educação do Campo.

SILVEIRA, I. M. et al., As populações pré-históricas e atuais. In. LISBOA, P. L. B. (org.). *Caxiuanã*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997.

SILVEIRA, I. M.; KERN, D. C., QUARESMA, H. D. A. B. Reconstruindo uma ocupação. In. LISBOA, P. L. B. (org.). *Caxiuanã: Populações tradicionais, meio físico & diversidade biológica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

SORRE, M. *Geografia*. (Tradução Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques). São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, L. A de.; TAVARES, M. G. da C. Produção do espaço na Amazônia: Reflexões acerca do rural e do urbano em ocupações no município de Benevides (PA). In. OLIVEIRA, J. M. C. de. *Espaço, natureza e sociedade: Olhares e perspectivas*. 1. Ed. – Belém: GAPTA/Ufpa, 2013.

VALLEJO, L. R. Unidade de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. *GEOgraphia*, América do Norte, 4, set. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/88>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.